# GRAMMATICA NACIONAL

E

# A PORTARIA QUE A IMPOZ ÁS ESCHOLAS

---

## ANALYSE D'ESTES DOUS ESCRIPTOS

POR

JOAQUIM ALVES DE SOUSA

---

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1865

# A GRAMMATICA NACIONAL

E

## A PORTARIA QUE A IMPOZ ÁS ESCHOLAS

---

ANALYSE D'ESTES DOUS ESCRIPTOS

POR

JOAQUIM ALVES DE SOUSA



Antonio Aug.to de Carvalho Monteiro

COIMBRA 6 de novembro de

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1865

# ADVERTENCIA

No *Diario de Lisboa* d'este anno, n.º 3, appareceu publicada uma portaria do ministerio do reino, determinando pelas razões ahi produzidas que a *Grammatica nacional* (curso elementar), composta pelo sr. Francisco Julio Caldas Aulete, fosse por espaço de tres annos adoptada para compendio obrigatorio nas escholas publicas primarias, com exclusão de todas as obras do mesmo genero, embora legalmente approvadas. A portaria é do teor seguinte:

«Ministerio dos Negocios do Reino — Direcção geral de instrucção publica — 4.ª Repartição — Sua Magestade El-Rei, sendo-lhe presente a consulta de 27 do corrente mez, na qual o conselho geral de instrucção publica expõe as razões por que resolvera unanimemente adoptar para servir de compendio nas escholas publicas de ensino primario o livro já approvado com o titulo de *Grammatica nacional* (curso elementar) por Francisco Julio Caldas Aulete, professor da eschola normal primaria do districto de Lisboa; e, tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 3º do decreto com força de lei de 20 de septembro de 1844, e nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto regulamentar de 31 de janeiro de 1860: ha por bem, conformando-se com a dicta consulta, determinar que o mencionado livro seja adoptado nas escholas publicas primarias, com exclusão de todas as grammaticas elementares legalmente approvadas, devendo a adopção durar por espaço de tres annos sómente, e o preço da venda de cada exemplar ser de 160 réis. — Paço, em 30 de dezembro de 1864. — *Duque de Loulé.*»

O precedente que esta portaria estabelece é grave e insolito. Até hoje ainda livro nenhum foi imposto ás escholas por similhante modo. O decreto, com força de lei, de 20 de septembro de 1844, § 167, já tinha regulado o processo que deve seguir-se relativamente á adopção dos compendios para uso das aulas publicas; e este processo, ao mesmo passo que respeita o direito de escolha que pertence exclusivamente aos conselhos escholares, não offende os direitos de propriedade assim dos auctores como dos editores das obras competentemente approvadas, nem monopoliza a instrucção em proveito especial de ninguem: antes com o incentivo, a todos franco, da honra e proveito proprios (alem do amor que

devemos ter ao bem commum), promove o progresso das letras e das sciencias, e concorre para melhorar especialmente a condição mesquinha dos pobres professores. Contra estes principios tam obvios e respeitaveis se insurge o precedente estabelecido na portaria; pois, se o applicarem em toda a sua rigorosa extensão, teremos em breve o governo impondo indistinctamente a todas as escholas publicas, primarias, secundarias e superiores, os compendios por onde devam ler-se as respectivas disciplinas, com flagrante violação dos direitos e interesses do professorado, e quebra manifesta da liberdade de ensino. Em nome pois e por amor d'estes sagrados principios determinei vir á imprensa analysar aquelle notavel documento: e visto como elle toma para base de suas extranhas prescripções, já o raro merecimento da obra exclusivista, já certos artigos d'uma lei e d'um regulamento a que allude, ambos estes fundamentos passo a discutir, sem mais preambulo, começando pela *Grammatica nacional*, considerada sob o triplice respeito do seu *methodo, doutrinas* e *redacção.*

---

# A GRAMMATICA NACIONAL

## I. METHODO COMO DISPOZ E EXPOZ AS DOUTRINAS

A lingua de qualquer povo é constituida pelo cabedal de palavras e phrases com que elle usa exprimir seus conceitos; e a grammatica d'essa lingua cifra-se no systema de principios e regras, que ensinam a empregar as dictas palavras e phrases segundo as leis geraes da enunciação do pensamento, e as modificações especiaes introduzidas pelo genio da lingua e pelo uso do povo que a fala. Palavras: tal é em ultima analyse a materia commum de todas as linguas e de todas as grammaticas.

Ora, a palavra pode considerar-se sob dous respeitos: ou em quanto á sua parte mechanica, isto é, relativamente á sua pronunciação e escriptura; ou em quanto ás idêas com ella significadas, quer separadamente, quer reunidas em proposições, phrases e discursos. Por consequencia, a grammatica divide-se naturalmente em duas partes maiores: uma, que estuda a representação material dos vocabulos ao ouvido ou á vista, e chamam-lhe nas escholas *prosodia* (*orthologia*, ou *orthoepia*) e *orthographia* e a outra, que analysa e classifica as varias especies de palavras segundo as suas respectivas idêas, e que depois as juncta e combina em proposições e phrases segundo as suas relações de conveniencia e determinação; e chamam-lhe *etymologia* (ou *lexiologia*) e *syntaxe*. Estas duas secções capitaes da disciplina grammatical são tam distinctas e differentes, que por principio nenhum devem confundir-se; e as partes secundarias em que cada uma se subdivide têm entre si relações tam estreitas, que desprezal-as é romper o laço intimo das respectivas idêas, é impossibilitar o seu estudo. E todavia foi isto exactamente o que fez a *Grammatica nacional*.

Por quanto, começa dando algumas breves noções sobre *proso-*

*dia* e *orthographia* (§§ 1—12); interrompe logo esta materia e passa á *etymologia* (§§ 13—122); aqui mette agora o resto da *orthographia* que deixara por explicar (§§ 123—155); subsequentemente vem a *syntaxe*, separada assim da etymologia (§§ 156—215); e põe termo á obra noções deficientissimas sobre a *prosodia*, resumidas na *ultima* pagina do livro: vindo assim a separar-se, na parte mechanica, a prosodia da orthographia; e na parte ideal, a etymologia da syntaxe. O que não pode deixar de ser irracional e inconveniente; já porque, estudadas as palavras em separado, cumpria estudal-as logo reunidas pelas varias relações de suas idêas; já porque mal poderá conhecer o valor e a posição dos signaes divisorios das partes do discurso, quem primeiro não tiver apprendido o modo de o compor em orações e phrases de extensão successivamente maior.

Pedia tambem o bom methodo que a etymologia se reduzisse a averiguar sómente a natureza e funcções geraes de cada especie de palavras, e deixasse para a syntaxe o estudo da composição d'essas palavras em orações e discursos. Todavia o Auctor logo na etymologia foi tractando da proposição, dos seus tres elementos, dos diversos complementos, etc.; e quando chegou á syntaxe viu-se obrigado, como não podia deixar de ser, a retocar todas estas cousas, com detrimento dos alumnos, cujas intelligencias, assim, sobrecarrega e confunde.

Pedia ainda o bom methodo que a cada uma da partes maiores da grammatica se désse razoavel extensão e desinvolvimento, a fim de poupar aos meninos o trabalho e dispesa a que são forçados indo mendigar noutras obras, por ventura escriptas com diverso desenho, as doutrinas que alli faltam. Todavia o A. á prosodia propriamente dicta destinou apenas a *ultima* das 96 paginas do seu livro, limitando-se a dizer em *nota*, que «para os exercicios de prosodia se visse o *Methodo portuguez Castilho*, 4ª edição.» De maneira que o alumno, julgando haver-se provido de compendio de grammatica portugueza só com os 160 reis taxados na portaria, no fim acha-se enganado, porque tem de comprar tambem o *Methodo,* dicto *portuguez,* do sr. Castilho; vindo assim a *Grammatica nacional* a constar de dous volumes, e não d'um, como primeiro parecia.

Em fim, pedia a boa razão e o bom methodo que as definições, as regras, as theorias, etc., tudo fosse presentado em termos cla-

ros, breves e precisos, e o mais accommodadamente possivel ás grammaticas das outras linguas, que os alumnos têm de estudar para o deante: que os exemplos, alem de frisantes, fossem sempre adaptados á breve comprehensão das creanças: que d'um livrinho destinado para o uso d'estas se retirasse tudo quanto cheira a theorias philosophico-grammaticaes, etc. Todavia a nenhuma d'estas indicações attendeu a *Grammatica nacional,* como no decurso da presente analyse espero mostrar exuberantemente. As definições, alem de inexactas na substancia, estão formuladas sem precisão, sem clareza, e até algumas vezes sem a mera correcção grammatical. Nas regras, que devem ser simples e luminosas, houve o proposito manifesto de variar e levantar a phrase, ainda quando exprimia conceito trivial e similhante. O systema geral do A. destôa do systema commummente seguido pelos grammaticos de melhor nota. Os exemplos, posto que tomados de escriptos classicos, estão longe de se accommodar sempre á capacidade dos meninos. Sim, elles intendem, gostosa e facilmente, historias simples, descripções curiosas, breves apologos, etc.; porem altas verdades especulativas ou moraes, conceitos remontados, allusões historicas etc., e tudo isto presentado em linguagem ás vezes subtil, encarecida e antithetica, não são cousas que os meninos intendam e apanhem com egual facilidade. Por isso os melhores methodistas preferem em geral, para as grammaticas da infancia, exemplos comesinhos e simples, tirados de cousas com que as intelligencias d'aquella edade estão mais familiarizadas; e os exemplos e trechos mais numerosos e extensos remettem-os para livros distinctos, ou cursos de themas, onde os graduam e repartem pela mesma ordem por que na grammatica vêm expostas as regras que elles servem para exemplificar.

Assim fizeram em França, entre outros muitos, *Lhomond, Noël e Chapsal*, e já no anno que vai correndo *Bonnaire* na sua *Grammatica da infancia*, 5ª edição, em dous volumes, num a grammatica só, e noutro os exercicios; em Inglaterra *Lindley Murray* e *Sadler;* e até entre nós já começou a ensaiar este systema *J. A. C. da Natividade* no seu *Fundamento de analyse grammatical.* Na grammatica, repito, só deve vir um ou outro exemplo, o bastante para dar a intender a regra: o resto e a parte practica devem reservar-se para livros de applicação. E todavia o A., a despeito d'estes precedentes respeitaveis, já na grammatica mul-

tiplicou os exemplos desmesuradamente, convertendo a grammatica em selecta, ou com mais verdade, não compondo nem selecta nem grammatica.

Quanto ás dissertações philosophicas antepostas, só na etymologia, a cada uma das partes geraes do discurso, alem de não serem sempre verdadeiras na doutrina, e estarem redigidas de modo inconveniente, como depois mostrarei, são de todo o poncto improprias d'um livrinho elementar, composto para instrucção de creanças da mais tenra edade. Taes explanações, quando bem feitas, prestam só para a direcção e esclarecimento dos mestres; e assim o seu logar proprio era numas *Instrucções para os professores primarios*, onde tambem poderiam entrar as convenientes indicações didacticas, e muitos d'esses modelos de exercicios com que o A. encheu muitas paginas do seu livro.

Em conclusão: quanto ao methodo seguido, assim na disposição das diversas partes da obra, como na exposição das respectivas materias, a *Grammatica nacional* é inferior a outros escriptos do mesmo genero, que felizmente possuimos, por exemplo as grammaticas de *Carlos A. de Figueiredo Vieira* e *J. Emiliano de Andrade;* e mais desinvolvidas, as de *A. Moniz B. Côrte-Real* e *Bento J. de Oliveira;* destoando absolutamente do methodo seguido nas excellentes grammaticas philosophicas de *J. Soares Barboza* e *F. de Andrade Junior*, como hei de mostrar nas paginas subsequentes.

## II. DOUTRINAS DA GRAMMATICA NACIONAL

Examinarei as doutrinas da dicta Grammatica pela mesma ordem por que vêm deduzidas, não só para que os leitores vejam que quasi todas admittem reparo, senão para que possam julgar per si da bondade do methodo que o A. seguiu na deducção e exposição d'ellas.

### PRELIMINARES

Logo no § 1 diz:

«As palavras são os *termos* com que manifestamos os nossos pensamentos. § 2. As palavras são *falladas* ou *escriptas*.»

Em primeiro logar noto a pouca clareza da definição. Ás creanças não custará intender o que sejam *palavras*, que estão costumadas a ouvir nomear; mas não intenderão tam facilmente o

que sejam *termos*, e assim dá-se para explicar aquillo mesmo que precisa de explicação. Noto mais a falta extranhavel que se commette confundindo *termo* com *vocabulo*. *Palavra*, *termo*, *vocabulo*, todas estas expressões conformam geralmente em serem signaes verbaes, indicadores de pensamentos: differem porem em que o *vocabulo* refere-se especialmente á parte material do dicto signal, o *termo* á idêa que elle exprime, e a *palavra* a ambos estes elementos, o ideal e o material. Ora, querendo o A. dividir, como effectivamente dividiu, as palavras em *faladas* e *escriptas*; era seu intuito referir-se principalmente á parte mechanica de taes signaes, e por conseguinte nunca devia dizer que palavras são *termos*, senão *vocabulos* ou sons articulados. «Palavras (diz *Moniz B. Côrte-Real*) são sons articulados, com que exprimimos nossos pensamentos.» «Palavras (diz *Bento J. de Oliveira*) são os sons articulados da voz humana, significativos por convenção.» E ambas estas definições se intendem, e combinam com o sentir commum dos grammaticos: não assim a que estou examinando, pois, se as palavras são termos, segue-se por esta nova theoria que os termos se dividem em *falados* e *escriptos*, cousa que ninguem dirá. Os termos são *proprios*, *expressivos*, *sentimentaes*, etc.; os vocabulos é que são *falados*, *escriptos*, *asperos*, *duros*, *euphonicos*, etc.

Baixando agora ao fundo da mesma pagina 5ª, não posso deixar sem reparo a maneira como o A. accentua as palavras *álmâ*, *câmârâ*, *pôvôâ*, *pinturâ*, escrevendo por outra parte as palavras *elmò*, *rêdè*, *cântò*, *mundò*, como aqui as vedes accentuadas. Aquelles accentos circumflexos nos *ââ* finaes mudos só por mero systema se podem admittir; o qual, a dar-se, devia militar tambem para as vogaes finaes *ò*, *è*, que estão nas mesmas circumstancias. Porque accentua o A. a palavra *phósphòrò*—assim, e não—*phósphôrô*—como devia fazer para ir coherente?

Voltando pagina, ahi topamos doutrina não menos para notar: é a dos diphthongos. Diz o § 7:

«Os dithongos que *existem* na lingua portugueza são *io* ou *iu*.... *ie*.... *uo*; exemplo.... *tio*, *assobio*, *serie*, *arguo*.»

Ora, sendo o diphthongo (como o define o mesmo A.) a concurrencia de duas vozes numa syllaba soando ambas, segue-se que a palavra *ti-o* (que tem duas syllabas) deve ler-se *tîu* só com uma; que a palavra *as-so-bi-o* (que tem quatro) deve ler-se, *as-so-bîu* só com tres; *se-ri-e* deve ler-se *se-rie*; *ar-gu-o* ler-se *ar-gú*, (ou

*ár-gu*, como o A. abaixo diz, segundo vamos ver). Admittida similhante innovação, a palavra *rio*, por exemplo, nome ou verbo, deveria pronunciar-se *ríu*, 3ª pess. sing. pret. do verbo *rir;* e assim, neste exemplo: «F. *ríu-se*, e eu *río-me* tambem» *riu* e *rio* deveriam escrever-se e ler-se exactamente do mesmo modo, cousa que ninguem faz. Outrosim, *uo* e *ua* não são havidos como diphthongos proprios, nem quando o accento está na letra *u*, nem quando na syllaba antecedente, como pode ver-se nas palavras *mutúo*, *mutúa*, pres. indic. do verbo *mutuar;* e em *mútuo*, *mútua*, adjectivo qualificativo. A similhante theoria resiste assim o uso da boa pronuncia, como a derivação de taes palavras. O mesmo digo do supposto diphthongo *ie:* estas duas letras, phonica e etymologicamente, pertencem para duas syllabas distinctas, a primeira letra como parte integrante da syllaba respectiva, e a segunda letra como formando syllaba per si só, embora no verso não se contem ambas, e na practica não sôe claramente a ultima.

Para melhor intelligencia de quanto deixo dicto e do mais que vou dizer, transcreverei por inteiro uma nota assás curiosa, com que finda a pagina 6ª onde estou. É exactamente assim:

«Ha duas especies de leitura ou recitação: leitura *sustentada* ou *publica*, e leitura *corrida* ou do *isolamento*. Na primeira pronunciam-se quasi sempre todas as vozes e inflexões, e na segunda supprimem-se as menos necessarias. Taes são as vozes dithongaes *ie, ou, uo,* em que não se pronuncia a segunda voz, e as inflexões complexas *cç, pt, ps, gn, mn,* que num grande numero de vocabulos não se articula a primeira inflexão; exemplo: *efigie, arguo, poude, coacção, promptuario, psalmista, augmentar, omnipotente,* que em leitura corrida se pronunciam da seguinte forma: *éfigi, séri, árgu, pôdè, cóáção, prômtuario, sálmistá, áumentò, ónipôtentê.*»

Muitas cousas lemos aqui dignas de reparo. Intenderá alguem o que seja leitura *sustentada* ou *publica*, e leitura *corrida* ou do *isolamento?* Poderá alguem só pelo enunciado de taes palavras fazer idêa, sequer remota, do objecto que se pretende significar? Dirá alguem que a palavra *isolamento,* neste caso, tenha verdadeiro cunho vernaculo? Mas não é só isso: chamar ás consoantes *inflexões* (como já havia feito no § 5, dizendo que ellas «eram *simples* ou *complexas;* simples *b, d, l,* etc., e complexas *bl, br,* etc.»), é uma innovação escusada, nociva, e adversa á etymologia da palavra *inflexão*. Escusada a julgo, porque as palavras *consonancia* e *articulação,* que todos os grammaticos até hoje têm

empregado para significar o que o A. chama *inflexão,* exprimem com propriedade e euphonia a idêa que se pretende. Nociva; porque induz a confundir as consonancias, partes elementares dos sons e syllabas, com as inflexões propriamente taes, que são os diversos cambiantes, matizes ou valores das vogaes: por exemplo o *a* na lingua portugueza tem tres inflexões ou valores, a saber: *á, â, à* (como *chá, câmà*), o primeiro *agudo*, o segundo *grave*, e o terceiro *mudo*, ou quasi. Isto é que são verdadeiras *inflexões* da voz, quero dizer, variantes da mesma voz, segundo a modificação ou geito especial que a bocca toma quando as profere, *incurvando-se* em fórma de arco (*inflecto*) de maior ou menor ambito.

Quanto ao diphthongo *ou*, tambem julgo menos exacto dizer-se que o *u* não se pronuncia (já se sabe, nas palavras que o admittem, não em *poude*, onde, não existe: escreve-se e lê-se *pôde*, pret. do verbo *poder*, para se differençar de *póde*, pres. do mesmo verbo). Em todas as palavras, digo, onde ha o tal diphthongo, sôa o *u*, como em *ouço, couro, touro*, que não se lêem nem escrevem *ôço, côro, tôro. Osso, côro, tôro*, assim o vocabulo como o termo, são cousas muito differentes.

Esta pagina 6ª da *Grammatica nacional* mostra exuberantemente a maneira incorreta como esta ensina a proferir muitos vocabulos da lingua portugueza, e as idêas menos exactas que tem sobre a materia, e de que intenta imbuir os espiritos da infancia.

## PARTES ELEMENTARES DO DISCURSO

Acompanhemos agora o A. na divisão e no estudo das partes maiores do discurso portuguez, que elle expõe no § 12, onde diz:

«As palavras da lingua portugueza, para melhor se poderem estudar, dividem-se em sete grupos ou classes, e nenhuma existe que não pertença a alguma d'estas classes ou grupos, a saber: *substantivo, adjectivo, verbo, adverbio, preposição, conjuncção, interjeição.*»

É principio assentado em philosophia que toda a divisão deve ter seu fundamento, pois releva que haja alguma razão, pela qual o todo se divida antes numas partes do que noutras. Qual foi, poderá alguem perguntar ao A., a razão por que dividiu as partes geraes do discurso portuguez só nas septe mencionadas, nem mais nem menos? De duas uma: ou foi pelo caracter ideal e phi-

losophico d'essas palavras, quero dizer, por serem as necessarias e bastantes para a cabal enunciação do pensamento; ou foi pelo seu caracter usual e philologico, quero dizer, por não poderem, attento o genio da lingua portugueza, reduzir-se a menor numero ou elevar-se a outro maior. Porem, no primeiro caso, ainda quando o A. não quizesse admittir, como fazem alguns grammaticos philosophos, só o *substantivo*, o *adjectivo* e o *verbo*, palavras essenciaes para a enunciação de qualquer conceito; ou o *substantivo*, o *adjectivo*, palavras que servem para nomear, e o *verbo*, a *preposição* e a *conjuncção*, que servem para relacionar, como intendem outros mais; por nenhum modo devia mencionar o *adverbio* nem a *interjeição*. Não o *adverbio;* pois elle mesmo a pag. 57 reconhece que «o adverbio *não é uma palavra de natureza differente* das outras:... não é mais do que um simples substantivo ou um adjectivo empregado como complemento circumstancial.» Não a *interjeição;* porque vale tanto como o conjuncto de muitas palavras, é uma synthese ou todo, de que as outras palavras são partes. No segundo caso, não devia preterir ao menos o *pronome* e o *artigo*, palavras de character peculiar como hei de mostrar, e que mal se reduzem ás outras classes que o A. pretende. Nem pareça cousa indifferente esta enumeração defeituosa das partes elementares do discurso portuguez. As creanças, ensinadas por este mao systema, quando passarem depois a estudar as grammaticas das outras linguas, extranharão encontrar, em todas ellas, mais palavras elementares do que lhes ensinaram na grammatica da sua propria.

DEFINIÇÃO DE GRAMMATICA

Postos estes preliminares, entremos já no estudo da *etymologia* começando pela definição de grammatica. Diz o § 13:

«*Grammatica* é a disciplina que ensina a fallar e a escrever com clareza e harmonia.»

De sorte que, quem falar e éscrever clara e harmonicamente, fala e escreve grammaticalmente. Ora, até hoje, todos os preceptistas haviam ensinado que a grammatica ministra principios e regras para falar e escrever *correctamente;* que a correcção é toda a mira dos preceitos grammaticaes.

Tambem haviam ensinado que a qualidade da correcção consiste em bem escrever e proferir os vocabulos, e em os junctar

depois em sentenças, segundo as relações de conveniencia ou determinação das respectivas idêas; tudo regulado pelos principios geraes da philosophia da linguagem, com as modificações pedidas pelo genio especial da lingua, e usos do povo que a emprega. E não poderá alguem falar e escrever com clareza e harmonia sufficientes, sem todavia escrever nem falar com a correcção grammatical rigorosa? e *vice versa* falar e escrever com a desejavel correcção grammatical, sem todavia falar nem escrever com clareza e harmonia perfeitas? Pois não vemos todos os dias a gente rustica, e ainda os que o não são, mas que não apprenderam a sua lingua por *principios*, exprimirem-se de modo assás claro e até suave e sympathico, e todavia atropellarem a cada passo os preceitos da grammatica? E por outra parte não vemos alguns, que, sabendo apenas as regras da grammatica, mas ignorando a propriedade dos termos e das phrases, e faltos de bom gosto para as tecerem de modo cadente e harmonioso, falam e escrevem com exactidão grammatical, mas sem aquella perspicuidade e agrado que só a rhetorica e a litteratura, cultivando e desinvolvendo o bom gosto, sabem dar?

Não o affirmarei com certeza: mas parece-me que o A. labora num equivoco, cuidando talvez que *grammatica*, *rhetorica* e *litteratura* são uma e a mesma cousa. Não o penso eu assim. A grammatica é apenas um dos adminiculos da rhetorica. A rhetorica ensina a dizer de sorte, que quem diz falando ou escrevendo, consiga do animo de quem o escuta ou lê, todos ou alguns dos seus tres fins geraes (convencer, persuadir e agradar) correspondentes a outras tantas faculdade animicas (intendimento, vontade e imaginação) dos ouvintes ou leitores. Ora, para obter o primeiro fim, a convicção, que é a base do segundo, a persuasão, e que deve ser sempre o companheiro honesto do terceiro, o agrado, a rhetorica ensina a instruir o intendimento dos ouvintes ou leitores, dando á expressão a clareza desejavel; e para lograr este fim soccorre-se antes de tudo á grammatica, pedindo-lhe apenas a *correcção* da phrase, sem a qual todos os seus outros dotes ficariam inutilizados: porem, e note-se bem, como a correcção per si só não basta para dar clareza á expressão, a rhetorica e a litteratura ajunctam a essa correcção a *propriedade* dos termos, a *precisão* e *pureza* das palavras, a *concisão* da phrase, a conveniente *disposição* das partes do discurso, etc.; cousas, repito, todas neces-

sarias para a clareza do discurso, mas que não são propriamente da competencia da grammatica. Em summa: a grammatica, directa e primariamente, só tem em vista a correcção da phrase, o que sem duvida contribue para a clareza do discurso; porem essa clareza não é o intuito primario e proprio da grammatica, nem se obtem só pelos puros meios grammaticaes; outros exige, que só na rhetorica e litteratura se indicam e estudam. A harmonia, rigorosamente, tambem pertence mais á rhetorica do que á grammatica: a melodia tende a *deleitar*, não a *instruir;* não se dirige ao *intendimento*, dirige-se á ***sensibilidade***, á *imaginação*, faculdades com que a grammatica nada tem que ver. Uma phrase pode estar grammaticalmente correcta, e não euphonicamente construida. Em conclusão: não precisa bem a natureza da disciplina grammatical, quem diz que ella «ensina a *falar e a escrever com clareza e harmonia.*»

Progredindo: pedia a boa ordem e até o systema seguido pelo A. que elle começasse por definir a *etymologia*, assim como definiu as outras partes maiores da grammatica: a *orthographia* (pag. 68), a *syntaxe* (pag. 78), e a *prosodia* (pag. 96). Não o fez porem; e a curta explicação que relativamente a esta parte deu a pag. 7, não é sufficiente, pois eguaes explicações dera a respeito das outras partes que todavia definiu, e porque taes explicações em typo differente serão talvez destinadas mais para a direcção dos mestres que para o ensino dos discipulos. Agora, como amostra do methodo, clareza e precisão com que o A. redige estas e simillhantes explicações, não devo deixar de transcrever na integra a presente nota, onde elle traça a ordem por que intenta dispor as partes da grammatica. Diz assim:

«Para fallar com clareza e vernaculidade uma lingua é necessario: primeiro pronunciar correctamente as palavras; este estudo, que se denomina *prosodia*, adquire-se aprendendo a lêr por methodos racionaes; segundo dar a cada palavra a terminação propria, e o logar que lhe competir, para que o discurso saia claro e com harmonia; a esta parte chama-se *syntaxe;* para escrever com correcção é necessario empregar as lettras e os signaes que o uso tem auctorisado: este estudo nomeia-se *orthographia*. Pede, porem, a ordem natural das idéas, que antes de tudo se comece por classificar as palavras, e conhecer as suas propriedades e formação; esta parte appellida-se *etymologia*. A estes differentes estudos chama-se *grammatica*.»

Aqui é para notar, primeiro, a desordem por que o A. dis-

tribue as partes maiores da grammatica, confundindo as que respeitam ao mechanismo das palavras, com as que estudam a natureza e relações intimas das idêas, e afastando-se assim da praxe recommendada pelo bom senso, e constantemente seguida pelos preceptistas de melhor nota. Depois é tambem para notar a noção vaga que parece formar das dictas partes maiores da disciplina grammatical, dizendo, que a prosodia se apprende lendo por *methodos racionaes*, sem nos indicar ao menos a qualidade e natureza d'esses methodos; que a syntaxe só se occupa de dar a cada palavra a sua *terminação* propria, e o *logar* que lhe pertence no discurso, sem nada dizer das relações das idêas, que são propriamente as que determinam a união e arranjo das respectivas palavras etc. Em fim esta nota, onde o A. pretendia e devia justificar a razão por que dividira a sua obra nas quatro partes que abrange, mostra claramente que, se elle por ventura forma idêa exacta e cabal da materia sobre que vai escrever (o que estou longe de contestar), não traduz bem por palavras as idêas que tem a esse respeito.

SPECIMEN D'UM EXERCICIO

Passando agora á applicação, e mandando ao discipulo decompor as palavras dos exercicios seguintes, o A. presenta logo este, que poderá servir para amostra d'alguns outros que a obra traz; e provará, cuido eu, o que antecedentemente disse, que muitos exemplos da *Grammatica nacional* não são dos mais accommodados á intelligencia das creanças. O exercicio é extrahido das obras de Fr. *Antonio das Chagas*, e diz assim:

«Poz Deus no paraizo a Adão, e deu-lhe para seu regalo o fructo de quantas arvores tinha aquelle mar de plantas, aquelle ceo de flores, bosque de suavidades e côrte das frescuras. Vedou-lhe, porém, com pena de morte, etc.»

Não é necessario transcrever mais para se ver que similhante exemplo, com quanto possa dar-se para analyse critica de rhetorica e litteratura, não deve entrar numa grammatica elementar. Aquella linguagem figurada e deliciosa escapa á breve comprehensão da infancia. Uma creança não sabe o que é o *fructo d'arvores* que estão num *mar*, ainda que seja um *mar de plantas;* nem o que seja um *ceo de flores* ou um *bosque de suavidades;* e muito menos uma *côrte das frescuras.*

O outro exemplo é do insigne *Vieira*. Com vivas côres, como costuma, pinta este grande ingenho o absurdo da idolatria no homem que, tendo ido ao mato cortar um madeiro onde lhe parecera, depois o partiu em dous cepos, com um dos quaes cosinhou o que havia de comer, e do outro fez um idolo que adorou. Tambem não me parece este dos exemplos mais accommodados á capacidade das creanças. Para ellas intenderem o que ha fino e pungente em todo este conto, é necessario que façam uma longa serie de juizos, é necessario que reflictam muito, e essa capacidade de reflexão é que ellas ainda não têm. Eguaes reparos me fôra facil fazer sobre muitos outros exemplos que vêm na *Grammatica nacional*, e que á primeira vista poderão deslumbrar leitores nimio-impressionaveis, e que attentem menos ao destino especial da *obrinha*.

Analysemos agora um *modelo dos exercicios*, que vem a pag. 8, e pelo qual poderão os leitores julgar do modo como o A. intenta simplificar o ensino das materias a que até aqui me referi. O exemplo é a primeira proposição do trecho já citado do padre *Chagas: poz Deus no paraizo a Adão:* e em harmonia com o que antes recommendara (que se analysassem as palavras, primeiro como faladas, e depois como escriptas) diz:

«*Poz* é um monosyllabo composto da voz simples *o*, e das inflexões simples *p*, *z*. Orthographicamente é composto da vogal *ó* e das consoantes *pé* e *zê*. *Deus* é um monosyllabo composto do dithongo *éu*, e das inflexões simples *de*, *xe*. Orthographicamente é composto das vogaes *é*, *u* e das consoantes *dê* e *ésse*. *No* monosyllabo composto de dois elementos phonicos a voz *ò* e a inflexão *ne*. Orthographicamente compõe-se da consoante *éne* e da vogal *ó*.»

E assim o mais. D'esta amostra, que deixo fielmente trasladada, é facil inferir que o A. por similhante systema confunde em vez de simplificar. Pois, que differença essencial ha entre *voz* e *vogal*, entre *inflexão* (no sentido em que elle toma esta palavra) e *consoante?* Nenhuma. Que vantagem ha em dizer aos meninos que a ultima inflexão ou consoante da palavra *Deus* é um *xe*, quando elles lá vêem muito bem escripto um *s?* Nenhuma, antes inconveniente grave, cuido eu. Emfim, para que se ha de pôr á inflexão um nome, e á consoante que lhe corresponde, outro? Para que se ha de trocar o nome ás cousas, chamando *inflexão* a uma *consonancia*, se tal innovação repugna tanto com a etymologia da palavra, como com o sentido em que todos até hoje a têm tomado?

Não posso descubrir vantagem real em similhantes innovações, que, sem trazerem verdadeira melhoria á instrucção do povo, servem só para a embaraçar e confundir.

De egual defeito padece a palavra *questionario,* pela qual começa a pag. 9ª: parece-me um gallicismo desnecessario, porque em portuguez temos a palavra *perguntas*, que exprime com muita propriedade e doçura a idêa que em francez se traduz com a correspondente palavra *questionnaire.* Nem obsta que ella seja de origem latina, assim como o são outras analogas (*diccionario, vocabulario,* etc.) já admittidas em a nossa lingua; pois estas palavras eram usadas em latim com a mesma significação que depois conservaram em portuguez, o que não succede com a palavra *questionario: quaestionarius* em latim significa o verdugo, o homem que põe a tractos; e *questão* não vale o mesmo que *pergunta: resolver uma questão* não é o mesmo que *responder a uma pergunta,* nem *questionar* o mesmo que *perguntar.* E assim similhante palavra (que é a franceza *questionnaire*) deve expungir-se, como barbara e desnecessaria.

SUBSTANTIVOS

Entrando agora na analyse singular das diversas partes em que o A. dividiu o discurso portuguez, havemos primeiro de considerar os substantivos.

«Os substantivos (§ 14) são as palavras com que se representam todas as entidades materiaes ou immateriaes; exemplo: *homem, Napoleão, pomba,* etc.»

Falta a esta definição primeiramente o dom da clareza; é menos clara do que o objecto que se pretende definir com ella. Uma creança facilmente intende o que seja um nome ou um substantivo, palavras com que seu espirito está familiarizado; porem não intende com a mesma promptidão o que seja uma *entidade.* Entidade é a abstracção d'outra abstracção, é uma abstracção em segundo grau: e quem ignora que a baixa comprehensão da infancia não pode remontar-se a taes alturas? A difficuldade porem augmenta ainda com a addição dos adjectivos *materiaes* ou *immateriaes,* qualificativos do tal substantivo *entidade. Corporeas* ou *incorporeas* ainda os meninos intenderiam: *corpo, corpos,* são palavras que

estão costumados ouvir; porem *materia, materiaes*, d'isso não formam elles a menor idêa. Finalmente a definição pecca ainda contra aquell'outra regra, que manda definir sempre pelo *genero mais proximo da differença;* ora *ente* é genero menos proximo do que *substancia*, e os substantivos são, como a palavra o está declarando, nomes de substancias: e por isso, ainda quando lá houvesse *ente* (que não ha, mas *entidade*), a definição ficava viciosa. Advirto agora que *entidade* em logar de *ente*, rigorosamente é palavra menos correcta e propria. O A. sabe que a palavra portugueza *entidade* deriva da latina *entitate*, ablativo de *entitas*, tomado do adjectivo *ens;* e que este suffixo *tas*, precedido d'um *i* *(itas)* e juncto ás radicaes dos adjectivos, quer dizer «posse do modo de ser, significado pelo radical,» e que, por conseguinte, *entidade* em rigor é a qualidade de ser ente, assim como *bondade, perversidade, crueldade*, etc., são as qualidades de ser bom, perverso, cruel, etc. Por onde a definição de substantivo formulada pelo A., se a chamarmos á fieira da analyse, quererá dizer «substantivo é a palavra com que representamos a qualidade de ser ente material ou immaterial, como *homem, Napoleão, pomba*, etc.» Ora cumpre confessar que similhante definição não é das mais conchavadas.

Muito melhor se houveram, por exemplo, *Moniz B. Côrte-Real*, definindo substantivo (Gramm. § 31): «a palavra que significa uma substancia, como *homem, justiça,*» tendo dicto já (§ 5) que «substancia é a cousa que existe ou se suppõe existir por si sem dependencia d'outra;» e *Bento J. de Oliveira* (Gramm. § 10): «substantivo é uma palavra variavel com que damos a conhecer as cousas, as pessoas, e as qualidades em abstracto, como *rosa, homem, prudencia,*» explicando em nota o que seja qualidade em abstracto e qualidade em concreto. Isto das grammaticas elementares; pois, se eu quizesse citar obras mais desinvolvidas, teria de mencionar a *J. Soares Barboza*, que define substantivo «o nome que exprime qualquer cousa, como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração, sem dependencia d'outra.»

Passa depois o A. á divisão do substantivo, e invertendo a ordem geralmente seguida nas grammaticas, começa pelo *commum* e termina no *proprio*, os quaes define assim:

«a palavra com que se nomeam indistinctamente todos os entes da mesma

classe;»—e «a palavra com que se representa um determinado ente, para o distinguir de todos demais da mesma classe; exemplo: *Luiz, Tejo, Portugal.*»

Vão por extenso estas definições, para o leitor poder julgar do modo como o A. geralmente define, sem rigor logico, sem precisão de termos, sem concisão de phrase. Para elle o começar pelo nome commum (que é um genero, composto de individuos), ou pelo proprio (que é um dos individuos d'esse genero), é cousa indifferente. Para elle as phrases—*com que se noméam* e *com que se representam* exprimem a mesmissima idêa. Para elle o adjuncto, alias accidental á definição,—*para o distinguir de todos demais da mesma classe*, deve figurar nella como se fosse elemento e pertença essencial. Ou eu estou enganado, ou similhante modo de definir é muito inconveniente, mormente para creancinhas que se limitam á repetir o que lhes ensinam, sem terem ainda discernimento para corrigir o que fôr menos exacto. Melhor fazem todas as outras grammaticas, quando com a maior simplicidade chamam *proprio* o nome que significa um individuo, e *commum* o que significa uma classe de individuos. E realmente, a definição deve ser uma fórmula clara, breve e precisa da comprehensão characteristica de certa idêa; nella nada deve sobejar, nada faltar, que seja indispensavel para distinguir o respectivo objecto de todos os outros com que o possam confundir.

## PRONOMES

Vejamos agora o que o A. nos ensina sobre pronomes, ou *substantivos pronominaes*, como elle os chama.

«Na sociedade (diz elle em preambulo) ha mui diversas classes de pessoas. Em grammatica, porém, ha só tres classes: as pessoas que fallam, as pessoas com quem se falla, e as pessoas de quem se falla. Os substantivos que representam as pessoas por estas qualidades denominam-se substantivos *pronominaes* ou sómente *pronomes;* por exemplo: o substantivo *eu* representa indistinctamente a pessoa que falla; *tu* representa qualquer pessoa com quem se falla; *elle* representa a pessoa ou a coisa de que se falla.»

E depois no § 19:

«Os substantivos *pronominaes* ou simplesmente pronomes são os substantivos com que se representam as pessoas grammaticaes. Os pronomes subdividem-se em pronomes da primeira pessoa, pronomes da

segunda, e pronomes da terceira. Pronomes da primeira pessoa *eu, me, mim, migo*. Pronomes da segunda pessoa *tu, te, ti, tigo, vós, vos, vosco*. Pronomes da terceira pessoa *elle, ella, lhe, se, si, sigo, elles, ellas, lhes*. Pronome mixto *nós, nos, nosco*.»

Transcrevi por inteiro esta doutrina relativamente aos pronomes pessoaes, porque a tal poncto se afasta ella do que ensina a philosophia, a philologia e a torrente dos grammaticos, que quem primeiro não lesse este notavel trecho, poderia suppor gratuitas e sem base as reflexões que lhe vou fazer.

Dou de mão a essas diversas classes de pessoas que ha na sociedade, e que não sei a que proposito figurem numa nota grammatical; e só me deterei sobre dous ponctos: primeiro, o serem os pronomes verdadeiros substantivos; e segundo, o serem as especies de pronomes tam numerosas como se pretende.

E em primeiro logar, é de saber que os pronomes propriamente dictos, ou os pronomes pessoaes, servem rigorosamente para mostrar a qualidade ou o papel das pessoas que figuram no discurso; se é a primeira, ou quem fala; se a segunda, ou com quem se fala; se a terceira, ou de quem se fala: e alem d'isto, mas só secundariamente, servem para evitar a repetição fastidiosa do nome cujo logar occupam. Por conseguinte o pronome, visto que significa uma qualidade accidental, accessoria e adjecta ao nome, pertence rigorosamente á classe dos adjectivos. Todavia, como estas palavras tenham um character peculiar, que as não deixa ser nem bem substantivos nem bem adjectivos, é de conveniencia philologica que formem uma classe distincta, como realmente têm formado nas melhores grammaticas. Alem d'esta prova directa em abono do que eu disse, que os pronomes não são substantivos; outra produzirei indirecta, mas de não menos peso: é a seguinte. Todo o substantivo exprime a idêa d'uma substancia real ou ficticia; e toda a idêa de substancia tem comprehensão e extensão, isto é, conjuncto de elementos que a formem, e conjuncto de individuos que com ella se nomêem; assim que, todo o substantivo pode ser modificado quanto á sua comprehensão e quanto á sua extensão, tendo concordados comsigo adjectivos qualificativos ou determinativos. Ora os pronomes pessoaes não podem ter junctos a si adjectivos de nenhuma d'estas especies. Não se pode dizer, por exemplo, *eu docil, tu alegre, elle soffredor*, de sorte que *docil* concorde immediatamente com *eu*, *alegre* com *tu*, e *soffredor* com *elle;* assim

como *docil* concorda com *menino* na phrase *menino docil, alegre* com *homem* na phrase *homem alegre*, e *soffredor* com *martyr* na phrase *martyr soffredor*, etc. E por outra parte, relativamente á extensão, tambem não pode dizer-se *um eu, tres vós, cinco elles*, do mesmo modo que se diz *um menino, tres homens, cinco arvores*. E porque não pode dizer-se assim? Porque *eu, tu, elle, nós, vós, elles*, não são palavras da natureza das outras *menino, homem, martyr, arvore;* mais breve, não são substantivos. Mal andou pois o A. em não fazer d'estas palavras uma classe distincta, ou quando menos, em as não incluir na classe dos adjectivos, como fôra menos mao.

Em segundo logar, não é exacto dizer absolutamente e sem explicação prévia, que os pronomes da primeira pessoa são *eu, me, mim, migo;* e é paradoxo dizer que *nós, nos, nosco* é pronome mixto. O pronome da primeira pessoa é, nem pode deixar de ser, um só, embora com dous numeros, *eu, nós:* as palavras *me, mim, migo, nos, nosco*, são apenas fórmas secundarias, ou modificações que as primarias tomam para exprimir as differentes relações em que os pronomes podem vir no discurso; são, como diziam os latinos, os casos dos pronomes: e *migo* é ainda menos do que isso, pois é apenas a forma secundaria *mim* ou *mi*, de que já falei, juncta com o suffixo *go*, immediatamente derivada do latim *mecum*, e que serve para exprimir uma relação de circumstancia. O mesmo digo a respeito do pronome *tu, te, ti, tigo, vós, vos, vosco:* não são pronomes diversos, são apenas a fórma primitiva d'um mesmo pronome com dous numeros, e diversas modificações ou fórmas secundarias. Em eguaes circumstancias estão os pronomes da terceira pessoa (mas *reciprocos*) *se, si, sigo*, que têm natureza muito differente de *elle, ella, elles, ellas, lhe, lhes*, com que o A. parece confundil-os. E devia acrescentar as palavras *o, a, os, as*, quando não antecedem substantivos ou outras palavras que se tomem como taes, pois então são verdadeiros pronomes da terceira pessoa, e assim havidos pelos grammaticos de melhor nota. Os pronomes pessoaes de que temos falado, são as unicas palavras portuguezas que admittem casos, e derivam exactamente da lingua latina; cousa que o A. certamente sabe, mas parece ignorar, alias não affirmaria que estas palavras são outros tantos pronomes, assim como em latim *ego, mei, mihi, me, mecum; tu, tui, tibi, te, tecum; sui, sibi, se, secum*, são apenas tres pronomes, e não quatorze ou quantos outros

o A. inculca. Em fim seria para desejar que o A. nos explicasse o que pretendeu dizer, quando chamou *mixtos* os pronomes ***nós***, ***nos***, ***nosco***, separando-os dos pronomes da primeira pessoa, em cuja classe entram. Quereria elle dizer que ***nós***, ***nos***, ***nosco*** são mixtos para pessoas d'ambos os sexos, masculino e feminino? Então mixtos deverão reputar-se tambem os outros pronomes da primeira pessoa, todos os da segunda, todos os da terceira reciprocos, e ainda *lhe*, *lhes*, da terceira absolutos. Em fim esta theoria dos pronomes, em quanto não fôr convenientemente explicada, lançará grande desfavor sobre a doutrina da *Grammatica nacional.*

Baixando ainda outra vez (mas só esta) aos exemplos adduzidos para objecto de applicação, um occorre, e é o terceiro, que não julgo nem prudente, nem comprehensivel para creanças; é o seguinte, extrahido dos sermões de *Vieira:*

«Se servistes a patria, que vos foi ingrata, vós fizestes o que devieis, ella o que costuma. Mas que paga maior para um coração honrado, que tem feito o que devia? Quando fizestes o que devieis, então vos pagastes... Se vossos feitos foram romanos, consolai-vos com Catão, que não teve estatua no Capitolio etc., etc.»

E continúa o insigne pregador falando de Catão, de Roma, do senado, e depois prosegue:

«Mas quando as mercês não são prova de ser homem, senão de ter homem, e quando não significam valor senão valia, pouca injuria se faz a quem se não fazem, etc.»

Não me parecem, dizia eu, accommodados á breve intelligencia das creanças exemplos tam remontados, em linguagem tam subtil e encarecida, com allusões a factos, instituições e costumes que os meninos desconhecem absolutamente; nem sei se esses trocadilhos e mysterios de palavras, a que nem os escriptos do proprio *Vieira* poderam esquivar-se, serão os mais convenientes para se offerecerem á infancia como modelos de *vernaculidade* e *bom gosto*. Porem não é só isso: a doutrina exposta no principio do trecho adduzido pecca por exaggerada. Não se pode dizer com verdade que *a patria costuma ser ingrata*. Pois não o *costuma* ser o individuo, que é mais accessivel ás paixões ruins; e ha de o ser a patria, em cujos actos prepondera mais a razão fria e a magnanimidade? Succedeu é verdade, algumas vezes, que os homens que dirigiam o leme do estado, não galardoassem promptamente os cidadãos benemeritos, ou por não avaliarem justamente os seus serviços, ou por

outras razões obvias que escuso de indicar; porem a patria mais cedo ou mais tarde saldou as contas, e solveu a divida; e solveu-a com tanta mais generosidade, quanto mais tardou a retribuição. Não confundamos as phrases exaggeradas d'um prégador que deseja abalar o auditorio, ou ainda as declamações hyperbolicas de algum poeta despeitado, com os dictames e linguagem severa da razão fria e imparcial. Em fim, que se lucra com ensinar ás creancinhas, que a patria *costuma* ser ingrata com os filhos que a servem generosamente? É bom incentivo para ellas no futuro a servirem tambem!

ADJECTIVOS

Diz o A. no § 20:

«Adjectivos são as palavras com que se determinam e qualificam os substantivos; exemplo: *vaso cristalino, purpurea rosa, este livro, a minha grammatica.*»

E sobre adjectivos nada mais diz, ficando assim os meninos sem saber o que seja *determinar* e *qualificar* os substantivos, e por conseguinte, o que signifique a palavra *adjectivo.* Todos os outros grammaticos tambem dizem que os adjectivos *qualificam* e *determinam:* assim *J. Freire de Macedo* diz: «adjectivo é uma palavra que, juncta ao substantivo com o qual concorda, lhe addiciona uma idêa que o determina ou-qualifica;» e *Bento J. de Oliveira:* «o adjectivo é uma palavra variavel que se juncta ao nome para o determinar ou qualificar: os adjectivos dividem-se geralmente em *determinativos* e *qualificativos;*» e pelo mesmo teor falam as outras grammaticas. Porem todas explicam as palavras *determinar* e *qualificar*, dizendo, como fez *Bento J. de Oliveira* (§ 24): «os adjectivos *determinativos* significam o maior ou menor numero dos individuos, a que se extende a significação do nome com que concordam;» e (§ 31): «os qualificativos ou attributivos denotam as propriedades ou qualidades dos substantivos com que concordam, e dividem-se em *explicativos* e *restrictivos:* os explicativos significam alguma propriedade *essencial* ás cousas ou pessoas, e por isso servem só de *ampliar* a significação do substantivo com que concordam, como *Deus justo, homem mortal;* e os restrictivos significam alguma qualidade *accidental* ás cousas ou pessoas, e por isso *limitam* a significação do substantivo, como *homem virtuoso, sabio,* etc.» Assim fez tambem *J. Freire de Macedo* (Gramm. §§ 19

e seguintes) onde tractou esta materia com toda a exactidão, ordem e lucidez; e o mesmo fez *Moniz B. Côrte-Real* (Gramm. §§ 54 e seguintes).

Verdade é que o A. antepõe ao referido § uma explicação philosophica das que costuma: porem simillante doutrina, alem de não ser cousa que os meninos apprendam, senão talvez uma especie de illucidação e directorio para os professores, nem é de todo verdadeira, nem esclarece a materia sufficientemente. E senão vejamos. Diz ella:

«As palavras com que os entes se representam denominam-se substantivos; os nomes com que exprimimos as suas qualidades chamam-se adjectivos; por exemplo: dois *pombos* podem ter qualidades diversas, ser um *branco* e o outro *amarello*, um *pequeno* e o outro *grande*, um *manso* e o outro *bravo*, etc. estas palavras *branco*, *amarello*, *pequeno*, *grande*, *manso*, *bravo* são adjectivos; porque representam as qualidades que reconhecemos naquelles dois seres. Tambem as palavras que se accrescentam aos substantivos para os individualisar ou determinar chamam-se — adjectivos. Por exemplo: quando se diz *este pombo*, *aquella ovelha*, *o meu livro*, as palavras *este*, *aquella*, *o meu* são adjectivos; porque individualisam, determinam os substantivos *pombo*, *ovelha*, *livro* a que estão juntos. A palavra adjectivo deriva-se do vocabulo latino *adjicere*, que quer dizer ajuntar; effectivamente o officio d'esta palavra é ajuntar ao substantivo alguma qualidade ou idéa de determinação.»

Aqui está fielmente transcripta a explicação, com a sua mesma ponctuação, etc. Agora os reparos que ella suggere. Primeiro, não pode dizer-se absoluta e simplesmente: «Chamam-se adjectivos os nomes com que exprimimos as qualidades dos entes, ou dos substantivos (não sabemos a que nome o A. quiz referir o adjectivo *suas* qualidades, se a *entes*, se a *substantivos*, pois a ambos pode ser). As qualidades tambem podem expressar-se por substantivos; por exemplo, *brancura*, *amarellidão*, *pequenez*, *braveza*, exprimem qualidades, assim como *branco*, *amarello*, *pequeno*, *bravo*, etc. Por conseguinte deve haver alguma differença entre a significação d'uma qualidade feita por meio d'um substantivo, e essa significação feita por meio d'um adjectivo: ora essa differença, que alias era capital e characteristica do adjectivo que se pretendia explicar, nem de leve a vejo tocada na tal explicação. Pois essa differença, dizem todos os grammaticos, está em o substantivo exprimir a qualidade *em abstracto*, ou separadamente da substancia onde existe; e o adjectivo em a exprimir *em concreto*, isto é, adjecta á mesma substancia: d'onde procede que o substantivo pode por si

só figurar na proposição, e o adjectivo exige sempre um substantivo com que concorde. Veja o A. como *J. Freire de Macedo* define esta especie de adjectivos (Gramm. § 27): «são qualificativos ou attributivos os adjectivos que exprimem qualidades *physica ou realmente existentes nas pessoas ou cousas:* Ex.: *grande*, *pequeno*, *comprido*, *curto*.» Logo *pequeno*, *branco*, *manso*, etc. não são adjectivos só por significarem as dictas qualidades que realmente existem nos pombos, pois tambem *pequenez*, *brancura*, *mansidão*, etc. as significam, e todavia não são adjectivos: porem chamam-se adjectivos por designarem essas qualidades como *adjectas*, junctas aos substantivos onde realmente existem.

Tambem, o que o A. diz para esclarecer os adjectivos *determinativos*, que define «as palavras que se acrescentam aos substantivos para os *individualisar* ou *determinar;*» e bem assim os exemplos que adduz, *este pombo*, *aquella ovelha*, *o meu livro*, que são, diz elle, determinativos porque determinam; deixam os leitores de todo ás escuras sobre este poncto. Pois o que é individualizar? É reduzir á esphera de individuo. Mas se o adjectivo reduzir o substantivo não á estreita esphera de individuo, senão á de especie; ou não á de especie, senão á de genero, etc.; deixará por isso de ser determinativo? Por exemplo «*alguns* pombos, *muitas* ovelhas, *todos* os livros» não individualizam certamente; e deixarão por isso de determinar os substantivos a que vêm junctos? Qual é mais, individualizar ou determinar? Em que relação estão estas duas palavras uma para com a outra? Eis o que o A. não diz; e cifrando toda a sua explicação nas duas palavras sacramentaes *individualizar* e *determinar*, deixa o leitor ignorando a natureza de similhantes adjectivos. Não fazem assim as duas Grammaticas, cuja doutrina reproduzi; pois d'ellas se deprehende a razão da differença entre adjectivos *qualificativos* e adjectivos *determinativos*, a qual pode expor-se do modo seguinte. Em toda a idêa ha, como já adverti, duas cousas a que attender: a sua *comprehensão*, isto é, o conjuncto dos elementos que a constituem, e a sua *extensão*, isto é, a totalidade dos objectos que com ella se nomêam; por exemplo, na idêa de triangulo os dous elementos *figura* com *tres lados* constituem a comprehensão, e as *varias especies de triangulos* (rectangulos, acutangulos, obtusangulos, etc.) constituem a extensão. Ora, visto que o nome substantivo é a expressão verbal da idêa d'uma substancia, claro está que pode ser modificado ou quanto

aos seus elementos essenciaes e accidentaes (comprehensão do nome), ou quanto aos objectos que com elle se expressam (extensão do nome): os primeiros são os adjectivos *qualificativos*, e explicam ou restringem a significação dos nomes, conforme são essenciaes ou accidentaes as qualidades que lhes ajunctam; e os segundos são os adjectivos *determinativos*, e generalizam, especializam, ou individualizam os substantivos, segundo reduzem a área da sua extensão a um genero, a uma especie, ou a um individuo. Entre os adjectivos restrictivos propriamente dictos e os determinativos alguns ponctos de similhança ha; differem todavia uns dos outros assim ideal como grammaticalmente. Esta é a theoria do adjectivo, que o A. quiz explicar e não explicou.

Pedia tambem a boa ordem que elle tocasse embora resumidamente as classes mais geraes dos adjectivos, em harmonia com as idêas até aqui expendidas: os meninos hão de encontral-as ao depois nas grammaticas das linguas que estudarem, e não é razão que passem da primeira grammatica que lhes ensinam, inteiramente hospedes a similhante respeito.

### ARTIGOS

Agora o artigo. Diz o A. no § 21:

«Dá-se o nome de adjectivo *articular* ou *artigo* á palavra *o, a, os, as*. Emprega-se esta palavra para significar que o substantivo a que se juncta representa um ente, de que já se fallou proxima ou remotamente; exemplo: *Alli vem o estudante; — o soldado bravo não foge do perigo.*»

Noto em primeiro logar que o A., sem definir o artigo, se contentasse com produzir d'esta palavra o que elle certamente reputou uma explicação; é, quando menos, uma quebra censuravel de harmonia na redacção. Noto mais que ao artigo assignasse a funcção unica de representar *um ente de que já se falou proxima ou remotamente*. Pois não posso eu dizer *o soldado bravo*, sem nunca haver falado nem proxima nem remotamente de similhante pessoa? Noto em fim o dizer que o artigo se antepõe só a um substantivo; quando elle pode antepor-se a um adjectivo, como: «dar *o seu* a seu dono;» a um adverbio, como: «*o* teu *logo* é *o nunca* dos outros;» a um verbo, como: «*o saber* não toma logar,» etc., Conseguintemente, em presença de similhante explicação o alumno fica sem saber o que seja o artigo portuguez. Mas a razão d'esta

falta é a mesma já notada, quando tractei do adjectivo: o A. faz certamente idêa exacta de todas estas cousas, não o contesto; mas exprime-se de maneira que não é possivel intendel-o; e até com a phrase «adjectivo articular *ou* artigo» não parece elle significar que reputa o artigo o *unico* adjectivo articular? Importa pois descer a algumas considerações.

O artigo é uma especie dos adjectivos determinativos de que já antecedentemente tractei. Elle serve em geral para mostrar, que a palavra a que vem juncto se considera não quanto á comprehensão, mas quanto á extensão da respectiva idêa. Ora, como tal extensão pode considerar-se ou determinada ou indeterminadamente, d'ahi vem que o artigo é de duas especies, para poder modificar a extensão do substantivo d'ambos aquelles modos: determinadamente, e este é o artigo definido *o, a, os, as;* e indeterminadamente, e este é o artigo indefinido *um, uma, uns, umas,* que então differe muito dos adjectivos numeraes, em cuja classe o incluem. Esta é a doutrina verdadeira e corrente, e eu citarei apenas *J. Freire de Macedo,* que reproduz substancialmente a doutrina de *J. Soares Barbosa.* Diz elle (Gramm. § 20): «artigo é uma palavra que, anteposta ao substantivo, adverte que este ou está ou vai ser applicado á designação ou de generos, ou de especies, ou de individuos.»

E para exemplo de *genero* traz: «*O homem* nasce para trabalhos;» de *especie:* «*O homem* virtuoso ama o seu similhante;» e de *individuo:* «*O homem* que comprou esta casa, é muito rico.» E se o tal homem fosse já conhecido da pessoa a quem falamos, poderiamos dizer simplemente: «*O homem* é muito rico;» não que o artigo supprisse a proposição incidente eliminada, mas porque bastava para a recordar ao nosso interlocutor. D'aqui se infere que o A. deu para exemplo de todas as funcções do artigo o que apenas o pode ser d'uma d'ellas, o individualizar o nome; e alem d'isso omittiu o artigo indefinido, que no discurso portuguez desempenha papel tam importante.

Ouçamos ainda sobre este segundo poncto a *J. Freire de Macedo* (Gramm. § 21): «Na lingua portugueza ha dois artigos a saber *o, a, os, as,* e *um, uma, uns, umas:* o primeiro chama-se *definito,* porque só se emprega antes dos substantivos communs, que se tomam em sentido determinado; ou antes das outras partes da oração, quando as queremos substantivar para exercerem

os officios dos substantivos: o segundo chama-se *indefinito*, porque só tem logar antes dos substantivos communs, tomados individual mas vagamente. O artigo indefinito *um, uma*, bem se distingue do adjectivo numeral *um*, notando: 1° que equivale a *certo* ou *qualquer*, e não involve idêa de numero, como o adjectivo *um;* 2° que admitte plural, e não o adjectivo. Não pode um appellativo ser sujeito d'oração sem que expressa ou implicitamente esteja determinado; e por isso, a não o estar effectivamente por algum determinativo real, força é que o seja por um dos ostensivos, o artigo definito, se falamos de individuo certo, ou o indefinito, se de individuo vago, etc.»

Sendo por conseguinte dous, e dous devendo ser os artigos portuguezes, pois que assim o exige a plena enunciação do pensamento, não descubro razão plausivel para que o A., sobre dar-nos do artigo definido uma noção incompleta e inexacta, preterisse totalmente o artigo indefinido.

No fundo da pagina 13 que estou examinando, diz o A.:

«Além do artigo *o, a, os, as*, existem os seguintes *lo, la, los, las* que só se empregam na composição de algumas palavras; exemplo: *pelo, pela, pelos, pelas*.

Esta doutrina já foi vivamente impugnada pela imprensa periodica. É certo que ella contraría a opinião universal dos grammaticos, que todos conformam em dizer que os artigos definidos portuguezes são apenas *o, a, os, as;* e que esse *l* que ás vezes os antecede em algumas palavras (como *pelo, pela, amál-o, âmal-o*, etc.) não são rigorosamente pertença do artigo, senão o *r* ou *s* finaes das palavras antecedentes, trocados em *l* por euphonia. Para não cançar com citações demasiadas, apontarei sómente a opinião de dous dos mestres mais abalizados que têm escripto sobre a materia, *J. Soares Barbosa* e *Moraes e Silva*. Aquelle (Gramm. pag. 25) diz: «A palatal liquida *l* costumamos substituil-a já ao *r* final dos infinitos e das preposições *per, por*, já ao *s* ou *z* final de algumas pessoas dos verbos, acabadas em *ás, és, ís*, com accento agudo, quando se lhes seguem immediatamente os casos obliquos do determinativo pessoal da terceira pessoa *o, a, os, as*. Assim nos infinitos, em logar de dizer: ama*r-o*, quere*r-a*, ouvi*r-os*, dispo*r-as*, dizemos com mais suavidade: ama*l-o*, quere*l-a*, ouvi*l-os*, dispo*l-as;* e nas preposições, em logar de «pe*r-o*, pe*r-a*, pe*r-os*, pe*r-as*» dizemos melhor «pe*lo*, pe*la*, pe*los*, pe*las*.» Da mesma sorte

nos verbos irregulares *dizer, fazer, trazer,* que acabam as terceiras pessoas do presente em *az, ez, iz,* dizemos melhor fa*l-o,* di*l-a,* tra*l-os,* qui*l-as,* pô*l-as,* do que fa*z-o,* di*z-a,* tra*z-os,* qui*z-as,* pô*z-as.* Os nossos orthographos costumam na escriptura junctar o *l* euphonico ao pronome; mas está claro que, como elle substitue o logar do *r* ou *s* final da primeira palavra, nesse mesmo se deve pôr.» E a pag. 149 accrescenta: «O universal collectivo *todos, todas,* quer artigo: *todos os homens, todas as partes,* ou com a consonancia euphonica, para evitar o echo da mesma syllaba: to*dol-os* homens, toda*l-as* partes.» Pelo mesmo teor fala ***Moraes e Silva*** assim no Diccionario como na Grammatica: nesta (cap. 2, § 23) diz: «[Algumas figuras de dicção consistem]: 4°, quando por euphonia se muda, v. g., a consoante aspera em outra, «buscá*l*-o búsca*l*-o» por «busca*r*-o busca*s*-o», «tere*l*-o» por «tere*s*-o». E falando da palavra *pela,* diz: «palavra composta de *per,* do artigo *a,* e o *l* por euphonia.» Como estes opinam todos os bons grammaticos.

Muito valentes pois deviam ser as razões que trouxeram tantos escriptores insignes a um mesmo pensar, assim como mais valentes deviam ser as razões que teve o A. da *Grammatica nacional* para ir de encontro a tam respeitavel unanimidade, introduzindo na lingua portugueza tambem os artigos hispanhoes *lo, la, los, las.* Essas razões ainda não foram exhibidas convenientemente; e em quanto o não forem, deixe-nos seguir como mais acceitavel a opinião dos primeiros, pelas ponderações seguintes.

Um dos dotes capitaes a que qualquer lingua deve aspirar constantemente, é a precisão, isto é, a proporção exacta entre as palavras e as idêas; para conseguir a qual importa que a cada idêa se assigne seu vocabulo proprio. Ora a idêa significada com o artigo portuguez *o, a, os, as,* é a mesmissima que o A. pretende significar com os artigos hispanhoes *lo, la, los, las;* e assim não ha, debaixo d'este aspecto, razão plausivel para tal innovação, antes se lhe oppõe a tendencia constante das linguas para se tornarem precisas.

Mas, dizem, o artigo hispanhol *el* ainda hoje se conserva na lingua portugueza.— Conserva-se effectivamente, e póde e deve conservar-se, sem com isso destruir a precisão que recommendamos; porque não figura como artigo, isto é, como simples modificativo da extensão do nome com que se incorpora, senão como parte

componente da palavra *el-rei*, modificando o seu ultimo elemento quanto á extensão e quanto á comprehensão, pois significa não *qualquer* rei ou monarcha, senão *o* rei *de Portugal*, *o* monarcha *portuguez*.

Mais: é certo que a lingua portugueza, antes de se fixar e tomar uma fórma definitiva, o que succedeu por fins do seculo 16°, tinha differentes artigos, palavras escriptas de modos diversos e até contradictorios, terminações de nomes e fórmas de verbos muito desvairadas, etc.; o que tudo lhe dava um ar informe e character rude, que o estudo comparado das linguas originaes, e o progresso da philosophia foram desbastando, polindo e aprimorando. Assim, nesses tempos de rudeza primitiva havia em portuguez os artigos *lo, la, los, las*, e tambem *ho, ha, hos, has*, talvez derivados os quatro primeiros do adjectivo latino *illo, illa*, e os outros do adjectivo tambem latino *hoc, hac.* Todos estes porem vieram a simplificar-se, desapparecendo totalmente uns, e reduzindo-se os outros aos nossos artigos actuaes *o, a, os, as*. E por conseguinte, quem sem nenhuma razão de conveniencia admitte os taes artigos obsoletos, recúa com a lingua até essas epochas de rudeza e barbaria, retrocede em vez de progredir.

Diz o A.: mas esses artigos encontram-se em muitos documentos antigos; existiram pois, logo ainda existem.—Porque existiram, não se segue que ainda hoje existam. Quantos vocabulos, quantas phrases, quantas fórmas verbaes não têm existido em nossa lingua, que hoje não apparecem nella? Para que o argumento colhesse, devera o A. mostrar-nos primeiro que, nas taes palavras onde elle os suppõe entrar (*pelo, amalo, todolo*, etc.), as letras *r* e *s* que lá faltam, foram eliminadas, e que o *l* que lá apparece, é pertença dos suppostos artigos *lo, la*, e não as dictas letras *r* e *s*, trocadas em *l*. Dizem que se supprimiram por euphonia.—Mas a isso opponho que, se tal razão colhesse, devia dar-se tambem no idioma hispanhol a que os taes artigos pertencem, e então devia operar-se lá a mesma elisão ou suppressão: ora tal não succede, porque os hispanhoes dizem muito bem: *evitarlo, ponerlo, fingirlo*, etc. O A. em dous artigos que na *Gazeta de Lisboa* publicou sobre este objecto, respondendo a quem lhe impugnava similhante doutrina, limitou-se a affirmar que no idioma portuguez, antigo e barbaro, havia os taes artigos (assim como havia *el, ho*, etc., e não sei se mais algum que hoje não ha): porem similhante

argumento, se alguma força tem, é só contra quem o produz, pois o que logicamente deve concluir-se d'elle é que, assim como se tornaram obsoletos, por inuteis e barbaros, os artigos *el*, *ho*, *ha*, etc., o mesmo succedeu aos artigos *lo*, *la*, *los*, *las*, que estão no mesmo caso, ficando subsistindo só os artigos *o*, *a*, *os*, *as*, que satisfazem cabalmente á enunciação do pensamento.

Finalmente: nenhuma razão diviso para affirmar que o artigo, collocado *antes* de certas palavras, deve escrever-se *o*, *a*, *os*, *as*; e collocado *depois*, deve escrever-se *lo*, *la*, *los*, *las*. O simples bom senso resiste a similhante asserção. Se em um e outro caso a idêa significada é a mesma, por que não ha de ser o mesmo o signal significador? «Folgo de *o* encontrar, folgo de encontra*l-o*.—Tu *o* estimas, tu estima*l-o*.» Ninguem dirá que estas phrases, duas a duas, não sejam realmente equivalentes: *o encontrar* vale o mesmo que *encontral-o*, *o prezas* vale o mesmo que *prézal-o*. Por conseguinte não vejo razão plausivel para dizer que *o* posto *antes* é o artigo *o*, e posto *depois* é o artigo *lo*; acho muito mais simples, mais racional, e mais consentaneo com o aperfeiçoamento gradual das linguas a opinião seguida por todos os bons grammaticos, a saber: que o artigo portuguez definido é só um—*o*, *a*, *os*, *as*, e que o *l* que ás vezes o antecede é elemento da palavra anterior. Não julgo porem esta materia de importancia tal, que valha a pena discutir-se mais extensamente, e assim passo já a outra cousa.

### GRAUS DOS ADJECTIVOS

Desejo não me tornar prolixo subjeitando a uma analyse miuda todos os §§ da *Grammatica nacional*, que todavia a estão provocando; e assim, passo em silencio os adjectivos *possessivos*, *demonstrativos* e *relativos*, que o A. se limitou a indicar sem os definir, embora definisse cousas de bem menos importancia, como o *genero*, o *numero* dos nomes, etc. Passo os adjectivos *numeraes*, que o A. diz *absolutamente* serem os que designam um numero *definido*, como se não houvesse (e o proprio A. depois reconhece haver) muitos numeraes *indefinidos*. Passo os *generos*, onde faz depender o genero dos entes não-animados e por conseguinte não-sexuaes, só da mera qualidade da desinencia, ou, para empregar as suas mesmas expressões, «de elle ter *desinencia masculina* ou

de ter *desinencia feminina.*» Passo tudo isto; mas não posso deixar de me deter um pouco nos §§ 31—33, onde diz:

«§ 31 — *Grao* é a propriedade que os nomes teem de graduar a sua significação.»

É bem de ver que, contra todas as prescripções, entra o definido na definição. E depois prosegue:

«§ 32 — Os graos são tres: *augmentativo, diminutivo* e *positivo.—Augmentativo* é quando se augmenta a significação da palavra; exemplo: *mocetão, caixão*· *Diminutivo* é quando se diminue; exemplo: *mocinho, caixinha. Positivo* é quando se não augmenta nem diminue, isto é, quando se considera no seu estado ordinario; exemplo: *moço, caixa.*»

Continúa o mesmo vicio notado, e inverte-se a ordem natural das idêas, que era começar pelo adjectivo positivo, visto como servia de termo de comparação para os outros dous graus, augmentativo e diminuitivo. Porem vamos ao principal, que é o resto.

«§ 33 — Os adjectivos teem só grao augmentativo, e denomina-se grao *superlativo;* exemplo: *prudente prudentissimo, alto altissimo, pequeno pequenissimo.*»

Ora sobre isto é que não posso abster-me de chamar especialmente a consideração do A., e de advertir que os adjectivos qualificativos admittem todos os tres graus de significação, o *positivo*, o *augmentativo* e o *diminutivo. Mocinho*, por exemplo, que o A. cita acima no § 32, nada mais é que o adjectivo *moço* no grau diminutivo: *bonitinho, galantinho, compostinho*, etc. são outros tantos adjectivos diminutivos. O A., tam versado como mostra ser na leitura de nossos classicos, ha de ter presente aquelle bellissimo passo de Fr. Luiz de Sousa, na *Vida do Arcebispo,* onde este prelado venerando e exemplar, referindo-se a um menino a quem o pessimo tempo de frio, vento e chuva não podera arredar de juncto d'umas ovelhinhas que andava pastoreando, para se agasalhar numa lapa que alli se abria ao pé, por temer que entretanto viesse o lobo ou a raposa e practicassem algum maleficio, acrescenta, voltando-se para os companheiros de jornada: «E este *esfarrapadinho* innocente ensina a Fr. Bartholomeu a ser arcebispo etc.», onde *esfarrapadinho* é visivelmente um adjectivo diminutivo.

Finalmente é objecto digno de reparo que o A. aqui nada dissesse quanto ao modo geral, como na lingua portugueza se formam os comparativos e os superlativos; pois, com quanto não haja para

elles forma especial em a nossa lingua, ha todavia certas locuções peculiares que os supprem; e, attenta a frequencia de taes adjectivos, pedia a razão e o bom methodo que o A. désse d'estas palavras uma noticia embora abreviada, o que se nota tanto mais, quanto elle apparece prolixo e diffuso sobre materias alias de menos importancia. Qualquer obra didactica, especialmente um livrinho destinado ao uso das creanças, deve estar redigido com harmonia, não tractando certas doutrinas extendidissimamente, e tocando outras de leve, ou preterindo-as de todo. E todavia foi isto exactamente o que fez o A. a respeito dos comparativos, dos superlativos e das desinencias dos augmentativos e diminutivos, sobre o que quasi nada disse; quando por outra parte foi extenso e diffuso até fatigar, sobre o plural e genero dos nomes, materias que os meninos nunca poderão apprender bem senão pela practica.

E nesta parte não é só para censurar a demasiada extensão com que a doutrina vem exposta, senão tambem o modo pouco preciso e correcto como as regras vêm formuladas, apparecendo em todas o proposito visivel de variar e inchar a phrase, ainda quando exprime doutrina simples e similhante; cousa inconvenientissima para quem apprende, e que não revela muito bom gosto em quem ensina. Por exemplo, diz o § 33:

«Regra geral — Os nomes substantivos e os nomes adjectivos formam o plural fazendo-os terminar pela lettra *s*, exemplo: *alma almas, breve discurso, breves discursos.*»

Fôra para desejar que o A. nos explicasse com que nome concorda, ou a que nome se refere o participio *fazendo*, e em que relação está com o verbo *formam?* A mesma phrase repete adeante no § 45:

«Regra geral — Os nomes substantivos masculinos e os adjectivos formam o feminino fazendo-os terminar pela lettra *a: Antonio Antonia, Thomaz Thomazia, leão leôa, virtuoso virtuosa, cru crua.*»

E d'ahi, passando ao que chama a *especificação da regra geral,* em vez de apanhar e resumir, como fazem os bons methodistas, toda esta doutrina em tabellas simples e luminosas, dilata e varía a dicção quasi por acinte. Haja exemplo:

«§ 37... Os nomes acabados em *l* formam o plural da seguinte maneira: 1.° Se o *l* está precedido de *a, o, u,* formam o plural mudando o *l* em *es;* exemplo: *sal, saes,* etc. 2.° Se o *l* se acha precedido de *e* formam o

plural mudando o *l* em *is*: *Annel anneis*, etc. 3.° Se é precedido de *i* longo mudam o *l* em *s*; exemplo: *buril*, *buris*, etc. 4.° Se acabam em *il* breve mudam esta terminação para *eis*: *projétil projéteis*.»

(Não sabemos que na côrte pronunciem e accentuem de tal modo esta ultima palavra: aqui na provincia costumam dizer *projectíl*, *projectís*, e assim vejo a palavra accentuada no Diccionario de *Moraes e Silva*). Abstenho-me de fazer considerações sobre similhante modo de redigir: esta variação de phraseado poderá talvez mostrar a potencia imaginativa de quem a emprega, mas nada aproveitará certamente á instrucção da infancia.

VERBOS

Indo occupar-se d'esta nova parte do discurso, o A. começa por uma explanação philosophica das que usa, e fala nos termos seguintes:

«Constituem a vida da alma as idéas e os juizos. Os juizos exprimem-se pelos verbos, as idéas pelas demais classes de palavras. O verbo é a palavra com que se falla, todas as mais exprimem aquillo de que se falla. Deriva-se do vocabulo latino *verbum* que quer dizer palavra. Tão importante é a sua funcção no discurso, que se lhe deu por excellencia este nome, como que para indicar que é esta a palavra essencial do discurso, como se outros vocabulos não fossem tambem palavras. Effectivamente o verbo nas variações em que affirma é o termo que representa a actividade do espirito, a acção do pensamento. Sem verbo não pode enunciar-se um juizo, isto é, formar-se uma oração.»

Isto diz o A. para explicar a natureza do verbo, que subsequentemente define: porem com toda essa explicação não consegue o seu intento, pois, se a cousa antes era obscura, depois de assim explicada não ficou mais clara; é que falta a lucidez á idêa, a precisão á phrase, a verdade e exactidão ao conceito.

E em primeiro logar, não se pode dizer absolutamente que a *vida da alma* seja constituida só pelas *idéas* e *juizos*. A vida de qualquer ente cifra-se na manifestação inteira da sua essencia: ora as idêas e os juizos são phenomenos que apenas revelam a intelligencia; e a alma não é substancia só intelligente. A consciencia e o raciocinio, traduzidos na linguagem e no consenso unanime do genero humano, representam-nos a alma como uma substancia intelligente, sensivel e volitiva; e por conseguinte a sua vida completa, a manifestação inteira da sua essencia, é constituida não só

pelas idêas e juizos, senão tambem pelas sensações, sentimentos, determinações, desejos, volições, paixões, etc. Quereria o A. dizer que a todos esses actos pode o espirito applicar a acção reflectida do seu intendimento em idêas e juizos? De accordo: porem então não devia dizer que constituem a vida da alma as idêas e os juizos; mas, que sobre os varios actos de sua vida a alma reflecte estudando-os em idêas e juizos.

Diz mais que os juizos se exprimem pelos verbos. Tambem isto não se pode admittir vaga e absolutamente, como se diz. O A. sabe muito bem que a operação do juizo consiste em o espirito relacionar immediatamente duas cousas entre si, percebendo ou intendendo que uma está incluida na outra. Ora esta relacionação opéra elle ou espontaneamente, isto é, sem possuir o conhecimento previo e abstracto dos dous objectos relacionados; e taes são os nossos conhecimentos na primeira edade, conhecimentos concretos, cujas partes elementares estão, por assim dizer, fundidas e amalgamadas: ou reflexamente, isto é, junctando de sobrepensado os elementos abstractos, ou as idêas, antes separadas dos conhecimentos concretos; e estes são os conhecimentos mais numerosos e propriamente nossos, visto que na terra somos nós os unicos entes racionaes. Muitos juizos primitivos e espontaneos ha enunciados só por um verbo: porem muitos, muitissimos ha, derivados e reflexos, que não são, nem podem ser, significados só por esse meio, pois os elementos do respectivo acto mental, são abstractos, estão separados uns dos outros, e por conseguinte a palavra, que é a imagem fiel do pensamento, deve traduzil-os por termos tambem distinctos e separados. Mais breve e mais simples: julgar, mormente com reflexão, é achar relação entre duas idêas; logo, em todo o juizo figuram sempre duas idêas, uma absoluta, a do *objecto*, e outra referida, a da *qualidade* que o espirito lhe attribue; e demais a *referencia* (elemento puramente subjectivo) d'aquellas duas idêas uma á outra. Ora a proposição é a enunciação d'um juizo, é a expressão verbal d'essa operação mental: logo não consta só do verbo, que é um de seus elementos, mas consta tambem dos outros dous, o *subjeito*, objecto do juizo, e o *attributo*, qualidade referida ao subjeito; e ainda quando o verbo só por si inclua, como bem vezes inclue, o *attributo* e a *relação*, nunca exprime o *subjeito*, que pode ser muito variado.

Eu não ignoro que o verbo, como exprime a operação intelle-

ctual da relacionação dos dous elementos do juizo, é a parte principal da proposição: mas de ser a parte principal a ser a parte unica vai um abysmo. Tambem ha innumeraveis proposições onde não se expressa o verbo, e que todavia são verdadeiras proposições, como estas: *Bem vindo*, isto é, sejas; *A Deus*, isto é, te encommendo; *Até logo*, isto é, te espero; *Mal ganhado mal gastado, virtude dom do céo*, etc. Em nenhuma d'ellas o verbo está claro, e todavia enunciam juizos, são verdadeiras proposições.

Tambem é menos exacto o dizer que as idêas se exprimem pelas *outras especies de palavras* alem do verbo. Nesta phrase «o saber não toma logar» o *saber* é uma idêa elementar do juizo, porque é o subjeito da proposição, e todavia exprime-se por um verbo. Até o proprio A. reconhece isto mesmo logo no § 75. Por quanto aqui, no logar que estou analysando, affirma positivamente que os juizos se exprimem pelos verbos, e *as idêas pelas mais palavras;* e accrescenta que «sem verbo não pode formar-se oração,» d'onde era legitimo inferir que as idêas, e por conseguinte os dous termos da proposição, não podem ser exprimidos pelos verbos, nem por conseguinte pelas proposições. Pois não é assim: o mesmo A. logo adeante, no § 75, desmente isto, quando diz que o subjeito e o attributo (verdadeiras *idêas elementares* da proposição) podem ser expressados por uma ou muitas orações. Logo reconhece aqui o que negára acolá, a saber: que as idêas tambem podem ser significadas pelos verbos.

Ainda mais: não me parece exacto que o verbo seja a palavra *com que se fala*, e que todas as outras exprimam aquillo *de que se fala*. Com quanto similhante expressão não seja assás clara, parece-me, em presença do contexto citado, que o A. pensa que o verbo significa só o elemento *subjectivo*, isto é, o subjeito que pensa e por vocabulos exprime o seu pensamento; e que todas as outras palavras significam o *objecto*, isto é, aquillo que o subjeito pensa e exprime falando. Se por ventura a dicta phrase tem, como parece, este sentido, reputo-a menos exacta; por que só o verbo substantivo *ser* exprime o elemento subjectivo, estreme e sem mistura (se o exprime, pois isso ainda não é liquido): todos os outros verbos, alem do elemento subjectivo (a percepção da relação), incluem o elemento parcial do objecto (a qualidade, o estado, a acção, a paixão, etc.) attribuido á substancia. Logo o verbo não exprime só o *acto do subjeito* que pensa, exprime tam-

bem o *modo de ser* que elle intende existir na substancia; e sendo isto assim, não pode dizer-se absolutamente que «o verbo é a palavra *com que* se fala, e que todas as mais exprimem aquillo *de que* se fala.» O verbo recebeu effectivamente este nome (o de *palavra por excellencia*) em razão do papel importante que representa na enunciação da sentença, pois significa o acto da relacionação das idêas do juizo, o qual acto, subjectivamente considerado, é o mais capital da intelligencia: porem isto é o verbo ideal, o verbo puro; mas o verbo philologico, de que aqui tractamos, e qual as linguas nol-o representam, esse está muito longe da tal pureza ideologica; elle exprime não só o acto do pensamento, mas ainda uma parte notavel do objecto pensado.

Venha agora a definição de verbo. Diz o A.:

«§ 73—Verbo é a palavra com que se attribue ao sujeito uma acção ou uma qualidade, ou tambem com que se representa simplesmente uma acção ou um estado: exemplo: *Deus é omnipotente.—As arvores florescem.—Amar a Deus é o primeiro preceito do Evangelho.*»

E depois, em nota, explicando os exemplos diz:

«No primeiro exemplo, o verbo é a palavra *é*, pois attribue ao sujeito Deus a qualidade de ser omnipotente. *Florescem* outro verbo, porque attribuem a acção de florescer ao sujeito *as arvores*. *Amar* é um verbo, porque representa simplesmente uma acção, *é* outro verbo, porque attribue á acção *amar a Deus* a qualidade de ser o *primeiro preceito do Evangelho.*»

Aqui está fielmente transcripta a definição e a nota. Agora as reflexões que uma e outra estão suggerindo.

É o verbo a parte principal da oração e do discurso, porque é a base e a raiz da enunciação do juizo, funcção capital do intendimento; merece pois nossa especial attenção, e a tem merecido a quantos tractaram esta materia. Muitas porem são as difficuldades que experimenta quem pretende dar uma definição de verbo exacta e cabal; já porque são muitos e varios os aspectos sob que esta palavra se pode considerar, já porque ao verbo ideologico puro têm as linguas aggregado elementos extranhos, que não deixam precisar o que constitue a essencia exacta d'esta parte da oração. Todavia duas são, me parece, as faces geraes sob que o verbo se pode considerar, a saber: quanto ao elemento *subjectivo*, que traduz puramente o acto do espirito quando julga; e quanto ao elemento *objectivo*, ou modo de ser (qualidade, estado, acção, etc.)

que o espirito conhece haver na substancia. Attendendo ao elemento subjectivo, alguns auctores definiram verbo — a palavra que com a substancia relaciona o seu modo de ser, mostrando que este existe nella: attendendo ao elemento objectivo, outros começaram por fazer uma resenha dos varios modos da substancia, e os incluiram depois na definição do verbo, dizendo que é — a palavra que affirma o ser e o modo de ser sob a modificação variavel do tempo. De ambos estes modos se pode definir o verbo: o primeiro é mais especulativo, e o segundo mais practico; o primeiro é mais philosophico, e o segundo mais philologico. O A. adoptou este segundo modo, nem por isso é censuravel: porem, visto que pretendia incluir na definição todos os elementos de que podem compor-se os verbos innumeraveis que conta a lingua portugueza, devia enumerar esses elementos todos, ou quando menos as suas classes principaes, e encerral-os depois na dicta definição.

Ora, não foi isto o que o A. fez; pois dos elementos attributivos só referiu a *acção* e a *qualidade*, e não padece duvida que, alem d'aquelles dous modos de ser da substancia, outros muitos ha. Por exemplo, em todos estes verbos: *sou, existo, subsisto, vivo, brilho, salto, busco, padeço*, etc., o elemento attributivo é differente: em *sou* é *ente*, ou expresso fóra do verbo, ou incluido nelle (como poucos querem); em *existo* é *existencia;* em *subsisto* é *substancia;* em *brilho* é *qualidade;* em *vivo* é *estado;* em *salto* é *acção intransitiva;* em *padeço* é *paixão:* e outros verbos podera eu enumerar, cujos elementos attributivos são tam desvairados como as cathegorias, materia delicadissima, e que têm exercido as maiores intelligencias desde Aristoteles até Kant. Porem, ainda quando não queiram levar tam longe a classificação dos elementos attributivos do verbo, é de todo impossivel reduzil-os sómente á *acção* e á *qualidade*, omittindo, quando menos, o *ser* e o *estado*. Por conseguinte a definição na sua primeira parte é defeituosa, porque não define o verbo substantivo, nem os verbos adjectivos neutros, pois em grammatica é opinião corrente que taes verbos significam acção intransitiva, ou mero *estado*.

A outra parte da definição, onde se dá a intender que pode haver oração, que represente acção ou estado, *sem subjeito* claro ou occulto que obre ou esteja, é de todo o poncto inadmissivel, nem a prova o exemplo adduzido. Em verdade, se o verbo exprime acção, alguma causa deve haver que a practique; e se exprime

estado, alguma substancia deve haver em que resida; e essa causa ou substancia serão, indefectivelmente, os subjeitos das respectivas proposições. Todo o verbo exprime o ser ou o modo de ser da substancia sob a modificação variavel do tempo; eis a essencia do verbo: ora, como não haja verbo sem proposição, tambem não ha proposição nem verbo sem substancia ou subjeito, a que se attribua quer a existencia pura, quer a existencia modificada.

No exemplo allegado «amar a Deus etc.» *amar* é verbo, não por significar simplesmente uma acção, como o A. intende, pois a palavra *amor* tambem a significa, e não é verbo; mas, porque designa o modo de ser d'um subjeito ou causa, debaixo da modificação variavel d'um tempo (aqui o indefinido, ou presente, ou preterito, ou futuro). Por conseguinte o verbo *amar* forçosamente ha de ter um subjeito, embora lá não venha expresso; esse subjeito é o ente que ama a Deus, é a humanidade inteira. Em summa: esta definição do verbo pecca por não comprehender todo o definido, e por encerrar doutrina menos verdadeira.

## SUBJEITO E ATTRIBUTO

D'este mesmo defeito padece a definição de *subjeito* e *attributo*, que vem no § 74:

«A pessoa ou coisa a *quem* o verbo attribue uma qualidade ou uma acção chama-se sujeito, e aquillo que se attribue diz-se attributo; exemplo: *Deus é misericordioso.*»

Passo pelo emprego abusivo do relativo *quem* depois de cousa (*cousa a quem*), sendo certo que o tal relativo só pode referir-se a pessoas ou a cousas personificadas. Passo por aquella phrase «o *verbo* attribue uma qualidade,» tendo-se já definido verbo a palavra «com que *se* attribue,» isto é, *alguem* attribue ao subjeito etc.;» de maneira que acolá é *se*, é alguem, é uma pessoa, que por meio do verbo attribue o predicado ao subjeito; e aqui já não é o *se*, ou alguem, ou a pessoa, é o mesmo verbo que faz a attribuição. Este modo incoherente de definir muito deve empecer o ensino das creanças. Passo por tudo isto, e limitar-me-ei a ponderar que o subjeito da oração não é só a substancia a que se attribue unicamente *qualidade* ou *acção*, tambem se lhe pode attribuir, quando menos, *estado* e *paixão;* e que tam numerosos, como os verbos

de *estado* e *paixão*, são os subjeitos a que se pode attribuir uma e outra cousa.

Não devo passar adeante sem advertir que toda esta materia sobre subjeitos, attributos, orações, complementos, etc., é alheia do presente logar. A etymologia só estuda e classifica as palavras elementares, consideradas separadamente e sem respeito ás relações pelas quaes se junctam no discurso; a syntaxe é que toma esses elementos, e attentas as relações das respectivas idêas, compõe com elles as orações, as phrases e os discursos, constituindo assim uma synthese ou todo harmonico daquellas partes analysadas. E assim o estudo das funcções das palavras, consideradas como partes componentes do discurso, devia entrar na syntaxe, e nunca na etymologia. Sem embargo, para não alterar a ordem das materias, neste mesmo logar farei sobre aquella doutrina as reflexões que me occorrerem.

No § 75 diz:

«O sujeito e o attributo de uma oração pódem ser uma ou muitas palavras, ou *mesmo* uma ou muitas orações; exemplo: *Julia Marianna e Leonor são elegantes.....—Lei é da natureza... serem os filhos obrigados a pagar as dividas de seus paes.*»

Sublinhei a palavra *mesmo* por não dizer com a *vernaculidade*, que o A. tanto recommenda. Elle deve saber que o adjectivo *mesmo* sem palavra com que concorde, é rejeitado pelos escriptores de melhor nota como gallicismo escusado; é o *même* francez, e deve substituir-se por *tambem*, *até*, *ainda*, etc., como elles dizem.

No § 76 vem doutrina já antes apontada como menos exacta:

«A maioria das orações não teem attributo claro, por isso que está incluido na propria significação do verbo; como tambem algumas não teem sujeito claro nem subentendido; exemplo: *Julia vive.— Chove, troveja.*»

E depois em nota:

«Quando se diz *Julia vive,* quer dizer que ella está exercendo a acção de *viver*. Portanto o verbo já contém a idéa que se attribue ao sujeito. Quando digo *chove,* esta oração além de não ter attributo claro, não tem sujeito, pois o meu espirito não deseja exprimir mais que uma acção, o estado da atmosphera de estar a cair chuva.»

Antes de tudo notarei em geral a accepção abusiva das palavras *vive*, *acção*, *estado*, não se duvidando affirmar que *vive* exprime a *acção de viver* exercida pelo subjeito Julia, e d'esta arte reputan-

do-se *activo* o verbo *viver*, quando a razão e a auctoridade proclamam que elle exprime *estado* e não *acção*. *Viver* não é acto que Julia *faça*, é estado em que Julia *existe*. Tambem julgo notavel impropriedade chamar *acção* ao *estado* da atmosphera quando chove; e, o que peior é para o A., compromette grandemente a sua theoria, pois se o tal estado é acção, alguem a practica, e esse alguem é o subjeito da proposição, vindo assim o proprio A. a ministrar armas contra si. A verdade porem é que—*chove, troveja, neva, relampeja*, etc., formando como formam orações ellipticas, devem ter subjeitos claros ou occultos. Accresce que, segundo a mesma theoria do A., o verbo designa *acção* e *qualidade;* ora alguem deve practicar essa acção e ter essa qualidade, e esse alguem é indubitavelmente o subjeito.

D'accordo com as prescripções do bom senso está a opinião corrente dos grammaticos, entre os quaes, para não enfadar, apenas citarei a *J. Soares Barbosa*, que na Gramm., pag. 242, diz: «.... Os verdadeiros verbos *impessoaes* são aquelles que se não usam nunca senão na terceira pessoa do singular, como *amanhece, anoitece, chove, neva, orvalha, troveja, trovoa, venta*, etc. Os sujeitos d'estes verbos, que podem ser *Deus*, o *ceo*, a *nuvem*, etc., pela maior parte se subintendem; ás vezes porem se expressam, como: Se amanhece *o sol*, a todos aquenta; se chove *o ceo*, a todos molha.» E *Moraes e Silva* (Gramm. liv. 2°, cap. I, § 1, n. 3) diz: «Não ha sentença sem nome sujeito e sem verbo, *expressos ou occultos*, diversos ou cognatos.» Ora ninguem dirá que *chove, neva, troveja*, etc., não exprimam alguma sentença: por conseguinte fôrça é reconhecer-lhes algum nome subjeito, que, se não está claro, está certamente subintendido.

## COMPLEMENTOS

Depois de estudar os elementos da proposição, o A. tracta dos diversos *complementos*, e como preambulo philosophico diz:

«Nenhum idioma possue os vocabulos sufficientes para representar por uma só palavra as idéas que o homem tem ou que o seu espirito póde crear. Forçoso era portanto inventar um artificio, pelo qual podessemos não ficar privados de exprimir os nossos pensamentos com rigor e exactidão. Esta é a origem dos complementos. Se não houvesse, por exemplo, o vocabulo *caridade*, ter-se-hia de dizer o *amor do proximo;* e as palavras *do proximo* seriam um complemento do substan-

tivo amor; pois que explica a accepção, em que este vocabulo se acha tomado. Se não existisse o verbo *correr*, dir-se-hia *andar com velocidade*, e os termos *com velocidade* seriam complemento do verbo andar. *João toma bebidas alcoolicas a ponto de perder a razão;* neste trecho as palavras *bebidas alcoolicas* são um complemento do verbo tomar, *até perder a razão* outro complemento do mesmo verbo. Tambem estes complementos podiam dispensar-se, empregando o verbo *embriagar: João embriaga-se.*»

Transcrevo na integra toda esta explanação, porque desejo que os leitores façam idêa completa do alcance philosophico das reflexões da *Grammatica nacional.* E passando agora á analyse, noto primeiramente, que o A. creia na possibilidade *d'um idioma, que representasse por um só vocabulo as idêas que o homem tem!* Similhante idioma teria a qualidade inconcebivel de constar d'uma palavra unica, o que é de todo o poncto absurdo. Noto depois a origem que o A. assigna aos complementos: *a pobreza das linguas.* E a mim parece-me que é antes a *riqueza d'ellas*, ou melhor, o *character analytico da linguagem;* o que poderá demonstrar-se pouco mais ou menos da maneira seguinte.

Todo o discurso, por mais complexo que o figuremos, resolve-se a final em orações separadas ou junctas, plenas ou ellipticas; e toda a oração, como enunciação que é d'um juizo, consta necessariamente de tres elementos: dous absolutos, o subjeito e o predicado (ou a substancia e o modo), e um connexivo, o verbo (que juncta a modificação á respectiva substancia). Ora, especialmente os dous elementos absolutos da proposição ou representam idêas simples, ou idêas complexas: no primeiro caso pode cada um traduzir-se por sua palavra simples; no segundo, que é o mais frequente, requerem-se tantas palavras, quantos forem os elementos constitutivos da idêa total; porem estas palavras diversas, para bem retratarem a unidade do conceito, devem ligar-se e adunar-se por meio de certos vinculos, ultimando umas o pensamento começado nas outras. Aqui está em que consiste a essencia dos complementos, que assim vêm fundar-se, como é visivel, no character analytico da linguagem.

Mostremos agora isto com exemplos, e sirvam aquelles mesmos que o A. produziu. A palavra *amor* significa um acto complexo da alma, o qual exige, pelo menos, causa que o practique, e objecto a que se refira: é pois uma expressão que para acabar de intender-se necessita d'outras, por ex. *homem* para subjeito ou agen-

te, e *Deus, proximo, gloria, honras, riquezas*, etc. para objectos; expressões que ligadas entre si compõem as phrases seguintes: *Amor do homem para com Deus, amor do homem para com o proximo, amor do homem ás honras, á gloria, ás riquezas*, etc. Tambem a palavra *ir*, como significa um movimento, exige outras palavras que exprimam o poncto *d'onde* elle começa, o meio *por onde* passa, o termo *para onde* tende, etc., e pode exigir ainda outras que exprimam o *tempo em* que, o *modo* como, e o *fim para* que elle se opéra, etc.; o que tudo pode dar occasião a phrases complexas, como a seguinte: *Pedro hontem inesperadamente foi de Coimbra ao Porto pela via-ferrea a tractar negocios de importancia.* D'onde se deprehende que as duas palavras *amor* e *ir* exigem complementos, por exprimirem o principio de dous actos sobremaneira complexos, um da alma e o outro do corpo, os quaes para se enunciarem cabalmente exigem o concurso de diversas expressões, que convenientemente ligadas umas ás outras representem o conceito total. Por conseguinte, os complementos são exigidos pelo character analytico das linguas. Finjamos uma lingua a mais rica possivel, uma lingua que tenha um diccionario para cada idêa e suas modificações; essa mesma lingua, riquissima como é, ha de precisar de complementos: o mesmo Deus não podera falar sem complementos, porque falando teria de *exprimir* e *analysar* por palavras os seus conceitos, d'essas palavras umas começariam e as outras acabariam a enunciação, e ahi, exactamente ahi, começava a necessidade dos complementos.

Labora pois o A. em um grande equivoco, quando suppõe que, se não houvesse a palavra *charidade*, fôra necessaria a phrase *amor do proximo;* que se não houvesse a palavra *correr*, fôra necessaria a phrase *andar com velocidade* (ainda supposto, não concedido, que estas expressões complexas sejam equivalentes áquellas palavras simples). Nada d'isto me parece exacto. Ainda que houvesse, como realmente ha, as duas palavras referidas, *charidade* e *correr*, não se tornavam por isso inuteis as taes phrases complexas, que o A. presume corresponderem-lhes. Por quanto, umas vezes alguem quereria exprimir aquella virtude ou este acto *syntheticamente,* e então empregava cada um dos dous vocabulos só; outras vezes quereria significal-os *analyticamente*, isto é, resenhando as partes elementares que compõem cada um dos respectivos conceitos, e então tinha de empregar phrases tambem complexas. E o que se

dá a respeito d'estes dous vocabulos e suas idêas, dá-se a respeito de todas as outras idêas e vocabulos que constituem o idioma portuguez e todos os idiomas do mundo. Os complementos pois são necessarios na linguagem falada, porque nós falando *exprimimos* e ao mesmo passo *analysamos* os nossos pensamentos; e esta *expressão analytica* não pode effeituar-se senão por meio de palavras, umas das quaes comecem e as outras acabem a enunciação do conceito. Logo a causa dos complementos está no *character analytico da linguagem*, e não na *pobreza das linguas*.

Vejamos agora a definição que o A. dá de complemento e suas especies. Diz no § 77:

«Chama-se *complemento* a uma ou mais palavras que se juntam a outra ou outras para lhes precisar ou completar a significação; exemplo: *Vaso de oiro.*»

E nos §§ 78—80:

«Os complementos dividem-se em complementos *objectivos* e *circumstanciaes*. Complemento *objectivo* é aquelle que o verbo precisa para poder exercer a sua acção; *D. João I desbaratou o exercito castelhano....* Complemento *circumstancial* é aquelle com que se amplia, restringe, determina ou explica a significação da palavra a que se junta. *Os caminhos da virtude são direitos. Não ha no mundo alegria sem sobresalto; não ha concordia sem dissensão; não ha descanço sem trabalho......*»

E em nota:

«No primeiro exemplo as palavras *da virtude* são complemento circumstancial do sujeito *os caminhos*. No segundo exemplo as phrases *no mundo, sem sobresalto, sem dissensão, sem trabalho....* são complementos circumstanciaes.»

E nada mais sobre complementos. Toda esta doutrina contraría o sentir dos grammaticos e a philosophia da linguagem. Começando pela definição, não se intende bem o que o A. quiz dizer com a phrase *precisar a significação*, como cousa differente de *completar a significação;* quando parece que a palavra ou phrase que *precisa* o sentido d'outra, por esse mesmo facto *completa* a idêa começada nella. Em segundo logar, reduzindo todos os complementos a *objectivos* e *circumstanciaes*, e eliminando os *terminativos* e *restrictivos* o A. encontra a boa razão e a praxe geral dos grammaticos.

O tractado dos complementos pertence á syntaxe de regencia; e os complementos fundam-se na relação de determinação que têm entre si as idêas de qualquer sentença. Logo, para se esta-

belecerem as varias especies de complementos que podem entrar em qualquer sentença, é preciso resenhar as especies de relações de determinação que as palavras guardam entre si. Ora, nestas relações, o antecedente ou é uma palavra cujo sentido precisa de ser determinado por outra, ou é uma palavra que, sem carecer de similhante determinação, todavia, quando ella lhe advem, fica de sentido mais restricto ou mais ampliado. No primeiro caso, quando o antecedente necessita de determinação, isto succede por uma de duas razões: ou porque a palavra denota uma acção, e conseguintemente exige após si objecto sobre que ella recaia, e este complemento diz-se *objectivo;* ou porque a palavra offerece sentido relativo, e pede após si o termo de sua referencia, e diz-se complemento *terminativo*. No segundo caso, isto é, quando a palavra antecedente por sua natureza não exige determinação, ou é um nome commum e vago, cuja significação geral pede outro que a restrinja, e esse complemento diz-se *restrictivo;* ou é um nome a cuja significação se dá algum desinvolvimento por meio d'outro que se lhe ajuncta, e esse complemento diz-se *circumstancial*. Logo, quatro são as relações de determinação, e quatro por conseguinte as especies de complementos: *objectivo, terminativo, restrictivo* e *circumstancial*. Esta é a doutrina professada por todos os bons mestres, entre os quaes só mencionarei a *J. Soares Barboza* (Gramm. pag. 392—404). Ahi expende elle com toda a lucidez a materia que deixo compendiada, e explica a differença que ha entre os diversos complementos: que o complemento *objectivo* é o primeiro termo, o objecto sobre que se exercita a acção do verbo activo sem mediar preposição; que o *terminativo* limita a significação relativa da palavra que completa; e que, visto serem differentes as significações relativas, differentes são tambem as preposições que antecedem estes complementos, *a*, *para*, *por*, *de*, *com*, *contra*. Estes dous complementos são os unicos regidos e determinados pelas palavras a que se junctam, e indispensaveis para acabarem a significação d'ellas.

Agora, o complemento *restrictivo* e o *circumstancial*, addicionados a alguma parte da oração para lhe modificarem a significação, ou a restringem ou a explicam. O restrictivo segue sempre algum nome commum e geral, restringe-lhe a área de sua significação, e é sempre precedido da preposição *de;* o circumstancial juncta-se ao adjectivo ou ao verbo para lhe explicar ou ampliar a

significação, e é de varias especies. Uns significam o logar, o tempo, o grau de affirmação, e affectam particularmente o verbo substantivo (ainda quando fundido com o attributo no verbo adjectivo), pois todos dizem respeito á existencia e ao modo de a enunciar; outros significam a quantidade, a qualidade, o modo, o fim, o meio, o instrumento, etc., e pertencem ao attributo do verbo adjectivo, pois modificam a acção, o estado, ou a qualidade que elle exprime. Ora, sendo estas differenças tam sensiveis, nenhuma razão descubro para o A. as desprezar, reduzindo todos os complementos só a *objectivos* e *circumstanciaes:* antes parecia que, se na classe dos complementos circumstanciaes podem entrar o terminativo e o restrictivo, tam necessarios como o objectivo á palavra que completam, tambem se devia eliminar o complemento objectivo e admittir apenas os circumstanciaes: o paradoxo fôra certamente maior, porem haveria sequer mais coherencia.

Esta doutrina não é só defeituosa quanto á classificação dos complementos, que reduz excessivamente; tambem é viciosa quanto ao modo como define os dous que conserva. Não pode dizer-se que o «complemento objectivo (como o A. o intende) seja aquelle que o verbo *precisa* para poder exercer a sua acção.» Esta *precisão* tambem milita ao menos em relação ao complemento terminativo; tambem este é preciso á palavra que completa. No seguinte exemplo «Deus deu sabedoria a Salomão» tam necessario é ao verbo *deu* o complemento objectivo *sabedoria,* como o terminativo *a Salomão;* e nest'outro «Pedro carece de dinheiro» egualmente necessario é o complemento terminativo *de dinheiro.* Tam natural é perguntar: «Deu *o que?*» como: «Deu *a quem?*» ou: «Carece *de que?*» Numa palavra, em quanto na definição de complemento objectivo não entrar a idêa, inculcada por todos os grammaticos e pela mesma etymologia da palavra, que este complemento representa o primeiro objecto sobre que recae sem auxilio de preposição, em geral, a acção do verbo, a definição ficará manca e inexacta.

Tambem, dizendo que o complemento circumstancial não só amplia e explica, mas *restringe* e *determina*, o A. vai contra a praxe e contra a philosophia, que ambas ensinam ser o complemento circumstancial mui differente do *restrictivo* e do *terminativo.* Estes junctam á palavra modificada um elemento indispensavel, quer para lhe limitar a significação vaga e geral, quer para pôr um termo

á referencia do seu sentido; e pelo contrario, o complemento circumstancial juncta á palavra completada um elemento accidental, e que assim pode vir ou não explicito na sentença. E tam notavel é esta differença, que os latinos tinham casos especiaes para exprimir estes diversos complementos: o objectivo significavam-no sempre pelo accusativo sem preposição, o restrictivo pelo genitivo, o terminativo pelo dativo e ablativo; e o circumstancial pelo ablativo ou pelo accusativo regido de preposição. Tal era o processo geral, que comtudo soffria excepções.

Eu não ignoro que os complementos são materia difficil de bem explicar, por avultarem tanto em numero as relações que expressam, que mal podem encerrar-se nos estreitos limites das quatro mencionadas: porem, o que d'ahi se collige racionalmente é que pelo menos devem conservar-se estas quatro classes, e não eliminar-se de todo, ou reduzir-se umas ás outras, mormente quando tal reducção não lança mais luz sobre o objecto.

### DIVISÃO DOS VERBOS

Passando á divisão dos verbos, diz o A. no § 81:

«Os verbos segundo a sua significação dividem-se em *transitivos* e *intransitivos*.... exemplo:.... *O soldado generoso estima a guerra, porque deseja a victoria; e não recusa o combate, porque aspira ao triumpho.* Os verbos *estima, deseja, recusa, aspira,* são verbos transitivos, porque todos teem complemento objectivo que lhes completa a significação: *a guerra* complemento objectivo do verbo estima, *a victoria* complemento do verbo deseja, *o combate* complemento do verbo *recusa.*»

E não disse o que mais nos importava saber, e era: se *ao triumpho* seria complemento objectivo do *aspira:* porem, como incluiu este verbo na classe dos transitivos, tambem reputou objectivo o seu complemento *ao triumpho*, opinião em que não o apoiam nem os outros grammaticos, nem a philosophia da lingua, segundo a qual *ao triumpho* é o termo de referencia, e não o objecto da acção do verbo *aspira.*

E no § 83 continúa:

«Diz-se que o verbo é *intransitivo* quando não precisa complemento objectivo para exercer a sua acção; exemplo: *Camões morreu em 1580.* — *O toiro busca, e, pondo-se diante, Salta, corre, sibila, acena e brada.* (Camões). Neste exemplo os verbos *busca, salta, corre, sibila, acena, brada,* estão tomados em accepção *intransitiva.*»

Onde é muito para extranhar que chame intransitivo o verbo *busca*, que não só é transitivo, mas tem por complemento objectivo o nome *touro*. Depois fala do que lhe praz chamar — *differentes nomes que tomam os verbos*, e diz que uns se chamam *pronominaes*, outros *impessoaes*, outros de *voz passiva*, outros *empregados auxiliarmente*, e outros *defectivos*; e aqui entremette o seguinte:

«Os verbos que se empregam com o attributo separado de si, e expresso por outra palavra, chamam-se verbos *substantivos*, e os que o conteem na sua propria significação *adjectivos*; exemplo: *Sophia é doente, está doente, anda doente. Julia adoeceu.*»

Eis aqui, ou transcripta na integra ou tocada em resumo, a doutrina da *Grammatica nacional* relativamente á divisão dos verbos; e a tal poncto se afasta ella do sentimento commum dos grammaticos, que é força acrescentar algumas considerações sobre este objecto.

Manda a arte que a divisão seja *completa* e *plana*, isto é, que se enumerem todas as partes do todo, e que se subordinem umas ás outras, começando pelas mais extensas e passando logo ás que o forem menos. Ora não me parece que observe estes preceitos, quem logo no principio divide o verbo em *transitivo* e *intransitivo*, dizendo que estes verbos só exprimem *acção* que passa ou fica no subjeito; pois alem da acção podem exprimir *estado*, *qualidade* ou o *ser* puro: e por conseguinte similhante divisão nem é completa nem plana.

Ponhamos esta doutrina mais clara. O character essencial do verbo é significar o *ser* e o *modo de ser* com a modificação variavel do tempo. Logo os verbos dividem-se naturalmente em duas classes maiores: uma, em que entra o que exprime o *ser* puro da substancia; e outra, em que entram os que exprimem o seu *modo de ser*. O primeiro é o verbo *ser*, com razão chamado *substantivo*, já porque está por si só, já porque em todos os outros verbos entra formando-lhes a base em que assentam os seus diversos elementos attributivos. Os outros são todos os demais verbos, com razão chamados *adjectivos*, porque ao verbo substantivo trazem adjecto o seu elemento attributivo. Este elemento é de muitas qualidades; e como repugnaria com a simplicidade da divisão o repartir o verbo adjectivo em tantas especies, quantos são os seus diversos elementos attributivos, d'ahi veio o reduzir estes só a tres classes geraes:

acção, estado e qualidade. Mas a *acção* ou requer um objecto, ou não requer: dos verbos cuja acção pede um objecto, e que são muito numerosos, formaram os auctores uma classe, e os denominaram *transitivos;* e dos que não pedem tal objecto, formaram outra, e os denominaram propriamente *intransitivos*, onde incorporaram tambem os que designam *estado* ou *qualidade* (embora muitos grammaticos dêem a estes ultimos o nome de verbos *neutros*, isto é, nem activos transitivos, nem activos intransitivos). Tal é pois a divisão racional dos verbos universalmente seguida: o ser dá o verbo *substantivo*, e o modo de ser dá o verbo *adjectivo;* e este ultimo, segundo a qualidade do respectivo elemento attributivo, é *transitivo* ou *intransitivo*, (ou *transitivo, intransitivo* e *neutro*). Por conseguinte o verbo *ser*, o unico devéras substantivo, e que não exprime acção, não pode incluir-se na classe dos verbos transitivos ou intransitivos.

O A. dá a intender, como se deprehende dos exemplos pouco antes citados, que o verbo substantivo é não só *ser*, senão tambem *estar* e *andar*, e não sei se mais algum; e até julga que nos exemplos «Sophia está doente, e Sophia anda doente» *doente* é attributo da proposição, do mesmo modo que no exemplo «Sophia é doente.» Toda esta doutrina me parece menos exacta. Intendo que verdadeiramente substantivo só é o verbo *ser*. Porquanto o verbo substantivo, o que significa o ser puro e abstracto do modo de ser, e que, por assim dizer, é o fundamento sempre o mesmo e inalteravel de todos os mais verbos, não pode significar senão o elemento subjectivo do juizo enunciado pela proposição, e que tambem é sempre o mesmo e inalteravel: ora este elemento puro, estreme e sempre o mesmo, é o mero acto da ligação do subjeito com o predicado da proposição, da substancia com a qualidade; é o acto pelo qual o eu conhece que o não-eu *é* de certo modo. Mas esta ligação pura exprime-a só o verbo *ser*, e não os verbos *existir*, *estar*, *andar*, etc.; porque nestes e similhantes verbos, alem do elemento invariavel, o ser, outro descubrimos variavel, o modo de ser: assim, *existir* vale tanto como *ser existindo* ou existente; *estar* como *ser estando* ou estante; e similhantemente *andar*, etc. Logo *existindo, andando, estando* são modos de ser, são attributos, fundidos com o verbo *ser* em uma só palavra; e por conseguinte *existir*, *andar*, *estar*, são verbos adjectivos, porque ao elemento substancial *ser* têm adjecto o elemento phenomenal o *modo de ser*.

Nem vale dizer que *estar* e *andar* são tam substantivos como *ser*, por terem juncto a si o supposto attributo *doente*. Nas orações do exemplo mencionado «Sophia está doente, e Sophia anda doente» *doente* não é attributo, como na oração «Sophia é doente;» é apenas um modificativo do elemento verbal *andando* e *estando*, designa o modo como esta mulher anda ou está, e por conseguinte modifica o attributo, e não o subjeito, como fizera na primeira oração. E isto é tanto assim, que ninguem dirá que estas tres proposições «Sophia *é* doente, Sophia *está* doente, e Sophia *anda* doente» exprimam o mesmo conceito, como o deveram exprimir no supposto de os verbos *estar* e *andar* serem tam substantivos como *ser;* pois, attenta a philosophia da grammatica, o verbo substantivo persiste sempre o mesmo, assim como o acto intellectual que lhe corresponde.

Tambem não deve passar sem reparo o modo mais que laconico como o A. tracta o que respeita á voz passiva dos verbos, sobre a qual se limita a dizer:

«Um verbo está empregado na voz passiva, quando se lhe ajunta a particula *se* ás terceiras pessoas para designar que a acção é recebida pelo sujeito; exemplo: *o edificio queimou-se,* phrase equivalente a est'outra: *o edificio foi queimado.*»

Era este o logar conveniente para nos dizer alguma cousa sobre a voz passiva dos verbos portuguezes, que a não têm propria, mas que a formam já por circumloquio do participio perfeito passivo e do verbo *ser*, que neste caso é auxiliar, sem comtudo perder o seu character substantivo; já com a palavra *se,* de que o A. tambem devia dizer, como o papel que aqui desempenha, differe do pronome reflexo, da conjuncção condicional, da conjuncção integrante, etc.

### ACCIDENTES DOS VERBOS

Subsequentemente tracta dos accidentes dos verbos, que são *modos*, *tempos*, *numeros* e *pessoas;* e definindo o *modo*, no § 85, diz:

«*Modo* é a propriedade que os verbos teem, com a simples mudança de terminação, de apresentar por maneiras differentes a sua significação; exemplo: *amo, amai, amar.* Ha quatro modos: *affirmativo, imperativo, subjunctivo* e *infinitivo.* Modo *affirmativo,* que tambem se chama *indicativo,* é aquelle com que se affirma; exemplo: *estudo, estudei, estudarei.* Modo *imperativo* etc.... Modo *subjunctivo* é o que representa a acção do verbo na qualidade de substantivo, com a idéa de tempo

e de pessoa; exemplo: *peço-te que me estimes;* isto é: *peço-te a tua estima para comigo.* Modo *infinitivo* é o que exprime a mesma idéa do modo subjunctivo, porém sem conter já a idéa de tempo, e só numa variação a idéa de pessoa: exemplo: *Amar a Deus é o nosso primeiro dever;* isto é: *o amor de Deus é o nosso primeiro dever.*»

Noto primeiro a collocação incorrecta d'aquella phrase circumstancial *com a simples mudança de terminação,* juncta á palavra *teem,* quando o A. a queria junctar á palavra *apresentar.*

Agora, quanto á innovação da phrase *modo affirmativo* em logar do antigo e classico *modo indicativo,* não a reputo admissivel, porque a affirmação não é pertença exclusiva do modo indicativo, é qualidade commum a todos os modos. Affirma o modo conjunctivo, mas subordinadamente; affirma o imperativo, mas como desejo ou ordem; affirma o infinitivo, mas vaga e indeterminadamente: por consequencia todos os modos dos verbos affirmam, porem de maneiras differentes. Tambem não pode admittir-se como propriedade characteristica do modo subjunctivo «o representar a acção do verbo na qualidade de *substantivo,* junctando-lhe a idêa de *tempo* e *pessoa,*» porque a acção do verbo com a qualidade de *substantivo,* e com as idêas de *tempo* e *pessoa,* podem exprimir-se tambem pelos modos indicativo e infinitivo. Pelo indicativo, por exemplo: «Informam-me *que Pedro fugiu da cadêa:*» onde a phrase «que Pedro fugiu» vale tanto como a *fuga preterita de Pedro;* e aqui temos *acção, substantivo, tempo* é *pessoa.* Pode exprimir-se pelo infinitivo, por exemplo: «*O teres fugido da cadêa* frustrou os projectos de teus inimigos:» onde a phrase «o teres fugido» vale tanto como a *tua fuga preterita;* e aqui temos tambem *acção, substantivo, tempo* e *pessoa.* Por conseguinte o modo subjunctivo não é characterizado pela tal qualidade de se reduzir a substantivo com tempo e pessoa. Tambem o A., quando disse que o infinitivo tem só uma variação para a idêa de pessoa, esqueceu-se d'uma especialidade e elegancia da nossa lingua, que é o infinitivo pessoal, que admitte tantas pessoas como os modos indicativo e conjunctivo; isto é, tres variações em cada numero para significar a idêa de pessoa. *Amar, amares, amar, amarmos, amardes, amarem,* são seis variações pessoaes infinitivas, e não uma.

Eu não sei se o A., em algumas das idêas que emittiu sobre os modos dos verbos, foi illudido pela theoria singular de *Moraes*

*e Silva* (Gramm. liv. 1°, cap. 5) a quem muito seguiu nesta parte. Parece-me que a opinião d'aquelle, alias respeitavel, grammatico não é a mais acceitavel no presente caso, como vou ponderar. Reduz elle todos os modos dos verbos só a dous: o *indicativo*, com que affirmamos, e o *imperativo* ou *mandativo*, com que declaramos o nosso querer directamente a alguem; e nega que sejam verdadeiros modos o conjunctivo e o infinitivo, porque «estas variações verbaes, diz elle, tanto não affirmam nem mandam, que *se podem supprir com um nome abstracto* (isto mesmo repetiu o A.) que signifique o attributo verbal, e um articular possessivo; e os infinitivos pessoaes não são outros modos verdadeiros do verbo, senão palavras equivalentes ao attributo do verbo, referido a uma das tres pessoas, etc.» Porem taes razões não provam nada, porque provam de mais, pois tambem os modos indicativo e infinitivo podem, como vimos, reduzir-se a um nome abstracto; e assim, a valerem taes razões, deveriam eliminar-se tambem aquelles dous modos.

Parece-me que este engano de *Moraes e Silva* nasceu da definição acanhada que deu de verbo, dizendo que é «a palavra com que declaramos o que a alma *julga* ou *quer* ácerca dos sujeitos e dos attributos das sentenças; com elle affirmamos e mandamos.» Pois, se o verbo exprime só dous actos da alma, o julgar e o querer, era desculpavel inferir que os seus modos são só dous, o affirmativo e o mandativo. Porem não intendo que o verbo exprima só aquelles dous actos animicos, exprime-os todos: juizos, volições, sensações, desejos, paixões, emoções, receios, etc.; e todos enuncia e affirma de maneira ou absoluta, ou subordinada, ou vaga, etc. O verbo exprime o ser e o modo de ser, o ser puro e o ser modificado, e isto de maneiras variadas, segundo o estado da alma de quem faz essa expressão; ora estas modificações do ser não são só juizos e volições. Por conseguinte, sendo acanhada e inexacta a base em que *Moraes e Silva* assentou a divisão geral dos modos dos verbos, inexacta e manca ficou tambem essa mesma divisão. E acrescento, que o livro que estou analysando, para ir coherente com o outro que seguiu e cujas razões adoptou, devia eliminar os dous modos, subjunctivo e infinitivo, assim como fez *Moraes e Silva*, que diz mui terminantemente: «modos dos verbos portuguezes verdadeiros ha só dous: o indicativo e o imperativo.»

Mais razoavelmente se houve sobre este espinhoso objecto *J. Soa-*

*res Barbosa,* dizendo (Gramm. pag. 200): «Os grammaticos se dividem sobre a natureza e numero d'estes modos, entendendo por modos todas as modificações que accrescem á enunciação simples da coexistencia, e em consequencia d'isto mettendo nesta conta não só o *indicativo, subjunctivo* e *infinito,* no que todos convem, mas tambem os modos *suppositivo, imperativo* e *optativo....* Eu porem creio que o melhor systema dos modos e tempos do verbo é o mais simples.... Sendo o verbo uma oração recopilada, tantos devem ser, nem mais nem menos, os modos do verbo, quantas são as especies de orações ou proposições por ordem á sua syntaxe e contextura no discurso. Ora, assim como em qualquer proposição ha uma idêa principal e independente, que faz o sujeito da oração; ha outra accessoria e subordinada áquella, que é o attributo ou adjectivo da mesma; e as mais afóra estas são modificações, ou complementos do sujeito, do verbo, e do attributo: assim tambem em qualquer periodo ou pensamento total não ha nem pode haver senão tres especies de orações, que são a *principal,* as *subordinadas* (nas quaes vão incluidas já as *incidentes,* pois fazem sempre parte ou do sujeito, ou do attributo de umas e outras), e finalmente as *regidas,* assim chamadas, porque servem de complemento aos verbos e ás preposições.

«A estas tres especies de orações.... correspondem justamente os tres modos de enunciar a coexistencia do attributo no sujeito da proposição; ou enunciando-o pura e simplesmente sem determinação alguma, nem de affirmação, nem de subordinação, nem de tempos e pessoas; e este é o modo chamado, porisso mesmo, *infinito...,* que nunca se emprega no discurso senão como additamento e complemento de outros verbos, ou preposições....; ou enunciando-o pelo modo *indicativo,* assim chamado, porque mostra pela sua mesma fórma que elle é o principal e dominante no discurso, a que todos os mais verbos do periodo se referem; e que é a linguagem directa, affirmativa, e determinativa das mais linguagens indirectas e subjunctivas do periodo, as quaes ella determina, e que por isso lhe ficam subordinadas....; ou pelo modo *subjunctivo,* assim chamado, porque suas linguagens vêm sempre em consequencia de outras, pelas quaes são determinadas. Ellas enunciam a coexistencia do attributo no sujeito da proposição de um modo affirmativo, mas sempre precario, e dependente da affirmação de outro verbo, em cuja significação vá preparada a indecisão

e incerteza da linguagem subjunctiva.... Estes são os tres unicos modos de qualquer verbo, characterizados, o primeiro pela sua indeterminação total, o segundo pela sua independencia, e o terceiro pela sua dependencia. No indicativo vai incluido o chamado modo *imperativo* e o *suppositivo* ou *condicional*, porque ambos formam orações directas absolutas e independentes. As idêas accessorias, imperio e condição, que junctam á enunciação affirmativa do modo indicativo, fazem com que se lhes dê um logar e nome distincto entre as linguagens do mesmo modo: mas não são uma razão sufficiente para constituirem modos á parte, os quaes só se dizem taes, quando influem differentemente na ordem, subordinação e syntaxe das proposições, que compõem qualquer periodo.» Transcrevi assim por extenso esta doutrina de *J. Soares Barbosa*, porque é verdadeira, está luminosamente exposta, e pode servir para rectificar a do livro que estou examinando, e a da obra d'onde elle extrahiu.

Quanto á nomenclatura dos tempos dos verbos, o A. tambem deixou o caminho trilhado pelos grammaticos em geral, admittindo tres *presentes*, tres *preteritos*, e quatro *futuros*, que denomina: presente *absoluto*, *relativo* e *conjunctivo;* preterito *absoluto*, *relativo* e *conjunctivo;* e futuro *absoluto*, *relativo*, *conjunctivo* e *imperativo*. Estou muito longe de censurar similhante innovação. Sei que se funda em razões plausiveis, e que já foi adoptada por escriptores respeitaveis. Um d'estes, o habil grammatico e lexicographo *Moraes e Silva* (Gramm. liv. 1°, cap. 5, § 31), apresenta esta mesma theoria que no fim desinvolve em tabellas numerosas. D'aqui tirou o A. a sua nomenclatura: esqueceu-lhe porem uma cousa, que a mim me parece de grande importancia, e é, nas epochas relativas mencionar o segundo termo da relação, pois, d'outro modo, os novos nomes que dá aos tempos, ficam tam obscuros e inintelligiveis, como os que lemos hoje nas grammaticas seguidas em nossas escholas. Realmente, um *presente relativo* (sem se dizer *a que*) é tam difficil de intender como um *preterito imperfeito;* e um *preterito relativo* só por si não o é menos que o velho, classico e geralmente respeitado *mais-que-perfeito*. Esta falta não commetteu *Moraes e Silva*, pois nos tempos relativos teve sempre o cuidado de ajunctar o segundo termo da relação, dizendo, por ex.: *presente a respeito de preterito*, *preterito a respeito de preterito*, etc. E com mais ordem, simplicidade e rigor

philosophico se houveram *F. de Andrade Junior* e *Marcelliano R. de Mendonça*, na sua commum Grammatica (pag. 72—75), repartindo todas as variações das formas verbaes em quatro classes: *infinitivas, absolutas, relativas* e *subordinadas;* e dizendo depois que as infinitivas são infinitivo *pessoal* e *impessoal* (ex. *amar, amar eu*, etc.); que as absolutas são *presente, preterito* e *futuro* (ex. eu *amo*, eu *amei*, eu *amarei*); que as relativas são *presente relativo a preterito* (ex. eu *amava*), *preterito relativo a preterito* (ex. eu *amara*), e *futuro relativo a preterito* (ex. eu *amaria*); e que finalmente as subordinadas são *futuro subord. a presente* (ex. eu *ame*), *futuro subord. a preterito* (ex. eu *amasse*), e *futuro subord. a futuro* (ex. eu *amar*). Estes distinctos grammaticos aproveitaram sim a doutrina de *Moraes e Silva*, porem completaram-na e deram-lhe a clareza e ordem que o proprio auctor da theoria lhe não havia dado.

Na formação dos tempos compostos dos verbos auxiliares *haver* e *ter*, o systema que o A. seguiu parece-me confuso e menos racional. Consiste elle em conjugar os verbos auxiliares, não primeiro em separado, mas logo junctos com os verbos cuja conjugação auxiliam; e em dar aos tempos compostos, não os mesmos nomes do auxiliar, mas outros da invenção do A. Venha exemplo para mais clareza, § 98:

MODO AFFIRMATIVO

PRESENTE ABSOLUTO

Amo
Amas
Ama, etc.

| | |
|---|---|
| *1.° pret. comp. do pres. abs.* | *1.° fut. comp. do pres. abs.* |
| tenho amado | tenho de amar |
| tens amado | tens de amar |
| tem amado, etc. | tem de amar, etc. |
| *2.° pret. comp. do pres. abs.* | *2.° fut. comp. do pres. abs.* |
| hei amado | hei de amar |
| has amado | has de amar |
| ha amado, etc. | ha de amar, etc. |

PRETERITO ABSOLUTO

Amei
Amaste
Amou, etc.

| | |
|---|---|
| *1.º pret. comp. do pret. abs.* | *1.º fut. comp. do pret. abs.* |
| tive amado | tive de amar |
| tiveste amado | tiveste de amar |
| teve amado, etc. | teve de amar, etc. |

E assim prosegue discorrendo pelo *futuro absoluto, presente relativo*, e *preterito e futuro compostos de presentes relativos*, etc. e pelos modos subsequentes do imperativo, do subjunctivo e do infinitivo. Este systema, dizia eu, parece-me confuso e menos racional. Confunde as creancinhas, que, não sabendo conjugar primeiro o auxiliar simples, menos o saberão conjugar junctamente com o auxiliado; pois ninguem ignora quanto os meninos naquellas edades precisam de ser levados como pela mão, do simples para o composto, do facil para o difficil: e é menos racional na nomenclatura desconchavada que propõe, porque *preterito composto do presente* (ex. *tenho amado*), *futuro composto do presente* (ex. *tenho de amar*), *preterito composto do futuro* (ex. *terei amado*), *futuro composto do preterito* (ex. *tive de amar*) etc., cousas são que nem creanças nem adultos intendem ou poderão jamais intender, porque encerram elementos contradictorios.

Muito melhor fazem todos os outros grammaticos, a exemplo de *J. Soares Barbosa,* determinando primeiro bem a força de taes linguagens, e designando-as depois com os mesmos nomes dos tempos dos respectivos auxiliares. Nesta parte porem o A. levou tam longe a ancia de innovar, que até creou tempos fabulosos, tempos que a lingua portugueza não tem nem consente. Pois não nos fala elle d'um tempo, a que poz o nome de *preterito composto do preterito absoluto* (ex. *tive amado, tiveste amado,* etc.)! Similhante tempo já *J. Soares Barbosa* o havia proscrevido terminantemente (na Gramm. pag. 216) dizendo: «O verbo *ter,* como verbo adjectivo tem este preterito na significação de *possuir,* como *tive razão, tive que fazer;* porem como auxiliar não o tem na nossa lingua, como o tem na castelhana *hube sido,* e na franceza *j'eus été.* Nós não dizemos *tive sido* na linguagem substantiva, nem *tive feito esta cousa* na linguagem adjectiva; mas sim *tive esta cousa feita,* usando do verbo *ter* na sua accepção primitiva de possuir, e do participio passivo declinavel, concordado com o substantivo, como usavam nossos primeiros escriptores, não só neste tempo, mas em todos os mais, dizendo: *como foram os [serviços] que até agora tendes feitos,* etc.» Mal pensara aquelle distincto grammatico e

philosopho que ainda alguem havia de affirmar o contrario do que elle tam positivamente negara!

Os verbos irregulares tambem estão indicados (no § 100) de maneira confusa e inconveniente, por não se designarem com distincção os modos e os tempos em geral, e não se estremarem especialmente os tempos e as pessoas regulares que os dictos verbos conservam. Indicação tam succinta bastaria de certo para esclarecimento de pessoas que já soubessem os referidos verbos, mas não basta para instrucção de creanças de tenra edade e de quasi nenhum discurso. Para exemplo reproduzirei o verbo *querer*, como se lê na pag. 48:

«*Quero, queres, quer, queremos, quereis, querem; quiz, quizeste, quiz, quizemos, quizestes, quizeram; quererei, quereremos; queria, queriamos; quizera, quizeramos; quereria, quereriamos; quere, querei, queira, queiras, queira, queiramos, queirais, queiram; quizesse, quizessemos; quizer, quizermos; querer, querermos; querer; querendo; querido.*»

E assim os mais verbos irregulares. Com muito mais clareza tractaram esta materia as outras grammaticas elementares, e nomeadamente a de *Carlos A. de Figueiredo Vieira* (pag. 53—64).

Não encerrarei o presente artigo sem advertir que o verbo *prover* se conjuga como o simples *ver*, porem não absolutamente, como o A. presume (no § 106), senão com algumas *excepções* que deixou de apontar. Não se diz, por exemplo, *proviste, proviu, provisse, provisto*, etc., senão *proveste, proveu, provesse, provido*, etc.

## ADVERBIOS

Seguem já as palavras invariaveis. E começando pelo adverbio (§ 107) encontramos logo aquella etymologia singular — *ad-verbo.*

«A palavra adverbio deriva-se do ablativo latino *adverbo*, que significa juncto ao verbo.»

Não sabemos que exista em latim similhante ablativo: parece antes que a palavra *adverbio* é composta das duas latinas, *ad*, juncto, e *verbum*, verbo; e que lhe pozeram este nome, por acompanhar de ordinario o verbo, como palavra que é eminentemente attributiva.

A definição de adverbio formulada pelo A., é como as outras que havemos discutido, pouco precisa e clara.

«Adverbio (diz elle) é uma palavra invariavel que serve para qualificar ou graduar a significação dos verbos, dos adjectivos e dos proprios adverbios.»

Ora uma creança mal comprehenderá o que seja *qualificar* ou *graduar* significações, nem que differença ou relação haja entre estas duas idêas, ficando assim sem penetrar o sentido e intender a definição da palavra *adverbio.*

Costumam tambem os grammaticos formular as principaes classes de adverbios segundo as varias circumstancias que elles exprimem, de logar, tempo, modo, qualidade, quantidade, etc. O A. nada ensinou a este respeito. Costumam ainda tocar em resumo os *adverbios* propriamente dictos, os *adjectivos* e *substantivos* que servem de adverbios, e as phrases ou *locuções adverbiaes.* O A. espalhou esta doutrina pelos §§ 109—112 e notas respectivas, sem guardar a conveniente ordem, clareza e concisão.

PREPOSIÇÕES

Quanto á preposição, é muito para admirar a theoria philosophica preliminar que abre a exposição da materia, e que por isso transcreverei na integra.

«Todos os entes da natureza estão mais ou menos ligados, conservando entre si alguma relação. Quando se enuncia a idéa de pae temse logo a de filho, pensando na idéa de montanha vem em seguida a de outros terrenos menos elevados; cogitando na idéa de rouxinol apparece entre outras logo a do seu harmonioso canto. As palavras pois que mostram as diversas relações que os vocabulos teem entre si chamam-se preposições....»

De sorte que, segundo esta notavel theoria, só as preposições exprimem relações; pois se outras palavras as exprimissem tambem, não tomaria o A. aquella circumstancia como characteristica das preposições. Todavia as relações podem ser expressadas já por substantivos, como *paternidade*, *ensino*, *maioridade*, etc.; já por adjectivos, como *maior*, *primeiro*, *principal;* já por verbos, como *é* no exemplo «Deus *é* bom,» onde o verbo *é* relaciona entre si as palavras *Deus* e *bom;* já por adverbios, como *principalmente*, *exclusivamente*, etc. E isto reconhece o proprio A., na pag. 63, quando como preliminar ao § 116 diz:

«Se os quadros representados pela palavra não fossem compostos de mais de dois objectos *entre si ligados pelo verbo* ou preposição, não haveria de certo necessidade de outra classe de vocabulos.»

Onde confessa abertamente que o verbo liga os objectos, assim como os liga a preposição. E em verdade as preposições, com quanto liguem e indiquem relações, não são as unicas palavras ligativas e relacionantes: significam *algumas* das relações, mas não as significam *todas;* e nisto é que o A. se equivocou. O officio das preposições é atar as diversas palavras que exprimem todo um subjeito ou todo um predicado complexos, vinculando com a palavra que começa, as outras palavras que ultimam a enunciação de cada um d'estes termos.

D'aqui se deprehende a pouca exactidão com que, no § **113**, se definiu preposição:

«Uma palavra invariavel, que serve para ligar e mostrar a relação, que as palavras teem entre si; exemplo: *copo de cristal.*»

Effectivamente *de* liga *crystal* a *copo,* mostrando a relação de materia em que *crystal* está para com *copo;* porem esta circumstancia por si só não characteriza a preposição, porque tambem neste exemplo «Deus é bom» *é* liga *bom* a *Deus,* mostrando a relação de qualidade ou de attributo em que *bom* está para com *Deus,* e todavia não é preposição. Falta pois a esta definição a a *propriedade;* é universal, mas não é propria. «A preposição (diz muito bem *J. Emiliano de Andrade*) posta entre duas palavras, mostra a *relação de complemento* que a segunda tem com a primeira.» Cumpre-me porem advertir que a opinião que deixo notada, não é só da *Grammatica nacional:* algumas outras ha que, cuidando simplicar a materia, dizem que «as preposições ligam e relacionam as palavras, e as conjuncções ligam e relacionam as orações.» Eu tambem desejo a simplicidade, mormente em livros elementares; porem simplicidade com verdade: ora similhante theoria não a julgo verdadeira. Indubitavelmente as preposições ligam palavras, e mostram as relações que ha entre ellas, mas só as relações de *complemento:* completar com uma palavra subsequentemente juncta o sentido d'outra que sem ella ficaria incompleto, eis todo o officio das preposições, officio que não vejo assás declarado na definição mencionada. O tractado das preposições tambem ficou incompleto por falta d'uma lista das que servem para compor as palavras, modificando-lhes a significação. Tudo isto foi muito melhor exposto por *J. Freire de Macedo* (Gramm. §§ 53 e 54), e já antes por *Bento J. de Oliveira* (Gramm. § 80).

CONJUNCÇÕES

Quanto a esta parte do discurso advertirei sómente que o A., dizendo-nos que a conjuncção «liga e mostra a relação que as orações têm entre si» não parece determinar precisamente a essencia da referida palavra, porque se lhe perguntarem: que respeito guardam entre si a palavra e a phrase *liga* e *mostra relação?* este poncto não o esclarece a definição. A boa ordem tambem pedia que o A., depois de mostrar a natureza das conjuncções, classificasse as relações exprimidas por ellas, e d'ahi estabelecesse as diversas especies de conjuncções, presentando uma lista das que pertencem a cada uma. Isto é indispensavel aos alumnos para depois na syntaxe dividirem e qualificarem as proposições, e analysarem o discurso, nem esqueceu ás grammaticas portuguezas mais elementares, como á de ***D. José de Lacerda*** (pag. 45) e á de ***Moniz B. Côrte-Real*** (pag. 17), e com mais desinvolvimento o tractou a de ***Bento J. de Oliveira*** (pag. 58—60).

INTERJEIÇÕES

O A. remata o tractado da etymologia explicando o que respeita á interjeição, sobre a qual põe logo no principio, como costuma, uma explanação philosophica, que, por fidelidade ao systema até agora seguido, não deixarei de transcrever e analysar. Diz assim:

«Ha duas especies de linguagem, a linguagem natural e a linguagem artificial. A primeira compõe-se dos movimentos da physionomia, dos gritos e dos gestos. A linguagem artificial forma-se propriamente das vozes articuladas; esta linguagem é uma necessidade do espirito quando sae do estado de espontaneidade, isto é, quando deixa de obedecer aos instinctos da natureza. A linguagem natural é synthetica na forma e no fundo. O signal é egual á coisa significada. A linguagem artificial é em geral analytica, acompanha e symbolisa o pensamento no seu progresso, é como o corpo do pensamento. As interjeições na sua mais rudimental simplicidade pertencem á linguagem natural; porém a grammatica da linguagem articulada não póde prescindir de as estudar por isso que figuram não só no discurso fallado mas no escripto. O caracter da interjeição é apresentar numa só palavra o estado inteiro da alma. A interjeição segundo a entonação que se lhe dá assim muda de significação. O termo interjeição deriva do vocabulo latino *interjectione* que significa *en-*

*tre* e *jeitar*, isto é, *lançar;* portanto attendendo á sua significação, quer dizer palavra que se arremessa para o discurso, fazendo por si sentido completo. A imitação d'estes sons primitivos, a linguagem artificial emprega palavras inteiras, e restos de phrases em sentido interjeicional. As palavras e phrases assim empregadas não se sujeitam ás regras communs da analyse syntaxica.»

Da leitura d'este trecho facilmente vereis, que a materia nem é propria d'um livrinho elementar destinado á instrucção da infancia, nem está presentada com a exacção e clareza requeridas especialmente em escriptos didacticos. Primeiramente, não é de todo exacto o dizer-se que os gestos, absolutamente considerados, sejam pertença exclusiva da linguagem natural; pois muitos gestos artificiaes ha, com que podemos exprimir nossos conceitos reflectidamente, e já um escriptor antigo e celebre affirmou que havia quem podesse traduzir por gestos um discurso inteiro.

Tambem não é bastante claro o que o A. quiz significar com a phrase «estado de espontaneidade» que, segundo cuida, é o estado em que o *espirito obedece só aos instinctos da natureza.* Explicar a *espontaneidade* pelo *instincto,* sem primeiro dizer em que consista este modo de ser da natureza humana, não é dar idêas claras e precisas das cousas. Pelo que o A. nos diz, poderia qualquer suppor que só o estado instinctivo é espontaneo, que só por instincto podemos estar em espontaneidade, e não por outro modo, como, por exemplo, por habito; e todavia isto não parece verdadeiro. Tambem o não é, que o homem, ainda depois de haver saído do tal estado instinctivo de espontaneidade, e entrado no artificial de reflexão, não recorra aos movimentos do rosto, aos gestos e ás attitudes do corpo, que constituem a linguagem muda e natural; pois é sabido que esta não só serve para animar e dar mais expressão á linguagem artificial, senão que algumas vezes a suppre inteiramente.

Entre parenthesis, não posso deixar de advertir que aquella phrase do A. «a linguagem natural é synthetica *na forma e no fundo*» offende a vernaculidade que elle tanto recommenda. *No fundo* por *na substancia, no essencial,* etc., é gallicismo desnecessario, e já notado por *D. Francisco de S. Luiz.*

Tambem não se intende o que o A. nos quiz dizer com a phrase *o signal* [na linguagem natural] *é egual á coisa significada,* po-

dendo alguem inferir d'ahi que similhante egualdade não milita em relação á linguagem artificial e articulada. Ora isto não parece exacto; pois tanto, ou tam pouco, egual ao objecto significado é uma como a outra linguagem: a unica differença está em que a linguagem natural, na sua parte interjectiva (da qual só nos occupamos aqui), visto que traduz apenas os affectos da alma, emprega signaes rapidos e syntheticos como elles; ao mesmo passo que a linguagem articulada, visto que reproduz o pensamento com os seus diversos elementos expressados por meio de palavras correspondentes, usa de signaes verbaes mais explicitos, mais numerosos e mais demorados. Sem embargo, tanto nesta como naquella linguagem os signaes são, bem ou mal, eguaes ás cousas significadas.

Tambem não se pode dizer que a linguagem artificial, ou a composta de sons articulados, seja analytica só *em geral*. Não, similhante linguagem é analytica *sempre;* os seus officios são dous, e não um, como o da linguagem natural, *significar* e *analysar* o pensamento; porque o homem falando *exprime* progressivamente, e porisso *analysa* ao mesmo tempo os conceitos coacervados no seu espirito. Já assim não succede com a linguagem inarticulada: esta só *exprime, não analysa* os sentimentos, unicos actos animicos que se incumbe de traduzir por palavras.

Tambem não nego que as interjeições, parte da linguagem natural, presentem por uma só palavra *todo o estado* da alma: mas pergunto, o que intende aqui o A. por estado *inteiro* da alma? Quererá dizer que a interjeição tambem traduza o estado *mental*, ou ainda o estado *volitivo?* Alguem poderia suppor que sim, attento o modo vago e geral como elle se exprime; e todavia isto é menos exacto, porque a interjeição serve só para significar, por entre a linguagem discursiva do pensamento, os raptos breves e instantaneos, os movimentos subitos e energicos, da sensibilidade. E d'ahi é que rigorosamente provém á *interjeição* este nome — *interjectio:* a sensibilidade com a sua expressão curta e synthetica *lança-se*, por assim dizer, *no meio, interjecta-se* na exposição analytica do pensamento. Ora esta doutrina que deixo exposta, e que podera abonar com a auctoridade dos que melhor têm escripto sobre a materia, parece-me que differe, e differe bastante, do que o A. nos quiz dizer na sua exposição philosophica: exposição, repito, que, bem redigida, poderia caber razoa-

velmente em um compendio de psychologia ou de logica, mas que jamais devera figurar em uma grammaticazinha destinada ao uso de creanças de septe a dez annos.

Veja o A. como em Hispanha escrevia sobre esta materia um varão muito erudito e respeitavel, o dr. *D. Ricardo Dias de Rueda*. No compendio de grammatica da lingua castelhana que faz parte da sua obra *La escuela de instruccion primaria*, falando da interjeição reduz tudo a tres perguntas muito simples: «1.ª P. Que es interjeccion?—R. Una exclamacion, con que enunciamos breve y enerjicamente nuestros *sentimientos*. 2.ª P.—La interjeccion es una parte de la oracion?—R. Hay diferentes opiniones; pero nos parece lo mas cierto que la interjeccion es una oracion interrumpida, incompleta, abreviada por la vehemencia de nuestros afectos.» E na 3ª pergunta e competente resposta enumera as diversas classes de interjeições, e termina esta materia sem entrar em philosophias, que são muito recommendaveis, mas não para meninos.

ORTHOGRAPHIA

Depois da etymologia, onde se estudaram analyticamente as diversas classes de palavras que constituem a lingua portugueza, pedia a razão, a praxe e a boa ordem que se estudasse a syntaxe, isto é, o modo como d'aquellas palavras analysadas se compõem as orações, as phrases e os discursos: não o fez porem assim a *Grammatica nacional*, porque logo depois da etymologia collocou a orthographia.

Para não me tornar prolixo e fastidioso analysando miudamente cada um dos §§ d'esta segunda parte, só notarei duas cousas. Primeira, que tendo o A. dado, no § 123, a seguinte instrucção e norma orthographica:

«Este estudo [o da orthographia] adquire-se lendo e copiando attentamente trechos classicos escriptos correctamente. Póde-se adoptar para este estudo a seguinte regra. A parte radical das palavras derivadas escrevem-se com as mesmas lettras que a palavra primitiva donde se deriva. E a parte radical das primitivas conforme a orthographia da lingua donde são originarias, tendo sempre em vista a pratica dos escriptores contemporaneos»

tendo-nos ensinado, digo, que esta é a regra orthographica fundamental, elle mesmo a infringisse em tantos logares, escrevendo contra a etymologia, por exemplo, *heronicas* (§ 69 e 70) em vez

de *ironicas*, *dithongo* (§ 7) em vez de *diphthongo*, *poude* (§ 7) em vez de *póde*, *projétil projéteis* (§ 37) em vez de *projectíl projectís*, *dimenções* (pag. 18) em vez de *dimensões*, *grao* em vez de *grau*, etc. A segunda cousa é que, tractando a orthographia dos signaes divisorios das partes maiores e menores do discurso, e não sendo possivel empregar com discernimento aquelles signaes graphicos sem primeiro saber discriminar estas partes discursivas, o que só na syntaxe se estuda reflectidamente, o A. intendesse que podia tractar da orthographia antes da syntaxe. Porem, repito, sobre esta materia nada mais direi, para passar immediatamente á syntaxe.

SYNTAXE

Logo no § 156 o A. começa por formular a definição de syntaxe, que diz ser:

«a parte da grammatica que ensina a analysar o discurso e a construi-lo com clareza e harmonia. Divide-se em tres partes: *analyse, clareza* e *harmonia*. A *analyse syntaxica* ensina a decompôr o discurso em periodos, os periodos em orações e as orações nos seus elementos.»

D'onde se vê que, no pensar do A., a syntaxe ensina a *analysar* e a *construir* o discurso. Ora parece-me que similhante doutrina, alem de não concordar bem comsigo mesma, pois não concordam *analysar* e *construir;* contradiz a etymologia da propria palavra *syntaxe*, e encontra a opinião geral dos grammaticos. E, começando pela etymologia, ninguem ignora que o vocabulo *syntaxe* é de origem grega, onde vale tanto como *coordenação* ou *recomposição*, e que desde a mais remota antiguidade tem sido empregado pelos auctores para designar a segunda parte da disciplina grammatical, que ensina a reunir e compor com ordem as partes elementares do discurso antecedentemente decompostas e analysadas: e tambem todos sabem que o vocabulo *analyse* é de origem grega, onde vale tanto como *dissolução, decomposição,* isto é, separação de cousas antecedentemente reunidas. Logo, *syntaxe* e *analyse* são idêas que não se conciliam, assim como não se conciliam *reunir* e *dissolver;* e por conseguinte não é possivel que a syntaxe tracte de analysar o discurso. Esta analyse é realmente uma das funcções grammaticaes, entra em uma das secções da grammatica; porem é objecto particular da etymologia, e não da syntaxe. Alli se discutem e estudam as diversas classes de palavras

que compõem a lingua; alli se determina a natureza e funcções de cada uma d'ellas, attentos os principios da philosophia e da philologia; alli se inquirem as diversas modificações que pode soffrer a parte mechanica das mesmas palavras, etc.: em summa, alli se *analysam*, peça por peça, as partes elementares do discurso. Com estas a syntaxe construe depois a oração, com as orações compõe as phrases, e com as phrases organiza o discurso todo.

É verdade que a syntaxe começa estudando a proposição nos seus elementos, e d'ahi passa a estudar a phrase, o periodo e o discurso nas suas proposições, (e pode ser que nisto prendesse o equivoco do A.) Porem note-se que a syntaxe examina todas estas cousas, não analyticamente, como a etymologia, senão synthéticamente, isto é, quanto á forma que os elementos da proposição assumem, attentas as idêas e relações que exprimem, para comporem a mesma proposição; e considera depois cada uma das proposições quanto ás relações em que se acham, e aos differentes vinculos que as prendem no discurso.

Tambem a logica e a moral estudam as duas grandes faculdades da alma, o intendimento e a vontade, assim como as estuda a psychologia; e dirá por isso alguem que estas tres disciplinas sejam uma e a mesma cousa? De certo não; por quanto, a psychologia estuda as dictas faculdades analyticamente, isto é, inquirindo as forças, funcções e tendencias de suas respectivas naturezas; e a logica e a moral estudam-nas syntheticamente, isto é, considerando-as em relação com os seus dous fins geraes, a verdade e o bem, e formulando as regras que devem dirigil-as para obterem estes mesmos fins. Em egual relação está a etymologia com a syntaxe: a etymologia analysa e pondera os diversos elementos do discurso, para bem conhecer sua natureza, officios, accidentes, etc.; e a syntaxe toma depois esses elementos averiguados, compara-os com as funcções que hão de exercer na enunciação do conceito, une-os por meio de suas relações de identidade e dependencia, e assim organiza as orações, as phrases e o discurso inteiro. Por conseguinte a etymologia estuda as partes do discurso *analyticamente*, em seus elementos constitutivos, ideaes e mechanicos; e a syntaxe estuda-os *syntheticamente*, em suas relações cada vez mais complicadas. E assim mal se poderá dizer, absoluta e vagamente, que «a syntaxe ensina a analysar o discurso.»

Diz mais o A. que a syntaxe ensina a *construir com clareza e*

*harmonia*. Quando eu logo proceder á analyse de cada uma d'estas palavras, hei de mostrar que tal não é o fim primario e proprio da syntaxe: a *clareza* e a *harmonia* não são fins da syntaxe, são effeitos da construcção syntactica, que se funda nas relações de identidade e dependencia que entre si guardam os elementos da sentença; relações, que a syntaxe apenas se encarrega de traduzir por meio de fórmas verbaes convenientes. Relacionar pois os elementos verbaes da sentença segundo as idêas que exprimem, tal é, nem mais nem menos, o objecto capital da syntaxe. D'ahi resulta indubitavelmente a clareza do discurso, porque é impossivel relacionar as palavras sem aclarar a expressão, e assim a clareza funda-se primeiro na correcção syntactica ou grammatical: todavia afora esta exige tambem a propriedade nos termos, a pureza nas palavras, a concisão na phrase, etc., cousas extranhas á alçada da syntaxe, e que entram nos dominios d'outras disciplinas. Construir e elaborar a phrase com clareza tambem o ensina a rhetorica e a litteratura, e todavia nunca ninguem se lembrou de confundir estas duas disciplinas com a syntaxe.

A *harmonia* ou a collocação harmonica, de que costuma fazer-se um appendice da syntaxe, tambem, falando rigorosamente, não pertence a esta disciplina. Uma simples sentença, ou uma phrase composta de varias sentenças, pode estar construida sem offender as regras syntacticas, isto é, guardado escrupuloso respeito ás relações de conveniencia e determinação das respectivas idêas, e todavia não respeitar egualmente as leis da harmonia. A harmonia refere-se principalmente á sensibilidade e á imaginação, faculdades que em si e seus productos nada têm com as regras grammaticaes. Muito bom é que a phrase esteja construida não só segundo as relações das respectivas idêas, senão tambem segundo a mais agradavel concordancia dos sons componentes dos vocabulos; porem não é este segundo poncto o que a syntaxe tracta principal e propriamente. Não confundamos os dominios de disciplinas differentes; nem ellas nem a instrucção lucram com similhante abuso.

PROPOSIÇÃO E PERIODO

Falando do discurso, no § 158, diz o A.:

«*Discurso* é a exposição oral ou escripta de um assumpto. Um assumpto póde conter um ou muitos pensamentos.—§ 159. Os pensamentos

de que se fórma o discurso chamam-se periodos. Um discurso póde ser constituido por um ou muitos periodos.—§ 160. Um periodo é formado de um ou muitos juizos, que se denominam *orações*.»

E aqui está tudo o que nos diz sobre *oração, periodo* e *discurso*.

Começando pela *proposição*, tenho por mui extranhavel que o A. a não definisse explicitamente neste logar, onde a mesma desempenha um papel tam importante, como base que é de todas as phrases e discursos. Já na etymologia, nos §§ 74—80, onde falara dos elementos da proposição; dos complementos, etc., não formulou elle a dicta definição; e aqui, no § 160, limitou-se a dizer que «um ou muitos juizos se denominam orações,» o que é menos e peior do que nada, porque é uma inexactidão. Um juizo, só pelo facto de o ser, não pode chamar-se proposição ou oração; para isso requer-se que seja expresso, e não de qualquer modo, senão por palavras, pois a proposição é um juizo manifestado verbalmente. D'onde procede que a nomenclatura das partes constitutivas do juizo differe da nomenclatura das partes constitutivas da proposição: o juizo é um acto mental, e os seus elementos são idêas; a proposição é um acto verbal, e os seus elementos são termos. Os elementos grammaticaes ou philologicos da proposição não têm numero determinado, são tres (subjeito, verbo e attributo), e podem ser mais ou menos: os seus elementos ideaes ou philosophicos são só tres, tantos como os elementos do juizo que ella exprime, (o subjeito, o verbo e o predicado); e ainda quando este ultimo elemento não venha explicito, como acontece nos verbos adjectivos, sempre lá está implicito, nem podia deixar de estar, por ser o segundo termo impreterivel do juizo. Estas tres partes elementares da proposição raro occorrem no discurso em toda a sua pureza ideologica; quasi sempre a cada uma d'ellas, e especialmente ao subjeito e ao predicado, se aggregam outras que perfazem as respectivas idêas totaes, e estas palavras são os complementos. D'onde se infere que na syntaxe, onde se ensina a construir a oração com os seus diversos elementos essenciaes e accidentaes, é que devia definir-se a oração, as suas partes, os seus complementos, etc.: todavia o A. nem aqui nem na etymologia expoz esta doutrina satisfactoriamente; disse lá, tornou a dizer aqui, e ainda assim não explicou a cousa. Parece-me isto falta de methodo e de critica.

O outro poncto de que o A. tracta é o *periodo*. Presume elle que todas as orações se junctam sempre em phrases periodicas, e até chega ao extremo de suppor que se podem formar periodos d'uma oração unica. Embora as opiniões variem sobre a definição e natureza do periodo, por variarem tambem os aspectos, grammatical e rhetorico, sob que elle se pode considerar; todavia não me parece acceitavel a opinião que vai até ao extremo de formar um periodo d'uma só oração. Em verdade, a palavra *periodo* é de origem grega, e quer dizer *circuito;* é, por assim dizer, um circulo de proposições (não de palavras) por tal fórma travadas entre si, que uma seja principal e a outra ou outras subordinadas, e conspirem todas para a enunciação plena d'um pensamento, de maneira que nenhuma possa subtrahir-se á phrase sem quebra do sentido total. Com este modo de considerar o periodo conforma a opinião de *J. Soares Barbosa* (Gramm. pag. 367) que define periodo «o ajuntamento de muitas proposições, que, não sendo partes umas das outras, estão comtudo ligadas entre si de tal modo, que umas suppõem necessariamente as outras para o complemento do sentido total.» E ainda com mais simplicidade *F. de Andrade Junior*, já por vezes citado, (Gramm. pag. 144) define periodo «o congregado de varias proposições que, não sendo de sentido perfeito, estão todas subordinadas e dependentes d'uma principal, que lhes determina e completa a significação.» D'onde se deprehende que o periodo consta sempre de duas partes maiores: a proposição principal, ou só, ou com suas annexas; e a proposição ou proposições subordinadas, tambem sós, ou com suas annexas. E não se pode dizer que o periodo se forme d'um só juizo, visto que em qualquer periodo devem entrar varias proposições.

Fundado nestes principios não duvidarei affirmar que ainda muitas orações, só pelo facto de estarem unidas no discurso, não constituem periodo: para o constituirem requer-se que, por virtude da dependencia e subordinação das respectivas idêas, umas proposições exijam as outras para a enunciação da sentença total. Toda esta doutrina melhor se intenderá produzindo exemplos de differentes periodos.—1° Exemplo: «Todos os bocados do mundo perdem o sabor, se uma vez se gostam os do espirito» é um periodo de *dous membros*, que são as duas proposições que o compõem, uma absoluta, e a outra subordinada como condição.—2° Exemplo: «Se vemos todas as cousas terem seus cursos, fins certos e orde-

nados; e intendemos que ninguem pode melhor moderar os taes cursos e dirigir para seus fins as creaturas, que o artifice d'ellas: como podemos admittir acasos e fortunas?» é outro periodo de *tres membros,* que são as tres proposições marcadas com os verbos *vemos, intendemos* e *podemos;* as duas primeiras subordinadas á terceira tambem pela relação de condição.—3° Exemplo: «Se a carne é inimiga figadal do espirito; e se elle é o que nos dá mais nobre ser: folguemos de a ver abatida, vencida e rendida; e a elle victorioso e triumphador» é outro periodo de *quatro membros* que facilmente se distinguem. Em todos estes exemplos ha verdadeiros periodos, no rigor do termo, porque ha subordinação e dependencia de proposições, perfeitas grammaticalmente, mas incompletas no sentido com relação á subordinante que as determina: quando porem as proposições unidas no discurso presentarem sim cada uma sentido perfeito, mas concorrerem todas para a expressão d'algum pensamento, esse congregado de proposições já não se chamará periodo propriamente dicto, senão pensamento periodico ou grammatical, phrase incidida, etc.

A esta doutrina, que conforma com a mesma etymologia da palavra *periodo,* e que é professada pelos auctores de melhor nota desde Quintiliano até nossos dias, oppõe-se todavia a *Grammatica nacional,* quando não duvída asseverar que se pode formar um periodo só com um juizo.

«*No ceo todos são reis.* Eis ahi (diz ella) um discurso, formado de um só periodo e d'uma só oração.—*Eu hei de morrer na paz, dizia o rei Josias, seguro estou na guerra* é outro periodo composto de tres proposições.»

Porem contra todos estes dictos se levantam argumentos vigorosos. O A. parte do supposto que todo o dizer é periodico, que todo o discurso consta de periodos; e coherente com esta supposição, em vendo discurso, como quer que esteja tecido, diz logo — aqui ha periodo,—embora lá não haja mais que algumas orações coordenadas, ou, o que ainda o favorece menos, uma oração unica. Porem este modo de sentir não me parece exacto: o periodo é sim *uma* das maneiras como se podem combinar as phrases na composição do discurso, mas não é a maneira *unica,* pois alem do dizer subordinado e periodico, ha o dizer coordenado e incidido. Sim, eu posso falar e escrever ou por periodos ou por incisos: procedo do primeiro modo, combinando entre si diversas proposições,

perfeitas cada uma grammaticalmente, mas imperfeitas em relação ao sentido total, de geito que fiquem dependentes d'outra que as determine e lhes complete o sentido; e procedo do segundo modo, presentando umas após outras proposições que, embora perfeitas em si quanto ao sentido, contribuam todavia para a enunciação d'um pensamento total. Assim naquelle exemplo — *eu hei de morrer na paz, seguro estou na guerra* — não ha verdadeiro periodo, porque as proposições não se subordinam uma á outra; cada uma por si só faz sentido perfeito, e tanto, que se pode rematar a phrase em qualquer d'ellas sem quebra da enunciação do pensamento. O rei Josias podia muito bem dizer: «Eu hei de morrer na paz» e parar aqui; e ainda que mais nada acrescentasse, a sua phrase fazia sentido completo. Podia dizer tambem: «Seguro estou na guerra,» e sem acrescentar mais nada, o seu dicto era verdadeiro e intelligivel. Logo esta maneira de dizer não é periodica, nem se pode trazer para exemplo do periodo. Chamem-lhe embora poncto ou pensamento grammatical, etc., como queiram, porem periodo, propriamente dicto, não, pelas razões expendidas. Nem a phrase periodica e a incidida se empregam indifferentemente: o dizer periodico procede com certa pausa, requer certo repouso de animo, e por sua gravidade e amplitude quadra bem a um assumpto majestoso e solemne; pelo contrario a phrase incidida é rapida e acrimoniosa, convem ao espirito agitado pelo tumultuar das paixões, e por sua viveza arma ao discurso com que se pretende commover os animos alheios. Ora, sendo tam profundas e visiveis as differenças entre estes dous modos de dizer, e não se empregando indifferentemente um pelo outro, parece-me inadmissivel a opinião que sustenta que todo o discurso é forçosamente periodico; e com quanto, repito, não concordem as opiniões sobre este poncto, julgo mais plausivel a que deixo exposta.

### DIVISÃO DAS PROPOSIÇÕES

No § 161 e seguintes o A. divide as orações em

«1.° *absolutas* (que contém as affirmações principaes do periodo); 2.° *circumstanciaes* (que servem para determinar, explicar, ampliar ou restringir o sentido d'alguma das orações absolutas); e 3.° *elementares* (que servem de sujeito, attributo ou complemento d'outra proposição).»

D'esta indicação claramente vereis que o A. alterou os nomes

ás proposições; que ás *principaes* chamou *absolutas*, ás *integrantes* chamou *elementares*, e acrescentou as *circumstanciaes*, que, a dizer a verdade, não se sabe em que diffiram das elementares. Mas desfiemos tudo isto por miudo.

Em primeiro logar, não me parece razoavel trocar o nome de proposição *principal* em *absoluta*. Proposição principal é a que representa o primeiro papel na phrase ou no periodo, a que subordina as outras a si sem estar subordinada a nenhuma, a que contém indubitavelmente as affirmações fundamentaes da phrase; porem só por esse facto não pode dizer-se absoluta. A proposição absoluta está desligada d'outra, não tem vinculo algum de dependencia ou de coordenação: ora uma proposição pode ser principal e ao mesmo tempo coordenada, por outras palavras, pode ser principal sem ser absoluta. Absoluta pois é especie, e não genero, da principal; e o mesmo exemplo que o A. adduz, confirma esta opinião.—*Antigamente estavam os ministros ás portas das cidades, hoje estão as cidades ás portas dos ministros*— ambas estas proposições são principaes, porque as suas affirmações a nenhuma outra estão subordinadas; todavia a segunda, como adversativa que é da primeira, julgo-a coordenada, e não absoluta; o que é tanto assim que, se a separarem da proposição antecedente, mal se intenderá o conceito que *Vieira* pretendera enunciar. Conseguintemente *absoluta* em logar de *principal* não me parece innovação admissivel.

Quanto ao nome de proposições *elementares* em logar de proposições *integrantes*, poderia admittir-se a alteração, uma vez que elementar significasse só a proposição que serve de *subjeito* ou *attributo* d'outra (porque o qualificativo *elementar* tem visivel referencia aos *elementos* da proposição, que são o subjeito, o verbo e o predicado); mas não as proposições que representam meros *complementos*, já porque estes não são partes tam elementares da proposição como as outras, já porque, se os complementos podem exprimir-se com proposições elementares, então devem eliminar-se por desnecessarias as *circumstanciaes*, visto como determinando, explicando, ampliando, ou restringindo o sentido d'outra, *completam* verdadeiramente esse sentido, e vêm por conseguinte entrar na classe das elementares.

Tambem me não parece bastante clara e precisa a definição que o A. deu de proposição circumstancial; por quanto, para conseguir essa clareza e precisão devia elle começar por dizer o que

seja *determinar*, *restringir*, *ampliar* e *explicar* o sentido de certa phrase; e é isso exactamente o que não fez. A *ampliação* é uma especie de *explicação*, e por consequencia o sentido d'estas duas palavras, vago e indeciso, torna-se por isso mesmo obscuro; obscuridade que augmentará, se compararmos aquellas quatro palavras sacramentaes, em que o A. cifrou toda a essencia das suas proposições circumstanciaes, com as palavras ***circumstancia*** ou ***complemento circumstancial***, intendidas no sentido em que as tomam os grammaticos, que todos concordam em dizer que a circumstancia *amplia* e *desinvolve* sim algum dos elementos da proposição, mas não os *restringe* nem *determina;* por outras palavras, designa qualidade accidental, mas não essencial ao sentido vago ou relativo do elemento a que se ajuncta.

Finalmente incluir, como faz o A., na classe das circumstanciaes as proposições incidentes, explicativas ou restrictivas, não conforma nem com a philosophia, nem com a praxe, nem com a mesma theoria do A., como espero provar brevemente. Primeiro apresentarei o exemplo que elle adduz, e a explicação que lhe ajuncta, e produzirei depois as razões do meu dicto.

«*Dar bom exemplo ao proximo é uma das maiores honras que podemos dar a Deus.*— Neste periodo ha tres orações, uma elementar, outra absoluta e a terceira circumstancial. A elementar é *dar bom exemplo ao proximo,* pois que está servindo de sujeito á oração absoluta, *é uma das maiores honras,* e a circumstancial é a oração, *que podemos dar a Deus,* que determina ou explica a honra de que se tracta.»

Eis o exemplo e a respectiva explicação. Agora ponderemos. Julgo inconveniente, sob os tres respeitos que toquei, chamar circumstancial a proposição incidente *que podemos dar a Deus.* E antes de passar adeante perguntarei: que circumstancia exprime aquella proposição? será de logar, de tempo, de instrumento, de modo, de preço, de causa, etc.? Fora muito para desejar, como novidade grande, que o A. nos esclarecesse sobre este poncto. Perguntarei em segundo logar: pode dizer-se com verdade que uma mesma proposição *determina* ou *explica*, isto é, *limita* ou *desinvolve* a mesma cousa ao mesmo tempo? não serão estas duas idêas repugnantes e inconciliaveis? A proposição incidente juncta uma qualidade, essencial ou accidental, a algum dos termos, subjeito ou predicado, d'outra proposição. Quando a qualidade addicionada é essencial, a incidente respectiva explica o termo, é explicativa, pois

desinvolve a idêa, que como essencial já lá existia implicita; e quando a qualidade é accidental, a proposição incidente restringe o termo, é restrictiva, pois a tal qualidade só pertence a alguns dos individuos da especie do mesmo termo, e assim contrahe, minora a sua extensão. Ora, sendo estas as duas funcções unicas da proposição incidente, e valendo assim esta por um qualificativo do subjeito ou do predicado, verdadeiros *elementos* da proposição, claro é que taes incidentes devem contar-se na classe das elementares, e não na das circumstanciaes. Isto diz a philosophia.

De accordo com ella vae a torrente dos grammaticos. Por exemplo, *J. Soares Barbosa*, este grande mestre cuja auctoridade nunca me cançarei de allegar, (Gramm. pag. 365) diz expressamente: «As orações ou proposições *parciaes* são de dous modos, ou *incidentes* ou *integrantes*. As primeiras são as que modificam qualquer dos termos da proposição total, ou explicando-o ou restringindo-o. Por exemplo, nesta proposição total: *Os sabios, que são mais instruidos que o commum dos homens, deveriam tambem excedel-os em virtude*, a parcial *que são mais instruidos que o commum dos homens* é uma incidente explicativa do subjeito *sabios:—A honra que vem da virtude, é mais solida que aquella que vem do nascimento*, as duas incidentes *que vem da virtude* e *que vem do nascimento* são restrictivas, a primeira da significação geral do appellativo *honra*, subjeito da proposição total, e a segunda da significação indeterminada do mesmo appellativo e do demonstrativo *aquella*, attributo da mesma.... A segunda especie de orações parciaes são as *integrantes*, assim chamadas, porque não só inteiram o sentido da proposição fatal, como as incidentes, mas tambem a sua grammatica, completando a significação relativa do attributo da mesma, a qual sem isto ficaria incompleta e suspensa, etc.» E pelo mesmo teor falam os demais grammaticos, que incluem as proposições incidentes na classe das parciaes, e nunca na das circumstanciaes.

Finalmente, d'este modo está o A. em contradicção comsigo mesmo, pois, se a proposição incidente é, como elle reconhece, uma parte complementar do subjeito ou do attributo; e se as proposições elementares exprimem, como elle tambem confessa, o subjeito, o attributo, e ainda o complemento; legitimamente se infere que as proposições incidentes são elementares ou parciaes. Em

remate pois: chamando circumstanciaes as proposições incidentes, o A. offende a philosophia da grammatica, divorcia-se da opinião corrente dos grammaticos, e até contradiz a sua mesma theoria.

Mas a razão d'isto é a pouca precisão com que o A. ordinariamente se exprime, e porisso não duvidou elle dizer logo adeante, que na phrase *das maiores honras que podemos dar a Deus* «a incidente *que podemos dar a Deus* explica ou determina.» Pois não percebe que a phrase *as maiores honras,* desacompanhada da incidente *que podemos dar a Deus,* fica de extensão muito mais larga, alem de ser inintelligivel, do que depois de modificada e restringida pela tal incidente? e assim não percebe tambem que esta incidente não explica, mas restringe ou determina o sentido vago d'aquelle substantivo commum *as maiores honras?* Ó A. deve saber que em materias grammaticaes não nos é licito alterar a nosso arbitrio, e sem razões muito plausiveis, a linguagem sanccionada pelo uso dos que melhor pensaram e escreveram sobre a materia: as sciencias, as letras, as artes, tudo têm sua linguagem propria consagrada pelo uso, e que importa respeitar escrupulosamente; determinar, explicar, ampliar, restringir, etc., todas estas palavras em grammatica exprimem idêas differentes, e não podem por conseguinte tomar-se impunemente umas pelas outras. E todavia neste defeito caiu o A.

Para confirmar o meu dicto venha, entre outros exemplos, o que elle diz no § 165:

«Para existir uma oração é necessario que haja um verbo em algum dos tempos simples ou compostos, claro ou facilmente subentendido.... *Quem quer ganhar honra não se ha de entregar ao descanço.*»

E em nota diz:

«Neste periodo ha duas orações. A primeira — *quem quer ganhar a honra;* formada de uma phrase verbal composta; a segunda — *não se ha de entregar ao descanço,* constituida de um tempo composto.»

Aqui torna-se primeiramente reparavel o emprego abusivo do verbo *existir* applicado a uma proposição *(para existir uma proposição),* cousa que só incorrectamente se pode dizer. O A. queria ensinar, como fazem os outros grammaticos, que para *haver* proposição se requer sempre um verbo em algum tempo, simples ou composto, claro ou occulto; porem, como se lhe antolhasse indispensavel a repetição fastidiosa da palavra *haver,* elle, que tanto re-

speita e estremece a harmonia, disse—*para existir uma proposição,* phrase menos propria d'um livro tam encarecedor da vernaculidade.

Merece tambem reparo o nome que o A. dá á proposição incidente *quem quer ganhar honra*, chamando-a *phrase verbal composta*. Ora eu bem sei que, em face dos principios abraçados pelo A., era-lhe difficil assignar um nome adequado áquella proposição, e talvez sentisse repugnancia em a denominar *circumstancial*, como devia fazer para ir coherente: para cortar pois d'um golpe todas estas difficuldades chamou-a *phrase verbal composta*, a qual deixa a mestres e discipulos sem saberem como nomear e qualificar similhante phrase. Esta subversão, repito, da linguagem technica e consagrada pela opinião dos competentes, será innovação (não o contesto), mas é innovação prejudicialissima e que serve só para embrulhar e confundir as creanças.

A doutrina do § 166 está em certa opposição com a do § 161. Neste e seguintes dividira o A., como vimos, as proposições em *absolutas, elementares* e *circumstanciaes;* e chamara elementares as que representam o *subjeito*, o *attributo* e o *complemento;* e circumstanciaes as que *determinam, explicam, ampliam* e *restringem* o sentido das absolutas. Agora no referido § 166 diz:

«Além do verbo podem existir numa oração mais quatro elementos: *sujeito, attributo, complemento objectivo e complemento circumstancial.*»

Logo, em presença de similhante doutrina, o complemento circumstancial (não falando já no objectivo) é tanto elemento, como o subjeito e o attributo da proposição; e conseguintemente, as proposições circumstanciaes devem incluir-se na classe das elementares, eliminada assim esta classe, contra o que affirmam os §§ 161 e seguintes.

No dicto § 166 pondera o A. que não é essencial que existam os elementos *subjeito* e *attributo*, nem os complementos *objectivo* e *circumstancial*. Com relação aos complementos estou de accordo, porque só se tornam necessarios, quando são complexas as tres partes elementares da proposição, especialmente o subjeito e o attributo, que mais commummente requerem o auxilio de palavras complementares. Porem com relação ao subjeito e ao attributo, esses devem entrar impreterivelmente em todas as proposições, como signaes verbaes indispensaveis que são das idêas constitutivas dos respectivos juizos. Podem sim, e ninguem o contesta,

o subjeito, o predicado e até o verbo deixar de vir expressos e explicitos, e exemplos de taes ellipses topamol-os a cada passo: todavia, claros ou occultos, o subjeito, o verbo e o predicado são partes essenciaes e indefectiveis de todas as proposições. Conseguintemente, se o A., quando affirmou não ser essencial que na proposição venha o subjeito, o attributo e o verbo, só quiz significar que não é essencial á *enunciação inteira* do conceito, que todos estes elementos appareçam explicitos na proposição, disse uma trivialidade que ninguem contesta; porem, se quiz, como parece, inculcar que taes elementos não são de nenhum modo necessarios á *integridade logica e grammatical* da proposição, e que assim podem sem inconveniente falhar todos ou alguns, disse o que não é exacto.

No resto da syntaxe analytica dão-se as definições de oração *completa*, *elliptica*, *pleonastica* e *implicita*. É tudo doutrina corrente, e que em um livro elementar devia reduzir-se a mui pouco.

## SYNTAXE DE CLAREZA

Passemos já e sem detença ao que o A. denomina *syntaxe de clareza*.

«177—Ensina a empregar as palavras mostrando a dependencia e relação que ellas teem entre si.—178.... Divide-se em tres partes: *concordancia, regencia* e *collocação*.—179. A *concordancia* ensina a mostrar pela terminação a dependencia que as palavras variaveis teem entre si na oração. As palavras variaveis são os *substantivos,* os *adjectivos* e os *verbos*.»

Eis a noção geral que o A. forma da dicta syntaxe de clareza. Comprehende esta, como não custa a perceber, o que as outras grammaticas chamam singelamente *concordancia, regencia* e *collocação;* e cifra-se por conseguinte, já na coordenação das palavras em sentenças segundo a relação das respectivas idêas, já na collocação das palavras segundo o uso dos que melhor manejam a lingua. Porem, como a concordancia diz respeito ás relações de identidade que as palavras têm entre si, a regencia ás relações de sua mutua dependencia e subordinação, e a collocação á conveniente disposição local das palavras na phrase, e das phrases no discurso; pedia a mesma ordem das idêas que na definição da syntaxe de clareza, visto como abraçava estes três respeitos, se

tocassem todos os elementos a que elles se referem, e não um só ou alguns: todavia não é isto o que apparece na definição da tal syntaxe de clareza, que só allude á *regencia*, e nada á *concordancia* nem á *collocação*. Realmente, no sentir do A., a syntaxe de clareza só procura ligar as palavras segundo a sua *dependencia* e *relação* (provavelmente quiz dizer «segundo a sua *relação de dependencia*,» pois a dependencia é visivelmente uma especie de relação): ora em grammatica é verdade assente que as relações de *dependencia* e *determinação* pertencem á syntaxe de regencia. D'onde concluo legitimamente que o A. definiu com menos exactidão a sua syntaxe de clareza, e alem d'isso commetteu certa incoherencia, quando, sem primeiro alludir na respectiva definição á concordancia ou á collocação, dividiu depois a tal syntaxe de clareza nas tres partes — concordancia, regencia e collocação.

Ainda ha mais. Quando na dicta definição de syntaxe de clareza apparecessem por ventura tocados todos os tres referidos elementos em que o A. subsequentemente a dividiu, ainda então a phrase *syntaxe de clareza* em rigor permanecia inexacta e inadmissivel. Por quanto, bem que a syntaxe concorra para aclarar o discurso ensinando a unir as palavras convenientemente, todavia, para dar á phrase a clareza necessaria, não bastam os meros preceitos syntacticos; requer-se tambem que as palavras significativas da sentença sejam proprias, expressivas e verdadeiramente da lingua d'onde se tomam, que guardem exacta proporção com as idêas que exprimem, e que sejam collocadas de geito que satisfaçam ao espirito sem desagradarem ao ouvido. Mais breve: para a clareza não basta a simples correcção grammatical, é tambem necessaria a propriedade, a pureza, a concisão, e a disposição conveniente.

Por conclusão: não me parece propria a phrase *syntaxe de clareza*, como se a syntaxe servisse para outro fim que não fosse dar clareza á phrase, ou como se a phrase podesse fazer-se clara só por meio da syntaxe. Mas qual será, me pergunto eu a mim mesmo, a raiz e origem de todas estas inexactidões e inconveniencias? Uma só, me parece, e muito simples: a mania de innovar, mas innovar palavras que não trazem melhoria ás idêas.

### CONCORDANCIA

Porem desfiemos ainda mais esta doutrina. Tres cousas infiro

eu do conteúdo do § 179 que deixo transcripto, a saber: primeira, que a concordancia une as palavras pela relação de *dependencia;* segunda, que a dependencia é indicada *pela terminação das palavras variaveis;* terceira, que a concordancia só se dá nos *substantivos, adjectivos* e *verbos*. Ora nenhuma d'estas cousas me parece verdadeira e acceitavel, como espero demonstrar.

Não é verdade que a concordancia una as palavras pela mutua *dependencia* das respectivas idêas. A concordancia o que faz é ajustar com as relações das idêas os signaes verbaes consagrados pelo uso, fundando-se toda na *conveniencia* e *identidade* das idêas relacionadas. Esta identidade tem por fundamento o incluirem-se as idêas umas nas outras, quer se refiram a simples palavras, quer a phrases inteiras: por exemplo, a idêa do attributo inclue-se na do subjeito, a idêa do substantivo apposto inclue-se na do outro a que se appõe, a idêa da proposição parcial na do subjeito ou predicado da outra que inteira, a idêa da proposição subordinada na d'aquella a que se subordina e em que se prepara a sua determinação. Logo o fundamento da concordancia syntactica é a conveniencia, e não a dependencia das idêas; a dependencia pertence á regencia, onde se estudam os diversos complementos pedidos pelas palavras.

Em segundo logar: as modificações verbaes externas significativas das relações internas das idêas, mais breve, os signaes de concordancia, não são só as *terminações* das palavras variaveis, como o A. presume; isto nem ainda acontece nas linguas sob este respeito mais ricas que a nossa, quaes são as que têm casos, como entre as antigas a latina e a grega, e entre as modernas a allemã; e muito menos deve acontecer nas linguas que, como a nossa, carecem de casos: nestas os signaes da concordancia são, alem das terminações, as *posições* das palavras e as *conjuncções*. E sobre isto o melhor é ouvir ainda a *J. Soares Barbosa*, que fala com toda a proficiencia. «As palavras e as orações que exprimem as idêas e pensamentos correlativos, deviam tambem levar comsigo signaes d'estas correlações mutuas, para mostrarem a sua correspondencia no discurso. Estes signaes são de tres modos: ou *terminações*, ou *posições*, ou *conjuncções*. As terminações genericas dos adjectivos, as pessoaes dos verbos, e as numeraes d'uns e outros, mostram a concordancia dos termos da proposição. Os gregos e latinos tinham mais uma, que era a dos casos, que nós não

temos. A posição immediata do adjectivo, principalmente indeclinavel, apposto ao substantivo, e a das proposições parciaes juncto ás palavras que explicam, restringem ou completam, é o signal da concordancia entre as mesmas proposições parciaes e suas fataes. E todas as conjuncções, palavras e phrases conjunctivas, que notam a ligação e ordem que entre si guardam os membros d'um periodo, são os signaes de sua concordancia em todas as linguas.» Sendo pois tres os signaes da concordancia das idêas, a saber — terminações, posições e conjuncções, como pretende o A. reduzil-os só a um, as terminações, dizendo que «a concordancia ensina a mostrar pela *terminação* a dependencia que as palavras variaveis teem entre si?»

Finalmente, e é este o terceiro e ultimo poncto que prometti discutir: a concordancia não se dá sómente entre os termos da proposição, dá-se tambem entre as mesmas proposições componentes do discurso. E assim devia acontecer, pois, concordando no espirito os varios pensamentos concebidos sobre um assumpto, e sendo as palavras a expressão e o retrato fiel das idêas, tambem as proposições deviam concordar entre si. Assim é que a proposição parcial concorda com algum dos termos da outra a que se juncta, ou explicando-o, ou restringindo-o, ou completando-o; a proposição subordinada concorda com a subordinante, da qual é ou consequencia, ou excepção, ou causa, ou condição, ou circumstancia. E d'este modo, provadas as tres proposições a que reduzi toda a doutrina do § 179, onde o A. pretendera explicar a syntaxe de concordancia, e patenteadas as inexactidões que encerram, é licito concluir que esta materia ficou por tractar.

No resto do capitulo (§§ 180—196) passa o A. a deduzir as regras da syntaxe de concordancia, acompanhadas dos respectivos exemplos e ponderações. Sobre o que só duas cousas notarei: primeira, a nenhuma ordem por que as dictas regras foram deduzidas; e segunda, uma rectificação importante sobre certa phrase que o A. suppõe errada.

Nesta parte da syntaxe costumam os preceptistas presentar primeiro a concordancia do verbo com o subjeito, que é a principal; depois a concordancia do adjectivo com o substantivo, assás frequente; e por ultimo a do nome com o seu continuado, addicionando a cada uma d'estas regras as excepções respectivas. Não se importou o A. com estes exemplos respeitaveis, e poz primeiro

a concordancia do adjectivo com o substantivo (§§ 180—183), depois a do articular (§§ 184—186), d'ahi tocou alguns empregos viciosos do relativo *cujo* (§§ 187—189), agora é que veio a concordancia do verbo com o subjeito (§§ 190—194), depois tornou á do adjectivo com o substantivo (§§ 195 e 196), e findou aqui. A doutrina é a commum, nem podia ser outra cousa; porem a redacção das regras, em geral, foi pouco precisa e clara.

Agora a rectificação. No § 189 lê-se quanto ao adjectivo *cujo* doutrina tam singular, que não pode passar sem reparo. Diz o A.:

«Erra-se junctando a este adjectivo relativo *[cujo, cuja]* a preposição *de*; exemplo: *Ha um grande quadro no palacio real d'Ajuda, de cujo auctor me não recordo;* deve-se corregir: *um grande quadro no palacio real d'Ajuda, cujo auctor me não lembra.*»

Parece-me, em primeiro logar, que a *Grammatica nacional* desejava referir *cujo* a *quadro*, e não a *palacio* (*quadro, de cujo auctor*, e não *palacio, de cujo auctor*), se bem que para a validade das ponderações que vou fazer, seja indifferente referir *cujo* a um ou a outro d'aquelles substantivos; e assim o exemplo, para reproduzir exactamente o conceito que o A. intentava, devia estar redigido da maneira seguinte: «Ha no real palacio da Ajuda *um quadro* (ou painel), *de cujo* auctor não me recordo.» Agora, reformado o tal exemplo, e attentando só ao poncto onde o A. cuida haver erro, que é nas palavras *de cujo*, parecendo-lhe que a preposição *de* pecca por excessiva; não posso deixar de advertir que a tal preposição *de* está muito bem. O A. labora em uma notavel equivocação, suppondo que a preposição *de* é pertença do adjectivo *cujo*, quando ella rege *auctor*, valendo *de cujo auctor* tanto como *do auctor do qual* (quadro ou painel), complemento muito bem pedido e muito bem determinado pelo verbo pronominal *me recordo;* de sorte que esta phrase *de cujo auctor não me recordo* em nada quebranta as leis syntacticas. O A. não desconhece por certo a força significativa das palavras *cujo, cuja, cujos, cujas;* todavia em reforço das considerações que fiz, deixe-me recordar que ellas derivam das latinas *cujus, cuja, cujum*, e estas do genitivo *cujus* de *qui* ou de *quis,* e que por consequencia valem originariamente por um genitivo; e assim considerados *em si* não podem ser precedidas da preposição *de,* que já trazem implicita na sua mesma significação (e aqui está, me parece, a raiz da equivocação do A.): podem porem precisar da referida preposição *de*

os nomes com que os taes adjectivos concordarem, se por ventura estiverem em alguma das relações restrictiva, terminativa ou circumstancial, que pedem a dicta preposição, como succedeu no citado exemplo, que foi talvez elaborado pelo A. Porem deixemos isto, e vamos já á syntaxe de regencia.

## REGENCIA

A *Grammatica nacional*, definindo a syntaxe de *regencia*, diz no § 197 que ella

«ensina a mostrar a relação que os complementos teem com as palavras que os regem.»

Porem similhante definição é inepta por encerrar o mesmo objecto que se pretende definir, dando para explicar aquillo mesmo que precisa de explicação. Parecia que a primeira cousa que o A. devera fazer, a exemplo de todos os bons grammaticos, era explicar o sentido da palavra *reger,* mostrando, como das palavras que constituem o cabedal da lingua portugueza, algumas por sua significação vaga, relativa e transitiva exigem outras que lhes determinem ou completem o sentido; e que nesta relação de determinação assenta a syntaxe de regencia, assim como na relação de identidade assentava a syntaxe de concordancia. Parecia tambem que subsequentemente devia enumerar as palavras regentes e as regidas, e formar as classes geraes das relações que ligam as dictas palavras entre si; e aqui, para se manter fiel ao systema que seguira na primeira parte da obra, cumpria-lhe aclarar a materia com alguma explanação prévia. Porem ao revez de todas estas indicações o A., sem primeiro explicar que relação haja entre *complementos* e *regencia*, presenta logo nos §§ 198—204 as classes de complementos que cuida haver na lingua portugueza, e no § 198 diz:

«O *complemento objectivo* é regido por um verbo sem auxilio, em geral, de preposição.»

Esta materia, hão de os leitores lembrar-se, já foi tractada no § 79, onde o A. definiu complemento objectivo «aquelle que o verbo precisa para exercer a sua acção.» Não insistirei pois na falta de methodo que se commetteu tocando esta materia na etymologia, quando o seu logar proprio era na syntaxe, onde se estudam as relações das palavras, base dos complementos. Tambem

não insistirei na inconveniencia de definir um mesmo objecto de duas maneiras differentes, e, o que peor é, nenhuma satisfactoria; pois, nem define bem complemento objectivo, quem o diz ser aquelle «que o verbo *precisa* para exercer a sua acção,» visto como do terminativo e do circumstancial o verbo precisa tambem para o mesmo fim, e todavia nenhum d'elles é objectivo; nem quem faz consistir a essencia do complemento objectivo em ser *pedido pelo verbo sem auxilio de preposição*, pois muitos complementos ha, junctos a verbos e desacompanhados de preposições, e que todavia não são objectivos, como os dos exemplos seguintes: «o logar dista *duas leguas*, o homem chegou *a semana passada*, o Papa convidava *algumas vezes* ao Arcebispo, etc.;» onde as phrases complementares *duas leguas, a semana passada, algumas vezes*, etc., são pedidas por verbos, não vêm acompanhadas de preposição, e todavia nenhum bom grammatico as chamará complementos objectivos.

Muito melhor pensava a este respeito *J. Soares Barbosa*, quando (Gramm. pag. 396) dizia: «Chama-se complemento objectivo toda a palavra ou oração, que é o *primeiro termo* ou *objecto* sobre que se exercita a *acção do verbo activo*, e com a qual se responderia á pergunta *o que?* Como quando digo: *eu amo*, se me perguntam, *o que?* respondo *a Deus*. Este substantivo *Deus* com a preposição *a* é o complemento objectivo do verbo *amo*. Quando este complemento objectivo é de pessoa, ou cousa personificada, sempre leva comsigo a preposição *a;* excepto se são pronomes pessoaes, porque, como estes têm casos apropriados para substituir esta relação objectiva, comsigo mesmo levam a preposição.» Quasi no mesmo sentido falam todas as grammaticas portuguezas ainda as mais rudimentares, como a de *J. Emiliano de Andrade*, que chama complemento objectivo «aquelle que mostra o objecto em que se emprega a significação do verbo transitivo,» e a de *Carlos de F. Vieira*, que o define «a palavra ou palavras sobre que recae immediatamente a acção dos verbos transitivos.»

Proseguindo diz o A. no § 199, como advertencia a esta materia:

«Evita-se o emprego da preposição *a,* começando a phrase pelo complemento, e repetindo-o depois, representado pelo artigo, exemplo: *O amor conjugal, quando é do coração e fundado em boa amizade, a velhice não o esfria, nem o acaba a morte.*»

Nem me parece verdadeira similhante doutrina pelo modo como

está exposta, nem o exemplo adduzido prova o que se pretende. Começarei pelo exemplo, advertindo que a phrase *amor conjugal*, complemento objectivo dos verbos *esfria* e *acaba*, nem leva antes de si a preposição *a*, nem a devia levar por ser nome de cousa inanimada que aqui não se toma personificadamente; de sorte que, no trecho tomado para exemplo, ainda depois de construido pela ordem directa—*Nem a velhice esfria, nem a morte acaba o amor conjugal, quando é do coração e fundado em boa amizade*—o complemento objectivo, embora retirado do principio da phrase, não tomou, como o A. presumia, a preposição *a*: e assim o exemplo em prosa não provou o que se pretendia. Nem o outro em verso: *Tristes pobrezas ninguem as deseje, Cegas riquezas ninguem as procure;* pois, deslocados os complementos directos, e supprimidos os pronomes que os reproduziam, o trecho construido directamente fica assim: *Ninguem deseje tristes pobrezas, Ninguem procure cegas riquezas*, onde é visivel que os complementos objectivos, por haverem deixado o principio da oração, nem porisso tomaram antes de si a preposição *a*. Façamos agora a experiencia sobre um complemento objectivo que, por significar pessoa, deva levar antes de si a preposição *a;* assentemol-o no principio da phrase, reproduzamol-o depois com o *pronome* pessoal (*artigo* lhe chama o A. inexactamente), e vejamos se deverá tirar-se-lhe a referida preposição. Seja exemplo: *Ama de todo o coração a Deus que te creou e conserva*. Abramos a phrase pelo complemento objectivo *Deus,* visto que expressa a idêa mais insigne da sentença, e digamos: «*A Deus,* que te creou e conserva, ama-*o* de todo o coração.» Lá está sempre a preposição *a*, nem podia deixar de estar, d'outra sorte *Deus* seria subjeito, não sei de que proposição. Logo é menos exacto dizer, como faz o A., que se começa a phrase pelo complemento objectivo, e que se repete este depois pelo artigo, só *para evitar o emprego da preposição a*. Mas d'onde procederia este grande equivoco? Parece-me que da leitura menos reflectida d'uma nota da Grammatica de *Moraes e Silva* (liv. 2º, cap. 1, § 2, n.º 12). Ahi, referindo-se este escriptor *não ao complemento objectivo*, porque não pede preposição, mas especialmente ao *terminativo*, exprime-se da maneira seguinte: «Os nossos bons escriptores *muitas vezes* omittem as preposições, que haviam de preceder os nomes, e indicam depois as relações d'estes usando dos casos dos *pronomes* referidos aos nomes, ou do *arti-*

*cular relativo* junto ao verbo, v. g.: O menino *que*, quem o afaga, o choro *lhe* acrescenta.» O que lá dissera *Moraes e Silva*, repetiu-o a *Grammatica nacional;* e toda esta doutrina reproduzira já com mais clareza e exacção, embora em sentido menos largo, *F. de Andrade Junior*, (Gramm. pag. 155) nas palavras que vou transcrever. «Per *hebraismo* introduzido em nossa lingua usam os classicos collocar o complemento *terminativo* sem preposição clara, antes do seu antecedente, e referil-o juncto d'este pelo *pronome* correspondente, v. g.: .... *Um grande merecimento* nunca *lhe* faltou inveja.» Isto já custa menos a intender. Tracta-se aqui só do complemento *terminativo*, que exige a dicta preposição *a*, e não do objectivo, como o A. presumia; colloca-se o tal complemento logo no principio da phrase, *não para poupar* a preposição, senão para tornar o discurso mais emphatico, abrindo-o pela palavra cuja idêa se deseja inculcar com mais viveza; é isto, como bem adverte o referido grammatico, uma locução que a lingua portugueza tomou da hebraica: e em fim, o complemento reproduz-se não pelo mero *artigo*, mas por um *pronome* da 3ª pessoa. Em remate pois: a doutrina da nota, como a transcreve a *Grammatica nacional*, é inadmissivel e desmentida pelos mesmos exemplos que adduz; tudo talvez por o A. não haver pensado attentamente o logar d'onde a extrahira.

## AINDA OS COMPLEMENTOS

Sobre a divisão dos complementos dizem os §§ 200—202:

«Os complementos circumstanciaes subdividem-se em *terminativos* e *explicativos*. Os complementos terminativos são sempre regidos por um verbo, e precedidos pela preposição *a*, ou *para*...: os complementos explicativos são regidos por um verbo ou um substantivo ou um adjectivo, e podem empregar-se com preposição ou sem ella.»

Esta doutrina já fora tocada no § 80, onde o A. disse que «o complemento circumstancial *amplia, restringe*, ou *explica* a significação da palavra a que se juncta.» Porem, como aqui no § 200 o complemento circumstancial se subdivida em *terminativo* e *explicativo*, aos quaes se referem visivelmente as taes duas funcções do complemento circumstancial, *terminar* e *explicar*, ficam por conseguinte as duas funcções restantes, *ampliar* e *restringir*, preteridas na subdivisão do dicto complemento. Por quanto, para se guardar coherencia com a doutrina do § 80, onde a virtude do

complemento circumstancial consistira em *ampliar, restringir, determinar* e *explicar* certa palavra, parecia-me que se devia subdividir o dicto complemento não só em *terminativo* e *explicativo,* os quaes apenas se referem ás duas ultimas funcções, senão tambem em *ampliativo* e *restrictivo,* para d'esta arte comprehender as outras duas funcções restantes: parecia-me isto exigido pelo rigor das idêas. Por consequencia, o A. no § 200 não fez a divisão inteira do complemento circumstancial, pois não esgotou, como lhe cumpria, todo o conteúdo extensivo da respectiva idêa; menos, se quiz comprehender as funcções do complemento *ampliativo* e do *restrictivo* nas do *terminativo* e *explicativo.* Todavia sempre advertirei que no terminativo não podia elle incluir o restrictivo, conforme a sua mesma theoria; porque, segundo diz, o complemento terminativo é sempre regido por um *verbo,* e precedido da preposição *a* ou *para;* porem o restrictivo é sempre regido por um *nome* substantivo, e precedido da preposição *de,* como: «exemplo *de virtude,* livro *de Pedro,* etc.» Tambem não o podia incluir no explicativo, porque repugnam entre si as duas idêas — explicar e restringir, dilatar e circumscrever, o sentido de certa palavra. Quanto ao complemento *ampliativo,* queira o A. elucidar-nos sobre o sentido que ligou a este novo complemento, e em que classe o incorporou, se nos explicativos, se nos determinativos. Conclusão: o A. com as suas proprias idêas destruiu a divisão que fizera do complemento circumstancial.

Agora passando a discutir a definição, advirto primeiramente que, no sentir commum dos grammaticos e conforme á philosophia da linguagem, o complemento terminativo não se juncta sómente a um *verbo,* como o A. affirma; juncta-se a *todas as palavras* que por sua *significação relativa* exijam outras que lhes sirvam de termo de referencia; juncta-se a um *verbo,* a um *adjectivo,* e até a um *adverbio.* Conforme com estes principios dizemos muito bem: «Prégar doutrina *accommodada á capacidade* dos ouvintes, viver *conformemente á natureza,* etc.» E *J. Soares Barbosa* (a pag. 398) diz expressamente: «Chama-se complemento terminativo toda a palavra ou oração que serve de termo á significação relativa das palavras regentes,» e depois acrescenta: «Assim como as significações relativas são differentes, assim tambem o são as preposições que se empregam nestes complementos terminativos. As mais usuaes são seis, a saber: *a, para, por, de, com,*

*contra*, com as quaes e com seus consequentes se responde ás perguntas, que naturalmente se fariam a quem empregasse uma d'estas palavras relativas, sem termo algum que lhes completasse a relação.» D'esta doutrina, em perfeita conformidade com o bom senso, se deprehende que as preposições *a* e *para*, com quanto sejam as mais frequentemente empregadas antes dos complementos terminativos, não são todavia as unicas e exclusivas, como o A. assevera. E por outra parte, as preposições *a* e *para* não indicam só o complemento terminativo, senão tambem o complemento circumstancial de logar, tempo, modo, fim, meio, instrumento, medida, etc., como se vê nestes exemplos: «ir *á* praça, estar *á* vista, *a* tiro de bala, passar *a* nado, ficar *á* vontade, saír *a* ver, matar *a* punhaladas, abrir *ao* buril, pesar *ás* arrobas, juro *a* cinco por cento, etc.; virado *para* o nascente, deixar *para* o outro dia, obra *para* uso das escholas, gastou duas *para* tres horas, etc.» Do que tudo se infere que deixa muito vaga a definição do complemento terminativo, quem, como o A., cifra a natureza d'elle nas duas unicas preposições *a* e *para*, que alem de termo significam tantas e tam diversas circumstancias; salvo se, contra todas as indicações da praxe e da razão, o A. julga termos necessarios e impreteriveis meras circumstancias accessorias.

Concluirei o que tinha para dizer sobre a syntaxe de regencia advertindo, que me parecia bem que a *Grammatica nacional* tocasse, embora levemente, as classes mais geraes das relações em que as palavras podem vir no discurso, assim como fazem as outras grammaticas, ainda as mais elementares: veja-se a de *J. Emiliano de Andrade* (pag. 45), a de *D. José de Lacerda* (pag. 49), a de *Moniz B. Côrte-Real* (pag. 86), e a de *Bento J. de Oliveira* (pag. 53—55). E tambem me parecia que o A., que a tantas explicações baixara na etymologia sobre cada uma das partes capitaes do discurso, deveria em alguma notinha tocar sequer as differenças que sobre estas relações ha entre a lingua portugueza e a latina. Sabe muito bem que esta ultima tem casos, com os quaes exprime grande numero d'aquellas relações, e que a lingua portugueza, com quanto os não tenha geralmente, ainda assim exprime as dictas relações por meio de preposições, artigos, e posições das palavras relacionadas. O A. sobre este objecto limitou-se a dizer que

«O professor aproveitará esta occasião para explicar o que são os

casos que teem a lingua latina e outras, mas que o idioma portuguez só possue nos pronomes pessoaes.»

Bem certo estou de que a recommendação será cumprida com ponctualidade, e que os srs. professores encherão cabalmente a lacuna da *Grammatica nacional*. Isso porem não basta: uma grammatica não se limita a fazer recommendações, mormente quando fora tam prolixa sobre outros ponctos; ella mesma expõe o que o mestre deva ensinar a seus discipulos.

COLLOCAÇÃO

Para terminar a analyse d'aquillo que a *Grammatica nacional* chamou *syntaxe de clareza*, só me resta dizer duas cousas sobre a *collocação*, materia a que são destinados os §§ 205—206.

«§ 205 — A *collocação*, ensina a ordem que se deve dar aos vocabulos, para que o discurso, sem perder a clareza, se torne harmonioso.»

Por conseguinte, na opinião do A., a collocação tem por fim primario realizar a almejada harmonia, tornar o discurso harmonioso; á clareza só se encaminha secundariamente. Porem contra similhante opinião protestam a philosophia e a auctoridade, ordenando ambas que na collocação, assim das palavras como das phrases, se procure antes de tudo a clareza do discurso, pois nesta consiste a sua virtude prima; depois a força da expressão, presentando as idêas importantes nos ponctos mais culminantes da phrase; e finalmente o agrado do ouvido, por meio da disposição geitosa dos vocabulos com tal artificio que sua prolação corra facil e suave, sem hiatos enfadonhos e sem o concurso de sons desagradaveis; já se sabe, tudo com as modificações pedidas pela natureza peculiar do objecto, agradavel ou não, que se intente significar. D'este modo ficam satisfeitas as tres grandes faculdades da alma de quem ouve ou lê, o intendimento com a clareza, a vontade com a força, e a imaginação com o agrado e harmonia. Advirta porem o A. que á harmonia só deve attender-se em ultimo logar e depois das outras duas virtudes, e que, quando a clareza e a força o exijam, a estas deve sacrificar-se a harmonia desassombradamente. Que importa uma longa enfiada de phrases sonoras e musicaes, porem obscuras, frias e ineptas? São aquellas *nugae canorae* de que já o poeta se ria.

Na grammatica o A. occupa-se demasiadamente com as harmonias

da phrase, está sempre recommendando harmonias, e até chega ao extremo de chamar grammatica a arte de *falar com harmonia!* Deixe-me porem divergir um pouquito de opinião tam exaggerada e pouco sisuda. Tambem eu desejo encontrar na phrase a conveniente cadencia e melodia, porem antes e acima de tudo ponho a sua clareza, força e propriedade. Assevero até que a harmonia ou não-harmonia da locução deve regular-se pela natureza especial do assumpto. É elle rispido, duro, desamoravel? Resinta-se a expressão d'essa mesma rispidez e reluctancia, reproduza com o mechanismo aspero e secco da phrase a ruindade e hediondez do objecto. Pelo contrario, é o assumpto brando, suave, amoroso? Appareça na prolação fluida e macia de vocabulos appropriados toda essa brandura e amorosa suavidade. A harmonia pois é cousa summamente variavel e delicada, requer para bem se manejar gôsto apurado e tacto finissimo, cousas para que a grammatica pouco ou nada pode legislar, deixando essa longa tarefa a outras disciplinas, irmãs e amigas sim, porem distinctas e separadas.

Proseguindo diz-nos agora o A.:

«A collocação directa pertence á syntaxe de clareza, e o estudo da collocação inversa á syntaxe de harmonia.»

Em primeiro logar custa-me a conciliar o fim do § com o seu principio. No principio dissera o A., embora por outras palavras, que um dos intuitos, e o primario, da collocação *em geral* era a harmonia; e agora no fim assevera que *uma especie* da dicta collocação, a directa, nada tem com a harmonia. Se não estou enganado, vejo nisto uma contradicção. Mas emfim a *Grammatica nacional* sobre a collocação syntactica está tam embrulhada e escura, que o proprio A. difficilmente daria a seus leitores fio guiador que os tirasse de tam intricado labyrintho.

A contradicção porem é o que menos se extranha; o principal é que similhante doutrina não se pode acceitar. Ninguem dirá com verdade que a collocação inversa tenha por fim só harmonizar a phrase, pois esta inverte-se prudentemente não só para ficar mais harmoniosa, senão tambem mais *clara* e *expressiva:* mais clara, approximando as palavras que exprimam idêas similhantes, pondo os complementos juncto aos termos que completem, tomando os vocabulos mais curtos para o logar onde passem menos desapercebidos, etc.; e mais expressiva e valente, contrastando entre si idêas oppostas, e presentando-as nos ponctos da phrase mais culminantes

e onde impressionem os leitores com mais viveza, etc. Ora ninguem se afoitará a dizer que para similhantes fins concorra, nem de leve, a preconizada harmonia. Logo, como se affirma que a inversão da phrase serve só para realizar harmonias? Mas passemos já e sem detença á tal

SYNTAXE DE HARMONIA

Incepta o A. esta materia dizendo no § 207:

«A *syntaxe de harmonia* ensina a construir com energia e euphonicamente o discurso sem o tornar ambiguo ou obscuro.—Em geral as regras da harmonia consistem na collocação das palavras breves com as longas, por modo tal que o periodo se torne cadente, preferindo para o encerrar as que forem mais expressivas e sonoras; egualmente em omittir as palavras desnecessarias, que podem impedir a fluencia e energia do discurso, ou tambem repetindo-as; tudo de modo que o discurso adquira a verdadeira vernaculidade.»

E no § 208:

«Os logares mais distinctos de um periodo são o primeiro e o ultimo. Por isso, quando se quizer, tornar mais notavel um vocabulo, deve-se-lhe dar um d'estes logares de honra.»

Em primeiro logar, se não laboro em engano grande, attentando só para esta definição não enxergo em que a syntaxe de harmonia, sob o respeito da collocação, diffira da syntaxe de clareza, a não ser na qualidade da energia. E senão, comparemos as duas definições entre si. «A collocação dá *ordem* aos vocabulos, para o discurso se tornar *harmonioso* sem perder a *clareza*» (disse o A. no § 205): «a harmonia *construe*, ou ordena, os vocabulos com energia e *euphonicamente sem tornar* o discurso *ambiguo* e *obscuro*» (disse o mesmo A. no § 207). Conseguintemente acolá quer tornar o discurso *harmonioso*, aqui *euphonico;* acolá exige que o discurso não *perca a clareza*, aqui pede que não fique *ambiguo ou obscuro*. Ora parece-me que estas phrases differem só nas palavras, mas na realidade exprimem o mesmo conceito. E assim, a não ser na *energia*, propriedade exclusiva, segundo crê o A., da syntaxe de harmonia, as duas definições coincidem exactamente. Porem, o que eu ainda não pude descubrir é como a melodia concorra, tanto como o A. inculca, para tornar o discurso energico. A mim parecia-me que a harmonia, prestando apenas para lisonjear o ouvido, e dirigindo-se unicamente á imaginação, pouco ou nada influe na força e valentia do conceito, a qual se obtem com a al-

teza das idèas, com o arrôjo das figuras e imagens, com a propriedade, viveza e disposição dos termos, etc., cousas todas relativas ao intendimento e á sensibilidade dos ouvintes ou leitores. E assim força tammanha da melodia apenas a encontro na.... fabula.

Considerando agora as regras da tal syntaxe de harmonia, contradizem ellas, se não me engano, a natureza da mesma syntaxe, quando prescrevem que as palavras se colloquem nos logares mais insignes da phrase. Sim, esta collocação, com quanto concorra muito para a clareza e força do conceito, só por si pouco ou nada influe para a harmonia da expressão. Uma palavra ou phrase de si malsoante não deixará de soar mal só por a collocarem nos logares mais distinctos do discurso; antes nesses logares preeminentes a sua desharmonia ferirá mais os ouvidos, e sentir-se-á mais desagradavelmente. Isto é de primeira intuição.

Passando depois a indicar os *vicios contrarios á harmonia*, o A. conta em o numero d'estes o *hyperbato*, que se commette, diz elle no § 215:

«Quando da collocação inversa resulta ambiguidade ou obscuridade para o discurso, e ás vezes até falta de euphonia.»

Porem todos os auctores concordam em que o hyperbato, como tal, só offende a clareza do discurso, e nada tem com a harmonia da phrase; e que, se algumas vezes offende tambem esta, similhante defeito não provém da transposição viciosa, que ainda sem ella podia dar-se, senão e unicamente do concurso de sons ingratos ou torpes. Nem dos exemplos que o A. produz, e d'outros que podera acrescentar, se deprehende que o hyperbato esteja tanto na desharmonia como na *obscuridade*.—«*Entre todos, com o dedo eras notado, Lindos moços de Arzila, em galhardia*» eis uma transposição viciosa, eis um hyperbato censuravel, e sem embargo a harmonia permanece intacta.

Relativamente ao *cacophato* convenho na doutrina que é trivialissima, porem no exemplo tomado de *Diogo do Couto*, e taxado de malsoante por ter muitos *ss*, não posso convir egualmente. E aqui força é retocar o que acima disse, que a harmonia é cousa muito variavel e delicada, e que deve regular-se pela natureza do assumpto. Certa phrase muito harmoniosa e melliflua não seria a mais conveniente para exprimir um objecto duro e desagradavel, ou *vice versa*. O logar censurado é o seguinte: «Mortos e vivos misturados, uns sem pernas, outros com as entranhas passadas,

com tamanhos gemidos e ancias.» Não padece duvida que as palavras do trecho têm muitos *ss*, nem para os descubrir é necessario chamar a attenção dos leitores. Esta phrase foi certamente composta pelo distincto continuador de *Barros*, com inteiro conhecimento do effeito que deviam produzir aquellas lettras repetidas. Queria o historiador pintar o estado lastimoso a que a sanha e encarniçamento de inimigos figadaes haviam reduzido os tristes que lhes caíram nas mãos, e a phrase, em sua structura por assim dizer assanhada e sibilante, pinta muito ao vivo as idêas e sentimentos que se pretendia. De similhante modo se houve depois um dos mais mimosos de nossos prosadores classicos naquelle bello passo da *Chronica:* «Arrebatava-lh'os [os olhos a Fr. Gonçalo de Amarante] a piedosa perspectiva do bom Jesus, estirado na cruz, coroado de espinhos, rosto e olhos pisados, peito alanceado, pés e mãos passados com pregos, as carnes sagradas nuas e abertas de chagas e vergões de açoites.» O mesmo fizera já o epico portuguez naquelles versos admiraveis: «Cabeças pelo campo vam saltando, Braços, pernas sem dono e sem sentido; E d'outros as entranhas palpitando, Pallida a côr, etc.» No epico latino são numerosos os logares similhantes, mas só recordarei aquelles dous: «....Tibrim multo spumantem sanguine cerno,» e «Luctantes ventos tempestatesque sonoras.» E analogo aquelle passo d'outro distincto epico portuguez: «Arma, arma, tudo soa, tudo guerra, Soa o mar guerra, guerra a terra soa, Dos valles repulsando nos outeiros Respondem guerra os echos derradeiros.» Em todos estes exemplos a repetição intencional das mesmas letras, *ss*, *rr* e *tt*, produz o mais bello effeito.

Da mesma forma penso relativamente ao echo. O logar que o A. adduz do mencionado *Couto* — «Animando-se uns aos outros com coraç*ões* de le*ões* bravos» não pode taxar-se de defeituoso. Não, a phrase «coraç*ões* de le*ões*» pinta ao vivo o afôgo, a ancia, a acrimonia, com que uns aos outros se incitavam ao combate. O echo tambem ás vezes é do mais acabado effeito: venham exemplos, e seja o primeiro d'um mimoso poeta contemporaneo: «Est*ala* a b*ala*, que rarêa as fillas;» e depois o do atilado poeta de Mantua: «Magn*orum* vultus ululare lup*orum;*» e em differente genero aquelle trecho tam magoado e sentido do mesmo poeta: «Amis*sum* Anchi*sen* fle*bant*, *cun*ctaeque pro*fundum* *Pontum* adspecta*bant* *flen*tes....» Todos estes exemplos, não obstante os echos, são de

excellente effeito, attentos os fins especiaes que se propunham os respectivos auctores. Harmonia tractada na grammatica! Para esgotar esta materia vasta e delicadissima fora preciso compor um bom volume.

MODELO DE ANALYSE

O A. põe termo a esta parte da grammatica, ensinando o modo como o alumno deve analysar qualquer trecho; o qual consiste, segundo elle intende, em o alumno explicar primeiro o logar com palavras proprias, resumindo numa proposição os pensamentos que o mesmo contenha; em o dividir depois em periodos, e os periodos em orações; e em analysar finalmente as orações, primeiro segundo a syntaxe, e por fim segundo a etymologia. Sobre similhante methodo de *analyse* não posso todavia deixar de fazer algumas ponderações.

Exponha embora o alumno com palavras suas o trecho que leu mas não analysou, e que por isso ainda não intende: seja assim. Quanto porem á *analyse*, parece-me que o processo deve ser muito outro, e até contrario ao que se recommenda. Parece-me mais racional começar pelo estudo etymologico das diversas partes elementares do trecho; depois de assim percorridas, junctal-as em proposições; subsequentemente com as proposições compor as phrases, periodicas ou não; e esgotar d'este modo toda a materia do trecho. Depois d'isto feito passar ao estudo particular de cada oração, analysando os seus tres elementos, subjeito, verbo e predicado, quando a proposição venha ostensivamente com forma logica; ou só os dous elementos, subjeito e attributo, incluido o verbo, quando venha com forma grammatical, aggregando a cada um d'estes elementos as palavras respectivas. E por fim, travar essas proposições entre si conforme as suas relações de termo ou complemento até recompor o discurso todo. Isto é que me parece natural e conforme ao andamento regular do espirito, que procede sempre do conhecido para o desconhecido, isto é, das palavras para as orações, das orações para as phrases, e das phrases para a integridade do discurso.

E realmente, como ha de um menino saber o sentido total das orações de certo periodo, se primeiro não as estudou cada uma de per si? E como ha de estudal-as d'este modo, se não percorreu antes analyticamente os seus diversos elementos, e não os reuniu depois syntheticamente segundo as relações das respectivas idêas? Ve-

nha exemplo e trivial. Como procederia o A., se alguem lhe prescutasse um relogio para o examinar e estudar attentamente, e fazer depois a relação exacta do que nelle achasse? Primeiro percorreria, uma por uma, todas as peças que compunham o dicto relogio, a caixa, o mostrador, os ponteiros, as rodas, as molas, a corda, etc.; depois combinaria estas differentes peças, com o intuito de perceber como se travavam reciprocamente, e conspiravam para formar aquella alfaia. Assim procederia o A. indubitavelmente no caso supposto: primeiro faria a *analyse* das partes elementares do relogio, e depois a *synthese* recompondo o todo analysado. Pois egual processo, nem mais nem menos, deverá seguir o menino quanto ao trecho que desejar intender e explicar; e deverá proceder assim tanto mais, porque sua intelligencia apoucadinha não lhe permitte ainda abarcar muitas cousas ao mesmo tempo. Primeiro analysará as palavras, depois junctal-as-á em orações, e com estas organizará finalmente o discurso todo. Depois de estudado o trecho pela ordem *analytica*, então pela ordem *synthetica* poderá dividil-o nos seus talhos maiores, estes noutros menores, até ir parar nos elementos indecomponiveis. Porem, advirta-se d'uma vez para poupar equivocos, que esta segunda operação, pela qual o menino já não *estuda* ou *apprende*, mas *expõe* ou *ensina* o trecho estudado, não é *analyse*, é *synthese;* não decompõe partes, ajuncta as antecedentemente decompostas. E advirta-se mais, que não descubro inconveniente, antes vantagem grande, em elle expor o trecho pelo mesmo processo analytico por que o estudou. Por conclusão: o dicto methodo de analyse proposto pela referida *Grammatica* é irracional e adverso á natureza e á experiencia quotidiana.

E o que mais deve pungir o A. é que elle mesmo reconhece a falsidade de similhante methodo, quando intenta pol-o em practica. Por quanto já na parte da *syntaxe*, pela qual manda começar, procede á analyse dos *verbos,* dizendo o *tempo*, o *modo* e a *pessoa* em que cada um está. E eu acrescento que, para ser coherente, ahi devera analysar tambem as demais partes do discurso, pois nenhuma razão descubro para o verbo ter privilegio a respeito das outras palavras. Effectivamente o A. contradiz o seu systema logo na pag. 93, onde ensina a analysar aquella phrase de *Vieira* — «*Toma Abrahão ao filho* etc.» Primeiro manda que o menino exponha o sentido geral, isto é, os pensamentos fundamentaes do trecho. Depois passa á analyse syntactica, dizendo os periodos e as orações

que entram em cada um; e aqui, entrando a desfiar successivamente a syntaxe analytica, a syntaxe de clareza, e a syntaxe de harmonia (tudo conforme a sua famosa theoria), começa pela syntaxe analytica, e diz assim:

«Esta oração (*toma Abrahão ao filho*) é completa; o verbo é *toma*, presente absoluto, transitivo, o sujeito *Abrahão*, o complemento objectivo *ao filho*.»

D'onde se deprehende visivelmente que já na *syntaxe* o A. previne a analyse *etymologica* das palavras, pois diz que *toma* é um *verbo*, que é *transitivô*, que está no *presente absoluto*. E eu acresento que, visto não ser o verbo palavra privilegiada, pela mesma razão devia dizer tambem que *Abrahão* é um *nome, substantivo, proprio*, que *a* é uma preposição, *o* um artigo definido, *filho* um substantivo commum, etc. Por conseguinte o mesmo A. se encarregou de destruir o systema que antes havia architectado: e ainda bem, porque, se caiu em contradicção, ao menos folgou o senso commum, que zomba e zombará sempre dos systemas erroneos e adversos á natureza.

O modelo que elle traz de analyse etymologica, onde exige *etymologias, accepções, derivações, homonymos*, etc., parece-me tudo cousa muito bonita, porem demasiada para creancinhas, a quem similhantes complicações aturdem e affligem. Esta analyse suppõe conhecimentos linguisticos e litterarios, que as creanças ainda não podem possuir; e por conseguinte infundir-lhes tantas e tam eruditas explicações é dar-lhes palavras por idêas, o que, como bem adverte o sr. Castilho, é a *praga mais esterilizadora do ensino* da mocidade.

## A PROSODIA

Á prosodia, quarta e ultima parte da grammatica, destina o A. a ultima das 96 paginas em que dividiu a obra toda. Já d'aqui se infere quam manca devia ficar esta secção alias importante do escripto, e a extranhavel desharmonia que forçosamente deve darse entre ella e as outras tres, relativamente grandes. Em verdade $\frac{1}{96}$ da obra para uma das suas quatro maiores secções, pareceme excessivamente pouco. Verdade seja que no fundo da pagina lá vem esta notinha:

«Para os exercicios da prosodia veja-se o *Methodo Portuguez Castilho*, —4.ª edicção.»

Nota realmente pequenina, mas que na sua pequenez diz muito, pois declara que, se o menino quizer estudar grammatica portugueza, deverá prover-se não só d'um exemplar da *Grammatica nacional*, mas tambem d'outro do *Methodo* dicto *portuguez* do sr. *Castilho*, que assim fica formando o 2° volume da sobredicta obrinha. Parecia-me que o A. devia antes tractar esta parte com mais desinvolvimento, já para a completar e harmonizar com as outras, já para poupar enganos, trabalhos e dispesas ás creancinhas, que, quando compraram o seu livro, julgaram haver-se provido do que lhes bastava para apprenderem a grammatica da sua lingua.

Ficou pois muito defeituosa esta ultima secção da *Grammatica nacional*, pois não ensina a pronuncia das letras, não tracta da accentuação dos vocabulos, não expõe a quantidade das syllabas. É sensivel e para lastimar tam grave falta; até porque seria curioso pela novidade ver o modo como o A. de certo ensinaria a pronunciar muitos vocabulos da nossa lingua, elle, que já noutra parte nos dera uma soffrivel amostra do que neste ramo pode o seu genio inventivo, dizendo, por exemplo, que *io* é um diphthongo valendo tanto como *iu*, e que por conseguinte se pronuncía como tal nas palavras *tío, assobío (tîu, assobîu);* que *pôde* se lê *poude*, e *saüdade* se lê *saudade* (com o *au* diphthongo); que em vez de *projectíl* se lê *projétil*, e outras cousas novas e notaveis como estas.

## III. REDACÇÃO DA GRAMMATICA NACIONAL

Analysada a obra quanto ao seu methodo e doutrinas, resta-me consideral-a quanto ao modo como está escripta. E a este respeito pouco tenho para acrescentar ao muito que disse, pois os largos e numerosos trechos que de proposito transcrevi, mostram de sobejo que o livro está escripto inconvenientemente, sobre tudo para o fim especial a que fora destinado. Falta clareza ás idêas, propriedade aos termos, concisão á phrase, boa deducção á doutrina, e disposição racional e graduada ás materias de que tracta. Nas definições entra ora o mesmo objecto que se pretende definir, ora palavras equivocas, obscuras, e mais indeterminadas que o objecto definido. As regras são extensas e vagas, as theorias philosophicas nem claras nem precisas, nem deduzidas segundo a sequencia e

filiação das idêas. Posterga-se a justa proporção que deve brilhar na redacção de qualquer escripto, mormente didactico e destinado ao uso das escholas, dando a certas materias desinvolvimento nimio e derramado, e preterindo ou tocando mui de leve outras alias necessarias. Das palavras e phrases algumas occorrem não proprias da lingua: nesta parte tambem não houve demasiado escrupulo. Em summa: tantos e tam graves são quanto á redacção os descuidos da *Grammatica nacional*, que qualquer leitor, ainda que pouco attenda, não pode deixar de maravilhar-se que nenhum escrupulo tenha no dizer castigado e vernaculo, quem tanto recommenda e inculca a vernaculidade; e que imite com tam pouca felicidade os nossos bons classicos, quem tanto mostra, e não sei se diga, tanto ostenta e alardêa ser versado na lição d'elles. Por onde não deverá extranhar-se, que algum leitor menos desattento diga lá para si que ou o A. se limitou a ler superficialmente alguns pequenos *pedaços* das obras innumeras que citou; ou que ainda não possue cabalmente os *principios* indispensaveis para bem as intender e imitar; ou que finalmente os exemplos, todos ou parte, com que emplumou o seu livro, lhe foram *emprestados por algum piedoso vizinho*, segundo a phrase chistosa d'aquelle malicioso *Tolentino.*

## CONCLUSÃO

Tenho terminado a analyse da *Grammatica nacional* considerada sob os tres respeitos que, vista a natureza e o destino especial da obrinha, mais devem provocar a attenção dos leitores; e fica patente a todas as intelligencias, ou eu estou muito enganado, que ella não satisfaz nem com relação ao systema como dispoz e deduziu as partes maiores da disciplina que tracta, e as materias respectivas a cada uma; nem com relação ás doutrinas, geralmente inacceitaveis, sobre definições, divisões, regras e philosophias; nem finalmente com relação ao modo como o livro está escripto, sem clareza, sem ordem, sem concisão, e sem as mais qualidades requeridas em qualquer escripto didactico, especialmente dos destinados á instrucção da infancia.

Não devo nem desejo protrahir mais a presente analyse, que ainda assim saiu mais extensa do que eu presumia. Dei-lhe porem este desinvolvimento, talvez maior do que cumpria para impugnar

a obra a que o referi, especialmente pelo respeito que tenho assim á pessoa que assignou a portaria que impoz o livro ás escholas, como aos individuos que subscreveram já o *parecer* já a *consulta*, motivo e base da mencionada *portaria*. Sobre esta e aquelles dous papeis devo dizer ainda alguma cousa, e o farei o mais resumidamente que podér.

---

# A PORTARIA

OU

# O PARECER E A CONSULTA

Em presença dos defeitos de todo o genero que deturpam a *Grammatica nacional*, não parecia que houvesse alguem, posto que medianamente versado nestas materias, que ousasse propor e pedir para similhante escripto, não digo a adopção obrigatoria e exclusiva nas escholas publicas, mas nem sequer a simples approvação superior, em quanto uma revisão minuciosa e severa não expurgasse o livro das maculas omnigenas que o tornam indigno de tammanha honra. E todavia, um varão benemerito das letras patrias e universalmente havido como um de seus primeiros ornamentos, encarregado de examinar a obra e de emittir juizo sobre o seu merecimento, não duvidou affirmar, e com segurança, que a tinha pela melhor de quantas até hoje haviam sido escriptas para encaminhar os estudiosos da lingua patria! Tam varios e encontrados são os juizos humanos!

O mal porem não ficou ahi: o peior foi que este juizo, ou elogio, apenas proferido germinou logo, e produziu na practica os fructos que eram de esperar. Sobre o seu conteúdo o conselho geral de instrucção publica elaborou uma consulta mais explicita e terminante propondo a adopção que se desejava, e sobre a consulta mandou o governo redigir a portaria que impoz ás escholas primarias a *Grammatica nacional*, com exclusão de todas as outras obras do mesmo genero ainda que legalmente approvadas; produzindo assim fructos de benção para o livro privilegiado, e de reprovação para os outros que não tiveram a dita de merecer eguaes encomios. E aqui está como o elogio foi a raiz de todo este, benefico e malefico, procedimento.

Ora, já que eu me impuz a longa tarefa de analysar e discutir todo aquelle documento official, sou obrigado pela mesma ordem

das idêas a dizer mais alguma cousa sobre estes dous escriptos que lhe serviram de motivo e fundamento, o que farei transcrevendo-os primeiro na integra, como practiquei a respeito da *Grammatica nacional.*

O parecer, qual se lê na 3ª pagina do dicto livro, que assim tornou do dominio publico um papel de character particular, é do teor seguinte:

Extracto do Parecer apresentado ao Conselho Geral de Instrucção Publica pelo relator nomeado para examinar a presente grammatica o Ex.mo Sr. Dr. Antonio Feliciano de Castilho, em 8 de Julho de 1864 e approvado unanimemente em Sessão do Conselho em 23 do mencionado mez.

«Examinei com attenção tanto mais seguida e profunda, quanto era o gosto que m'a requeria e sustentava o livro que traz por frontispicio *Grammatica Nacional.*

«Se o meu voto póde já ter algum peso nestas materias, a que tenho por muitos e varios modos consagrado boa parte dos estudos e da pratica de toda a vida, dír-vos-hei com segurança, que tenho esta pela melhor grammatica de quantas até ao presente se escreveram para encaminhar os estudiosos da nossa lingua.

«É em meu conceito sabia e abundante, clara e profunda, philosophica para o espirito, e para o uso serviçal, da substancia que aproveita nada lhe fallesce, é refeita do que habitua com o tempo a mocidade applicada a discorrer logicamente, e não acceitar palavras por idéas, que é a peior e mais esterilisadora praga da grande parte dos ensinos.

«Vê-se que o auctor é um philosopho, para quem a cultura a valer da geração nova é mais que um dever, é um deleite da consciencia, e por isso alterna assisadamente os trabalhos solitarios do gabinete, e as lides generosas da eschola, e para melhor aproveitar aos principiantes a si proprio se cultiva.

«O que especialmente me namora neste grande livrinho são dois meritos, qual a qual menos commum: o espirito de applicação pratica, e o mui bem logrado amor e empenho de vernaculidade.

«Uma grammatica assim, com tão discreta e abundante escolha de excerptos classicos aprasiveis, substanciosos, breves, e que se decoram sem exforso e com lucro de mais de uma especie, é um livro de oiro para as crianças, e de valia egualmente para os adultos.

«É portanto minha opinião (a vós pertence o aquilatal-a, decidindo se a muita conta em que tenho ao auctor me não enganou na estima da obra) é repito a minha opinião, que a *Grammatica Nacional* deve receber d'este conselho a confirmação do seu titulo, sendo adoptada para uso das escholas publicas....»

Primeiramente, darei de mão áquelles ponctos de louvavel mo-

destia tam natural ao illustre censor, onde elle desce quasi ao extremo de desconfiar que o seu voto possa ter já algum peso em materias litterarias e grammaticaes. É excesso de encolhimento e receio; receio aliás infundado, e que os factos vieram desmentir eloquentemente, mostrando que o voto auctorizado do insigne litterato é ainda tam ponderoso, que pôde fazer passar como a melhor das grammaticas elementares da infancia aquella, que quanto a dotes didacticos está abaixo de muitas d'ellas.

Realmente, nem é *abundante* nem *sábia*. Pois, quanto á abundancia, já fica demonstrado noutra parte que lhe faltam sobre artigos, adjectivos, verbos, preposições, orações, syntaxe, prosodia, etc., muitas doutrinas de importancia, que os meninos devem apprender logo nella, para depois não se verem embaraçados quando passarem a estudar as grammaticas das outras linguas. E quanto á *sabedoria* ou *sapiencia* da referida grammatica, tambem estes predicados não se conciliam assás com o indeterminado e obscuro das definições, com o desordenado e extenso das regras, com o inexacto e imaginoso das theorias, e com esses muitos defeitos e vicios de doutrina, que noutra parte ficam aponctados e discutidos.

*Philosophica para o espirito* ninguem a dirá seriamente. Não, a guiarem-se pelas philosophias da tal *Grammatica*, os espiritos dos leitores, meninos e adultos, não lograrão penetrar os principios reconditos da grammatica geral e especialmente os da grammatica portugueza. *Para o uso serviçal* tambem não parece ella. Acaso ensina a precisar com exactidão a natureza das diversas partes elementares do discurso portuguez? Acaso ensina a reunil-as em phrases segundo as relações de identidade e dependencia das respectivas idêas, que são o verdadeiro fundamento de similhante união? Acaso ensina a analysar e estudar qualquer trecho pela ordem que o espirito naturalmente segue, que é proceder das partes para o todo, isto é, das palavras singulares para a integridade do discurso? Finalmente, acaso emprega ella a linguagem clara, simples e precisa, e adduz as explicações e exemplos accommodados á breve comprehensão da infancia, para cujo uso foi determinadamente composta? E se a dicta grammatica não tem nenhum d'estes predicados indispensaveis, como a chamam *serviçal?*

Mas não é só isso: tambem a proclamam *profunda e clara*. Profunda em philosophias ôcas e frivolas! Clara em theorias cere-

brinas, em definições inintelligiveis, em nomenclaturas absurdas e desconchavadas! Não, só por similhantes titulos não será facil reputar ao auctor esse verdadeiro *philosopho*, que o illustre censor tanto inculca, embora para elle *a cultura a valer da geração nova seja mais que um dever, seja um deleite da consciencia.* Não, com esses *trabalhos solitarios do gabinete, assisadamente alternados com as lides generosas da eschola,* o auctor da *Grammatica nacional* ainda não logrou *cultivar-se* de maneira que podesse bem aproveitar aos espiritos apoucados da infancia.

Agora, quanto aos dous meritos do tal *grande livrinho*, que tam *especialmente namoram* o illustre censor, a *applicação practica* e o *bem logrado amor* e empenho de *vernaculidade*, nem elles são tam reaes como cuida, nem tam pouco communs como imagina. O distincto litterato, tam versado, como é, na leitura de nossos melhores classicos, e tam habilitado, como o julgo, para bem intender e imitar seus primorosos escriptos, ha de convir em que, para se dizer com verdade que um livro tem amor á locução vernacula, não basta que a esteja recommendando em cada pagina, ou que se enfeite com muitos excerptos redigidos com vernaculidade; cumpre que elle mesmo a imite escrevendo de modo correcto, apurado, irreprehensivel. Ora, quanto á redacção, a *Grammatica nacional* aberra diametralmente do dizer casto e esmerado de nossos bons escriptores, como deixo exuberantemente demonstrado na primeira parte do presente escripto; e com respeito á applicação practica, não é de crer que o illustre censor a repute dote exclusivo da *Grammatica nacional.* Não, por as outras grammaticas elementares portuguezas não trazerem em cada pagina modelos de exercicios, exemplos de applicação, e interrogatorios multiplicados, não devemos presumir que os bons dos professores nem interroguem seus discipulos, nem os exercitem practicamente fazendo-os applicar os preceitos da grammatica a trechos selectos. A applicação practica é cousa que se apprende mais com o uso e de viva voz, do que com muitos preceitos theoricos: apprende-se lendo, estudando e analysando muito debaixo das vistas d'um mestre habil; e se o mestre não for bom, ainda os melhores preceitos theoricos ficarão esterilizados. Para estes exercicios e analyses possuem felizmente os meninos selectas classicas, onde se acham colligidos trechos mais largos e numerosos e não menos idoneos que os da *Grammatica nacional;* e nestes exercicios são elles enca-

minhados pelos mestres respectivos, que para isso possuem a capacidade e habilitações requeridas; pois o illustre censor deve lembrar-se que os candidatos ao professorado primario, para obterem o provimento nas respectivas cadeiras, passam primeiro por um exame onde exhibem diversas provas de sua capacidade e habilitações; e que um dos artigos sobre que versa o dicto exame, são os principios da grammatica geral e especialmente os da grammatica da lingua que têm de ensinar. Ahi são elles attentamente explorados sobre se sabem perguntar e explicar a seus discipulos o que seja um nome, um artigo, um verbo, uma oração, etc.; se sabem analysar um trecho, estudando primeiro as palavras em separado, junctando-as depois em orações de diversos generos, e compondo com estas as phrases e a totalidade do discurso; e, quanto á prosodia e á orthographia, observa-se attentamente se elles commettem os descuidos extranhaveis em que caiu a *Grammatica nacional.* E para dirigir os professores primarios nestes trabalhos de analyse, alem das convenientes *Instrucções* que o governo deve mandar redigir, costumam as grammaticas ainda as mais elementares (por exemplo, a de *J. Emiliano de Andrade*) junctar no fim, em appendice, uma analyse onde se tocam resumidamente esses ponctos capitaes que o A. da *Grammatica nacional* com pouco aviso espalhou por todas as paginas da sua obra. E assim não é de presumir que o illustre censor vá até ao poncto de pensar, que antes de apparecer a dicta *Grammatica* não se fazia applicação practica das regras grammaticaes a trechos tam vernaculos como os da referida obra, e muito mais extensos, numerosos e accommodados á intelligencia das creanças.

Quanto á escolha dos excerptos classicos que os meninos deverão apprender de cór, estou de accordo sobre a vantagem d'este ramo da instrucção popular; porem d'ahi a dizer que os trechos que vêm na *Grammatica nacional* são assumpto idoneo para a tal decoração, ou que, ainda quando o fossem, deviam incluir-se no mesmo volume da grammatica, medêa um abysmo que toda a competencia e auctoridade do illustre methodista não podem fazer-me transpor. Sim, as regras da grammatica devem ser breves, simples e luminosas, e os exemplos devem achar-se no mesmo caso, a fim de os meninos apprenderem facilmente uma cousa por meio da outra; e os exemplos e trechos mais extensos e desinvolvidos devem remetter-se para livros especiaes e practicos, que tam-

bem poderão prestar assumpto para a leitura e decoração. Assim se usa nos paizes mais civilizados, e que nesta parte devemos tomar para modelo. Ahi as grammaticas destinadas ao uso da infancia são simples e concisas, e os cursos de themas e exercicios practicos retiram-se para livrinhos distinctos, onde todas as regras grammaticaes acham sua respectiva e gradual exemplificação. Isto intendo eu que conforma com os dictames da razão e do senso commum, segundo o qual em intelligencias apoucadinhas, como são as das creanças de septe a dez annos, não devem infundir-se logo de chofre e na simples grammatica exemplos numerosos, em prosa e em verso, de escriptores antigos e modernos, e que por sua doutrina remontada, allusões desconhecidas e subtilezas de linguagem transcendem muito a breve comprehensão da infancia.

Por conseguinte, em nenhuma das considerações que o illustre censor exarou no seu notavel parecer, é possivel acompanhal-o, excepto na ultima, onde propoz ao conselho geral que *confirmasse* (ou por melhor dizer *rectificasse*) á *Grammatica nacional* este titulo, que gratuitamente, por não dizer indevidamente, lhe fora posto. E em verdade, em quanto a dicta *Grammatica* não fosse adoptada para uso da nação, o titulo de *nacional* não lhe pertencia rigorosamente. Porem, sendo o A. pessoa tam atilada no conceito do seu affeiçoado admirador, e não sendo de presumir que logo no frontispicio do seu livro estampasse cousas menos verdadeiras, com razão se conjectura que, quando poz á sua grammatica o nome de *nacional*, já prevía com bom fundamento que alguem havia de encarregar-se de pedir a confirmação de titulo tam pomposo, sollicitando a adopção e imposição exclusiva da obra a todas as escholas publicas. Todavia, sempre convirá que advirtam assim o A. previdente como o seu admirador dedicado, que nem ainda depois de imposta á nação, a grammatica, dicta *nacional*, ficou verdadeira ou intelligivel quanto ao titulo. Não verdadeira, porque o povo portuguez é bastante esclarecido para não acceitar similhante escripto como encargo nacional: as cousas litterarias levam-se e decidem-se pela força da razão, e não pela razão da força. Não intelligivel, porque a final os leitores ficam sem saber de que lingua tracta a tal grammatica, pois *nacional*, isto é, da nação (quer imposta á nação, quer acceitada por ella) pode-o ser a grammatica de qualquer lingua, portugueza ou extrangeira, uma vez que a nação a adopte para seu uso: nacional pois pode-o ser uma gram-

matica latina, franceza, grega, hispanhola, com tanto que seja admittida para uso das escholas nacionaes. E assim, em conclusão, para tudo faltar á *Grammatica nacional* até lhe falta o titulo: não se sabe de que lingua tracta.

Depois do parecer, a consulta. É logico e era natural. Uma cousa fez-se indubitavelmente para a outra, nem aos olhos da razão e da sciencia esta significa mais do que aquella, embora na consulta haja mais auctoridade que no parecer. É ella do teor seguinte:

«Senhor.— O conselho geral de instrucção publica, em execução dos artigos 22°, 23°, 24° e 25° do regulamento de 31 de janeiro de 1860, escolheu, entre as grammaticas elementares approvadas para o ensino da lingua portugueza, a que se publicou ultimamente com o titulo de *Grammatica nacional* (curso elementar) pelo professor da escola normal Francisco Julio Caldas Aulete, por entender que ella une á clareza do methodo, ao rigor das definições e á propriedade dos exemplos, todas as condições inculcadas para ser preferida nas aulas primarias e para ser o unico compendio explicado n'ellas.

O conselho não só comparou esta obra, na realidade digna de todo o louvor, com os livros nacionaes da mesma indole, como examinou igualmente se ella acompanhava os progressos da disciplina grammatical na Europa; e, sem hesitar, ousa assegurar ao governo de Vossa Magestade que a grammatica composta por Francisco Julio Caldas Aulete significa um grande aperfeiçoamento no errado ou confuso systema anteriormente seguido, e ao mesmo tempo foi concebida e redigida de modo que suas utilissimas e philosophicas innovações se adoptam e proporcionam com admiravel facilidade á memoria e comprehensão dos alumnos, incluindo para o professor todas as indicações e regras que podem auxilia-lo na explicação.

A vantagem de pôr termo á anarchia que reina nas escolas, e á especie de veniaga que se faz n'ellas, impondo certos e determinados livros d'este ou d'aquelle professor, e punindo, como provas de ignorancia, as faltas de obediencia a tão imperiosa prescripção, recommenda a necessidade de quanto antes se escolherem e proporem os livros que devem representar em cada uma das disciplinas os ultimos progressos realçados pelo methodo e lucidez.

Em presença d'estas rasões o conselho geral de instrucção publica adoptou unanimemente a *Grammatica nacional elementar,* do professor Francisco Julio Caldas Aulete, para servir de compendio obrigatorio, com exclusão de todos os outros, nas escolas publicas de ensino primario do reino, nos termos do artigo 22° do regulamento de 31 de janeiro, pelo praso estabelecido para a adopção no artigo 9° do mesmo regulamento, e taxa-a para a venda em 160 réis.

Vossa Magestade ordenará, porém, o que for mais do seu serviço.

Sala do conselho geral, em 27 de dezembro de 1864.= *Manuel,* car-

deal patriarcha = *Luiz Augusto Rebello da Silva* = *José Maria de Abreu* = *Justino Antonio de Freitas* = *Roque Joaquim Fernandes Thomás* = *José Eduardo Magalhães Coutinho* = *João de Andrade Corvo.*

*N. B.* Tem voto do vogal effectivo *Antonio Feliciano de Castilho.* = O secretario, *José Antonio de Amorim.*»

Firme no meu proposito, entro já na analyse d'este notavel documento, começando por declarar que nas reflexões que vou fazer sobre elle, não é intento meu depreciar, nem de leve, o muito que são e valem os illustres cavalheiros que o subscreveram. Respeito-os e venero-os a todos, como devo: reconheço os seus talentos, saber, e zelo pela instrucção do meu paiz; e por outra parte, tenho quasi a certeza de que elles subscreveram o papel sem terem estudado a obra; assignaram, porque não leram; fazendo nem mais nem menos do que outros costumam fazer em taes casos, e o que eu mesmo talvez fizera no logar d'elles. Sim, commetteram a censura da grammatica que tenho discutido a um de seus collegas, em quem divisaram ou mais habilitações, ou mais desejos de se encarregar d'esse trabalho. Este, segundo diz, estudou o livro; porem, com certeza, mais seduzido pelos affectos vehementes de seu coração generoso, do que allumiado pela luz serena da razão clara e imparcial; e depois do estudo assim feito deu o seu parecer, ou melhor teceu o elogio, que deixo ponderado. Sobre esse parecer encomiastico foi elaborada a consulta; e quem sabe se parecer e consulta não foi tudo parto ou inspiração do mesmo ingenho? A esta consulta subscreveu naturalmente o resto do conselho. Por conseguinte a responsabilidade de sciencia e consciencia, que em materias litterarias é o principal senão tudo, cabe inteira a quem elaborou o parecer, base e motivo da consulta.

Nota-se porem entre estes dous papeis uma differença consideravel e extranha, que não devo passar em silencio. É o tom e o termo em que um e outro estão redigidos. O parecer, com quanto dilatadissimo em encomios á obra julgada, ainda não tracta com desabrimento os outros escriptos do mesmo genero, alguns dos quaes já tinham merecido a approvação superior. O auctor do parecer, com quanto mui versado na materia, extende a sua modestia e humildade até ao extremo de duvidar se será competente para a tractar de modo idoneo, e em tom repassado de abnegação e desprendimento submette o seu juizo ao dos illustres collegas que o commissionaram, lembrando-lhes que a elles, só a elles,

pertence pesal-o, *aquilatal-o* imparcialmente, e decidir se não foi algum engano a que arrastou a elle julgador o muito que estimava ao A. da obra julgada. É onde pode levar-se a docilidade, a modestia, e o desapêgo da propria opinião! Que exemplo a futuros julgadores! No elogio pois, subscripto por um, descubro eu todas estas branduras e reservas, todos estes respeitos e attenções com as justas susceptibilidades alheias. Sobrevem depois a consulta, e com quanto deva fundamentar-se na doutrina do parecer, usa de linguagem diametralmente opposta: dogmatica e solemne, quando elogia a obra cuja adopção sollicíta; verberante, desabrida, dir-se-ia quasi violenta, quando censura as outras que já haviam merecido a approvação de seus mesmos signatarios. Alli a *Grammatica nacional* é sobreexaltada acima de todas as obras nacionaes do mesmo genero, e sem hesitação emparelhada com as melhores do mundo; e as pobres das outras obras, ainda as approvadas pelo conselho geral, são anathematizadas sem piedade como enredadas em systemas confusos, erroneos e antiphilosophicos. Ainda aqui não pára o elogio e a verrina: a *Grammatica nacional* é inculcada como bastante para ajudar a pôr termo a essa anarchia deploravel, a essa veniaga ignobil, que vão lavrando tristemente pelas escholas publicas! Ora este contraste tam sensivel entre dous papeis (o parecer e a consulta) filhos um do outro, não pode deixar de causar certa extranheza e de levantar certas desconfianças no animo do leitor reflexivo. Não se poderia pensar que acolá ainda havia o receio de não ser escutado, e que aqui ha já a certeza de ser obedecido? Que acolá era maior a responsabilidade por pesar sobre um, e aqui menor por estar dividida? Que acolá.... Mas embora dissimulem; quem não cerrar os olhos vê tudo: o parecer, ou antes o elogio, com todo o seu apparato e necessarias consequencias, tende direitamente ao exclusivismo, do qual pouco dista o monopolio.... Em fim o tempo, este grande mestre do mundo, e que ha de certamente descubrir e pôr em luz clara algumas cousas ainda hoje encubertas ou escuras, dirá quem se engana em suas previsões e receios.

Mas venhamos á consulta. Quem ler com attenção este papel notavel, verá que por quatro razões propõe elle a *Grammatica nacional* para compendio obrigatorio e exclusivo das escholas primarias: 1° por virtude dos artigos 22—25 do decreto regulamentar de 31 de janeiro de 1860; que permitte ao governo por meio

do conselho geral de instrucção publica a faculdade de adopção, que o mesmo conselho agora exerceu; 2° pelo raro merecimento absoluto da obra adoptada, clara no methodo, precisa nas definições, propria nos exemplos, e philosophica em suas utilissimas innovações; 3° pelo seu merecimento relativo, comparado com o d'outras obras analogas, quer nacionaes (cujos systemas confusos, erroneos e anachronicos a tal grammatica veio corrigir), quer extrangeiras, com as melhores das quaes ella hombrêa em todo o mundo culto; 4° finalmente, pela necessidade que ha de pôr termo ao que a consulta qualifica de anarchia e veniaga, que se está commettendo por essas escholas publicas só por falta de livros exclusiva e superiormente impostos, como a *Grammatica nacional*, e que assim como ella representem em cada disciplina os ultimos progressos, *realçados pelo methodo e lucidez*. Eis ahi os quatro vigorosos argumentos, com que a consulta intenta defender a proposta de adopção obrigatorio-exclusivista, sollicitada a favor da referida grammatica. Não os improvisei eu nem os encareci; voltem folha, leiam a consulta, e lá os acharão, não desmaiados e frios como os extractei, senão com essa profusão e viveza de côres que eu por mim lhes não sei dar. Agora acheguemo-nos a cada um dos dictos, e vejamos o que valem.

Não padece duvida, que o mencionado regulamento de 31 de janeiro de 1860 confere ao conselho geral de instrucção publica, ou ao governo por meio d'elle, o direito de adoptar para uso das escholas certos livros com exclusão de todos os outros, ainda que superiormente approvados. Porem tenho eu sérias duvidas sobre a legalidade, sobre a justiça, e até sobre a conveniencia de similhante concessão.

Intendo, em primeiro logar, que acima de qualquer regulamento está a lei cuja execução elle intenta regular, e que acima de qualquer lei ou decreto especial está a lei geral, a constituição do estado. Ora a lei organica da instrucção publica de 20 de septembro de 1844 em nenhum de seus artigos confere ao governo o direito de escolher por seu motu proprio os livros que devam admittir-se nas escholas primarias, secundarias ou superiores; e ainda menos o direito de impor ás mesmas escholas uns livros com exclusão d'outros já superiormente approvados: antes, no artigo 167, onde tracta de *disposições geraes*, diz expressamente «que os compendios por onde devam ler-se as *disciplinas do en-*

*sino publico*, serão propostos pelos professores e approvados pelos conselhos das respectivas escholas.» Nem se diga que esta disposição deve ser intendida só com respeito á instrucção secundaria e superior. Em primeiro logar, porque ella vem sob o titulo de *disposições geraes*, e como tal deve applicar-se a todas as escholas de instrucção publica, de sorte que, se o professor não pertencer a nenhum conselho escholar, cujo voto haja de ouvir sobre a idoneidade do livro que escolheu, nada mais lhe cumpre do que, tendo feito por si mesmo a escolha, dar conhecimento ao governo tanto d'esse livro como dos mais que houver escolhido para uso da sua eschola, exactamente como fazem os outros professores e conselhos escholares de instrucção publica. Em segundo logar, por que á vista da referida lei o governo não está auctorizado para fazer elle mesmo a escolha; por quanto, embora o art. 3° da dicta lei estatúa que «os *compendios premiados* pelo governo ficarão sendo propriedade de seus auctores, se estes não cederem d'elles espontaneamente; mas que, para serem mandados usar nas escholas, *subjeitar-se-ão seus auctores aos preços e condições da impressão que o governo lhes designar;*» ahi só se tracta, como é visivel, do *preço* da obra e das *condições da impressão*, cousas que o governo podia regular por haver premiado taes livros; mas não se tracta da *approvação* ou *adopção* da obra, até porque isso fôra escusado, visto como, tendo a obra sido redigida segundo um programma proposto pelo governo, o mero facto de ella ser premiada abonava a sua conformidade com os desejos do mesmo governo. Conseguintemente, este artigo nem se refere a *todos* os livros de instrucção primaria, senão só aos *premiados;* nem regula a approvação ou adopção d'elles, mas só as condições materiaes da *impressão* e o preço da *venda;* nem finalmente dá ao governo o direito de escolher e impor, por seu motu proprio, livros ás escholas primarias. Esse direito pois pertence ao respectivo professor, que para o exercer se presume possuir a idoneidade requerida, como mostrou no exame de concurso; podendo consultar o seu chefe immediato, que é o commissario dos estudos, pessoa que deve presumir-se competentissima para o aconselhar e esclarecer quanto aos livros e demais cousas necessarias para o bom regime da sua eschola, já pelos conhecimentos que elle mesmo tem sobre a materia, já porque em caso de necessidade pode ouvir o conselho escholar do respectivo lyceu de que é reitor nato. Isto é

que me parece razoavel e legal: o professor escolhe d'entre os livros approvados aquelle que reputa mais idoneo, e no caso de nenhum achar que o satisfaça, elle mesmo o redige se pode, e submette-o ás vistas do governo, como supremo inspector que é do estado, notificando-lhe não só este livro senão todos os mais que adoptou para uso da sua eschola; do mesmo modo que os conselhos escholares de instrucção secundaria e superior todos os annos subjeitam á consideração do governo a lista dos livros que escolheram para compendios de suas aulas. Ora contra estas prescripções, em perfeito accordo com a mesma lei de 20 de septembro de 1844, se insurgem os mencionados artigos do regulamento, que alias fora redigido para facilitar a execução da dicta lei. Tenho pois, como disse, duvidas graves sobre a legalidade dos taes artigos regulamentares.

Em segundo logar, similhante determinação tira aos professores, individual ou collectivamente considerados, o direito de escolherem os livros para uso de suas aulas, o qual direito indubitavelmente lhes pertence, e de que por nenhum regulamento podem ser esbulhados. Nos estados que se regem por instituições livres, um dos direitos mais sagrados e mais importantes, e que mais concorre para o progresso social, é a liberdade de pensamento, a qual por isso mesmo cumpre manter illesa e inquebrantavel, não só nos individuos singulares, senão tambem nas diversas corporações que constituem toda a sociedade civil e politica. Ora esta liberdade de pensamento no professor publico considerado individualmente, ou na corporação de que faz parte, traduz-se visivelmente na liberdade de ensino, a qual não pode deixar de consistir na faculdade plenissima de o professor ensinar publicamente as doutrinas, que em numero, qualidade e methodo julgar mais acceitaveis e accommodadas ás circumstancias de seus discipulos. D'ahi procede evidentemente o direito de escolher os livros que melhor satisfaçam a estes requisitos; pois, ensino livre por compendios obrigatoria e exclusivamente impostos pela auctoridade civil ao professor que tem de os explicar, são cousas que não se conciliam.

Dizem que o professor pode errar na escolha, e que assim convem tirar-lhe o direito de a fazer.—E não pode errar o governo, que é tam homem como o professor? Com argumentos de similhante força é que o despotismo e o intolerantismo de todos os

tempos defenderam os seus actos mais iniquos e atrozes. A questão não é saber se o professor pode errar no uso do seu direito: a questão é saber se elle tem ou não tem esse direito. Ora se o tem realmente, como não admitte duvida e a propria lei reconhece, não lh'o pode tirar nenhum regulamento, só pela supposição de o professor poder errar, ou aberrar, no uso d'elle. Para prevenir esses desvios já a lei acautelara providentemente, que os professores presentem ao governo em cada anno a lista dos livros que escolherem para texto de suas lições; e o governo, ponderando o caso com toda a pausa, sisudeza e imparcialidade, annue ou deixa de annuir, ficando d'esta arte superior e sobranceiro ás differentes classes sociaes, para as manter ou fazer entrar na orbita de seus deveres, sem todavia se ingerir na vida e economia intima das mesmas classes, porque para tanto não tem direito. Se ao professor publico, ou á corporação de que faz parte, devesse tirar-se o direito que indisputavelmente lhes assiste, de escolherem os livros de texto para as suas aulas, só pelo motivo de poderem fazer mao uso d'esse direito, então deviam tirar-se tambem a todas as classes sociaes e ao proprio governo os direitos que possuem, e pela mesma razão, porque podem abusar, e muitas vezes têm abusado d'elles; e então devia acabar-se com os governos e com tudo quanto possue direitos, o que é manifestamente absurdo.

Por fim, sempre perguntarei: quem são os mais idoneos e habilitados para conhecer da conveniencia ou não conveniencia de certos livros para uso das escholas publicas? por ventura os governos, que alem d'outros inconvenientes, vêem de ordinario as cousas pelo prisma de suas opiniões e conveniencias politicas, ou os professores, que têm a peito a prosperidade e credito de suas escholas e dos estabelecimentos a que pertencem; que têm estudado a fundo as materias, e practicado o ensino d'ellas por muitos annos; e que são os mesmos que nas aulas hão de explicar os livros que escolheram para compendios?

Mas a anarchia? mas a uniformidade no ensino publico? poderá o governo atalhar aquella ou conseguir esta, deixando aos professores, individual ou collectivamente considerados, o direito de escolherem os compendios para uso de suas aulas?—Respondo que pode, porque essa uniformidade deve procurar-se e manter-se nas doutrinas e nos methodos, isto é, nas *idéas*, e não nas *palavras*, onde sobre inutil, fôra inexequivel: ora doutrinas e methodos uni-

formes em todas as escholas publicas pode conseguil-as qualquer governo diligente e sabio, uma vez que faça ensinar e examinar ahi por programmas convenientemente elaborados sobre os pareceres das diversas corporações escholares, que para isso deverão ser previamente consultadas. D'este modo acaba-se a anarchia, sem se dar aso ao arbitrio e ao despotismo. Pois, se concedermos ao governo a faculdade de impor livros (bons ou maos, porque os governos não gozam o dom da infallibilidade) ás escholas publicas, com exclusão de todos os outros livros ainda que legalmente approvados, como acaba de se practicar nas escholas primarias com respeito á *Grammatica nacional;* ámanhã vel-o-emos impor ás escholas secundarias como compendio obrigatorio-exclusivo um que tenha tantos desacertos philosophicos, philologicos, litterarios, etc., como no seu genero tem a dicta grammatica privilegiada. No outro dia vel-o-emos impor para compendio obrigatorio nas aulas theologicas e juridicas livros que ensinem erros contra a fé que professamos, contra as leis e contra o systema politico que nos rege, etc.; e assim teremos o erro e a heresia mandados professar publicamente em nome do estado. Nem me digam que nisto ha exaggeração. Postos os principios, cumpre tirar-lhes todas as suas legitimas consequencias. No direito de adopção exclusiva de certos livros por parte do governo estão incluidas todas estas desastrosas consequencias; e então nós, que tantas dôres curtimos, que tanto sangue vertemos para derribar o despotismo politico, vernos-emos assuberbados pelo despotismo litterario, que é bem mais absurdo e não menos deploravel.

Porem não me parece só illegal e injusta a tal adopção e imposição exclusivista: ella ha de acabar por tolher o progresso da instrucção publica que affecta promover e melhorar. Todos sabem que a feitura d'um bom compendio requer muito estudo, leva muito tempo, e até exige muitas dispesas pecuniarias com a compra de livros que representem os ultimos progressos da disciplina de que tracta. Ora não é de esperar que alguem se dê a todas essas fadigas e dispesas para redigir um livro que outro, somenos em merecimento mas superior em protecção, pode facilmente supplantar; ou para o qual o auctor consiga, quando muito, a adopção *por tres annos* em um paiz tam pequenino, e ainda tam pouco dado ás letras, como o nosso infelizmente é. Alem de que, as pessoas de verdadeiro merito litterario costumam por sua indole e habitos

ser as mais modestas e as menos intromettidas: não sollicitam protecções e encomios para os seus escriptos, não os andam inculcando como obra prima no genero, não ousam pedir para elles privilegios e exclusões que redundem em prejuizo de terceiro. Do que tudo resulta que só se darão a compor livros para as escholas esses que, á similhança do A. da *Grammatica nacional*, contarem com algum bom amigo e patrono dedicado, que lhe sobreexalte o livro com louvores hyperbolicos, e que promova ou elabore alguma consulta onde, emparelhando a obra com as melhores do mundo, acabe por pedir a rectificação do seu titulo, e como consequencia o exclusivo para tam maravilhoso invento.

E não vê quem assim procede que, alem de pôr os auctores de similhantes consultas em contradicção comsigo mesmos, offende de certo modo os direitos de propriedade, que a lei garante em toda a sua plenitude? Effectivamente, que devemos intender por obras *approvadas?* Responda o artigo 3° do mencionado decreto regulamentar de 31 de janeiro de 1860: Obras approvadas são as que «*nada contém que offenda a moral, a religião e a constituição, e que o estado julga pelo seu merecimento litterario ou scientifico poderem contribuir para a civilização de Portugal.*» Logo o professor, ou o conselho escholar, que para uso de suas aulas adoptar obras assim approvadas, não pode ser arguido de proceder com leviandade ou inconveniencia; e por outra parte os auctores e editores de taes obras devem razoavelmente contar para ellas com a acceitação publica, sem terem o menor receio de que, por uma contradicção flagrante, o governo ámanhã exclua das escholas publicas certos livros que ainda hontem approvara como irreprehensiveis na doutrina e contribuindo para a civilização do seu paiz. Não, a qualificação de *approvado* concedida a um livro não deve intender-se no sentido restricto de que o mesmo possa ser admittido só nas aulas *não-publicas*, ou lido pelos mestres e discipulos em *particular;* isto é uma subtileza frivola, e que mal merece discutir-se seriamente. Primeiro, se a obra serve para compendio de aula particular, nenhuma razão ha para que não sirva para compendio de aula publica. E depois, a approvação para aquelle fim particular e restricto é irrisoria, é inutil, é prejudicial. Irrisoria, porque converte o governo em uma especie de tribunal de censura prévia, que entre nós felizmente já caducou. Inutil, porque até os mesmos livros não approvados podem ser e estão sendo lidos

nas escholas particulares com proveito da instrucção. Prejudicial, porque, como ao governo não sobra tempo para examinar todas as obras nacionaes e extrangeiras que estejam no caso de merecer a approvação superior, se a mestres e discipulos não for licito ler publica e particularmente senão os livros que o governo tiver approvado, ficarão uns e outros por esse facto inhibidos da leitura proficua de muitas obras de incontestavel merecimento. Logo, *approvação* d'uma obra que não signifique faculdade plena de a poderem ler nas escholas publicas e particulares, é uma subtileza frivola e pouco séria. E alem d'isto é uma violação do direito de propriedade; porque esta limitação irracional e injusta da circulação de taes escriptos deprecia muito o seu valor, e defrauda os auctores e os editores dos legitimos interesses a que têm indubitavel direito. Sim, em especial os editores, julgando ver na approvação de certas obras uma garantia do seu merecimento em relação ao ensino publico, com toda a boa fé compraram ou a propriedade das mesmas obras ou só a d'algumas edições, persuadidos de que livros tam bem qualificados poderiam ser sem hesitação admittidos para compendios em todas as escholas particulares e publicas. Este contracto foi tam licito e sancto, e esta propriedade tam justa e legitimamente adquirida, como as que mais e melhor o podem ser; e por conseguinte as leis e os regulamentos devem não offendel-a, senão assegural-a em toda a sua plenitude. Em conclusão pois: o primeiro fundamento da consulta parece menos legal e justo, redunda em prejuizo da instrucção, e offende os direitos de propriedade dos auctores e editores das obras hontem approvadas e hoje irracionalmente excluidas das escholas publicas.

Vamos agora discutir o *segundo* fundamento da consulta. Não pode a *Grammatica nacional* ser recommendada, como alli se pretende, nem pela bondade do methodo, nem pela precisão das definições, nem pela solidez da philosophia, nem pelo numero e propriedade dos exemplos. Todos estes ponctos já ficam largamente ponderados na primeira parte do presente escripto, onde se mostrou com sobeja extensão, que a *Grammatica nacional* quebra o laço com que devem prender-se as quatro partes maiores da obra e as diversas materias tractadas em cada uma; que entre a etymologia e a syntaxe mette a orthographia, sem reflectir que os signaes orthographicos e divisorios do discurso ficam inintelligiveis, em quanto este não for exposto em todas as suas partes, exposi-

ção de que só tracta a syntaxe; que na etymologia estuda muitas materias que depois repete na syntaxe, como a proposição, o subjeito, o attributo, os complementos, etc.; que em relação á nomenclatura não duvída transtornal-a de todo com a innovação de palavras e phrases inintelligiveis e desconchavadas, pois chama, por exemplo, os tempos dos verbos *preterito composto de presente, futuro composto de preterito, preterito composto de futuro, futuro* e *preterito compostos de infinito*, etc., alem de crear um tempo novo que a lingua portugueza não tolera; admitte uma *syntaxe analytica*, outra de *clareza*, e ainda outra de *harmonia*, e depois, quando passa a desfiar cada uma d'estas cousas, confunde e embrulha tudo; chama *substantivos* os pronomes, e diz que todos os verbos exprimem *acção* transitiva ou intransitiva, reputando depois o verbo substantivo uma especie dos taes verbos; altera os nomes ás proposições, chamando-as *absolutas*, *elementares* e *circumstanciaes*, e faz depois entrar as complementares na classe das elementares, destruindo assim a classe das circumstanciaes que havia formado, etc. E alem de tudo isto, afoga em um mar de palavras ociosas doutrinas simples e similhantes, e que deviam presentar-se breve e concisamente. Em resumo: divisão, sequencia, nomenclatura, exposição das materias, etc., em nada d'isto a *Grammatica nacional* se conforma com o methodo seguido pelas grammaticas mais acreditadas, assim nacionaes como extrangeiras.

Precisão nas definições, fica assás demonstrado que nenhuma tem a *Grammatica nacional*, e que é este rigorosamente um de seus defeitos mais capitaes e frequentes. A precisão é a proporção exacta entre a palavra e a idêa: ora esta proporção é que mais falha naquelle livro. Não ha certamente precisão alguma em dizer, por exemplo, que os nomes representam *entidades;* que os pronomes são *substantivos;* que as palavras (divididas depois em *faladas* e *escriptas*) são *termos;* que os adjectivos *qualificam* e *determinam* (sem primeiro dizer o que seja *qualificar* e *determinar*); que o artigo lembra *uma cousa de que se falou;* que o verbo attribue *só acção ou qualidade* ao subjeito; que o verbo só está na passiva quando *se juncta ás terceiras pessoas um —se*, para significar que a acção é recebida pelo subjeito; que o verbo *busca* é tam intransitivo como *acena*, *brada* e outros similhantes; que a preposição *mostra relação entre as palavras*, como se outras palavras, que todavia não são preposições, a não mostrassem tam-

bem; que a syntaxe serve para *analysar* o discurso e para o construir com *clareza* e *harmonia;* que o complemento terminativo é sempre *regido d'um verbo;* que a collocação ordena os vocabulos para o discurso saír *harmonioso sem deixar de ser claro,* e que a harmonia (cousa, no sentir do A., differente da collocação), construe o discurso *energica* e *euphonicamente sem o tornar ambiguo* e *obscuro;* que..... Mas fora preciso tornar a transcrever todas as chamadas definições da *Grammatica nacional,* para mostrar que em nenhuma d'ellas ha a mais leve sombra de precisão.

«As utilissimas e philosophicas innovações da *Grammatica nacional* (fala ainda a consulta), e que se adaptam e proporcionam com admiravel facilidade á memoria e comprehensão dos alumnos» tambem não sabemos verdadeiramente em que consistam. Referir-se-ão ás dissertaçõesinhas que antecedem cada um dos capitulos da etymologia? Porem em logar opportuno fica demonstrado que nenhuma d'ellas encerra philosophia verdadeira e solida. Não a que presenta a *divisão* capital da obra, porque confunde as partes maiores da grammatica, sem dar de cada uma sua noção exacta e precisa, como devera. Não a que antecede os *substantivos,* porque se limita a dizer que estas palavras representam as entidades, o que é ainda menos claro do que o objecto que se pretendia esclarecer. Não a que antecede os *pronomes,* porque os chama nomes substantivos, e similhantes palavras não têm nenhuma propriedade dos nomes. Não a que antecede os *adjectivos,* porque dizendo absolutamente que estes servem para exprimir qualidades, sem especializar o modo *concreto* como as exprimem, confunde os adjectivos com os substantivos. Não a que antecede os *verbos,* porque ahi se diz solemnemente: «*Toda a vida da alma se cifra nas idêas e nos juizos........ Os juizos exprimem-se pelos verbos e as idêas pelas outras palavras.......... O verbo é aquillo com que se fala; as outras palavras exprimem aquillo de que se fala* etc.;» e cousas d'este genero reproduzil-as é refutal-as mais do que merecem. Não a que precede os *complementos,* porque, falando-nos d'um *idioma que por uma só palavra representasse as idêas que o homem tem ou que o seu espirito pode crear* (idioma absurdo e irrealizavel), imagina que a causa dos complementos está na *pobreza das linguas,* quando ella está no *character analytico da linguagem.* Não a que antecede os *adverbios,* porque os suppõe ser «simples *substantivos* ou *adjectivos empregados como comple-*

*mentos circumstanciaes,*» e que «a palavra *adverbio* deriva do ablativo latino *adverbo,*» cousas inadmissiveis, e adversas ás indicações da philologia. Não a que antecede as *preposições*, porque as reputa a unica palavra relacionante dos vocabulos e por conseguinte das idêas, quando tal relação pode significar-se d'outros modos, e nomeadamente com os verbos. Não a que antecede as *interjeições*, porque tornando ahi a assumir aquelle tom solemne de que falei, o A. prende esta materia na «*necessidade do espirito, quando sae do estado de espontaneidade, isto é, quando deixa de obedecer aos instinctos da natureza,*» e acrescenta que a «linguagem natural é synthetica *na fórma e no fundo,*» que o signal *é egual á cousa significada*, etc., e outros dictos d'este genero, usando para significar cousas simplicissimas d'uma linguagem que não se intende. Por conclusão: nas dissertações philosophicas da *Grammatica nacional* debalde buscará o leitor imparcial a justificação dos encomios que lhe prodigaliza a consulta.

Referir-se-ão as taes innovações philosophicas e utilissimas á nomenclatura, que o auctor em muitos logares alterou e transtornou a seu sabor, de modo abusivo e inconvenientissimo? Porem similhantes innovações, já aponctadas e discutidas, longe de serem titulo para honroso louvor, são antes motivo para justa censura, porque communicam aos meninos idêas erroneas, e põem a primeira grammatica que lhes ensinam, em opposição com as outras que elles hão de apprender no futuro; alem de os fazerem acceitar palavras por idêas, o que, como bem adverte o sr. *Castilho,* é a praga mais esterilizadora do ensino publico.

Será innovação vantajosa e philosophica o methodo de *analyse* proposto na *Grammatica nacional?* primeiro o discurso em seus pensamentos fundamentaes, depois as orações em seus diversos grupos, d'ahi cada oração em separado, e por ultimo as palavras elementares? Porem contra similhante innovação protestam a razão e a praxe, mandando ambas proceder do facil para o difficil, do simples para o composto, e por conseguinte do estudo analytico das palavras para a construcção synthetica das orações, das phrases e do discurso.

Alludirão finalmente as dictas innovações utilissimas aos exemplos e exercicios practicos? Porem cumpre advertir que, antes de vir a lume a *Grammatica nacional,* já se fazia a applicação dos preceitos grammaticaes a trechos vernaculos, mais proprios, ex-

tensos e numerosos do que os presentados na dicta grammatica; e que estes trechos, colligidos em livrinhos distinctos sob o titulo de *selectas classicas*, prestavam util assumpto para a leitura, analyse e decoração.

Em fim o leitor desprevenido, por mais que busque, nem no abstruso e futil das excursões philosophicas, nem no desconchavado da nomenclatura grammatical, nem na singularidade de muitos modelos de analyse e applicação, pode descubrir essas innovações, na phrase da consulta, «utilissimas e philosophicas, que com admiravel facilidade se adaptam e proporcionam á memoria e comprehensão dos alumnos;» nem pode alcançar como similhantes philosophias auxiliem ao menos os professores em suas explicações.

Isto do merito absoluto da obra. Pois, quanto ao merito relativo (e assim chegámos ao *terceiro* fundamento da consulta) pasma que não se duvidasse asseverar ao governo e á nação que, havendo submettido a obra a exame, para ver «se acompanhava os progressos da disciplina grammatical na Europa, sem hesitar, se ousava assegurar que a *Grammatica nacional* significava um grande aperfeiçoamento no errado ou confuso systema anteriormente seguido!»

Toma-se acaso qualquer das grammaticas elementares, escriptas nos paizes extrangeiros, e apparece nellas clareza, precisão, ordem, deducção, verdade, e mais dotes que o leitor attento e imparcial, por muito que lide, não pode achar na *Grammatica nacional*. Em França, por exemplo, entre muitas e muitas, occorre a já mencionada de *Bonnaire*, que conta umas poucas de edições, grammatica e curso de themas, cada cousa em seu volume distincto; tudo muito claro, methodico, e accommodado á comprehensão dos meninos. Em Hispanha encontramos a já referida *Escuela de instruccion primaria*, composta pelo *dr. Dias de Rueda*, onde, entre as varias disciplinas de instrucção primaria vem um compendiozinho de grammatica da lingua castelhana, a todos os respeitos excellente. Em Inglaterra apparecem as optimas grammaticas de *Giles* e *Murray*, que nada trazem com que se possa comparar a doutrina da *Grammatica nacional*. E o mesmo podera dizer-se dos systemas grammaticaes seguidos em Allemanha na instrucção secundaria. Mas que necessidade temos de ir fóra de casa mendigar livros elementares para emparelhar afoitamente com a *Grammatica nacional?* Entre nós ahi anda nas mãos de todos

um livrinho muito claro, muito simples, e muito adaptado á intelligencia das creanças para quem foi composto: é a grammatica de *J. Emiliano de Andrade*, que por meio de notas addicionadas no fundo das paginas pode receber da parte dos srs. professores um desinvolvimento razoavel. Esta obrinha quanto ao numero, exposição e rigor das doutrinas avantaja-se inquestionavelmente á *Grammatica nacional*. Nem a parte practica lhe escapou inteiramente, pois a folhas 53 e seguintes, lá apresenta um trecho para modelo de analyse. Ainda neste genero possuimos outra obrinha muito estimavel, e que já conta nada menos de doze edições: é a grammatica de *Carlos F. Vieira*, livro escripto com muita clareza, correcção e verdade, e modelado pela excellente grammatica philosophica do grande mestre *J. Soares Barbosa*. Cito só estas grammaticas elementares para não mencionar outras mais desinvolvidas. Porem eu quero suppor, sem o conceder, que nenhuma d'estas grammaticas satisfaça plenamente quanto ao methodo, á doutrina e á redacção: seguir-se-á d'ahi que a *Grammatica nacional* seja boa debaixo d'estes tres respeitos; e ainda menos, que seja optima, e que como tal deva ser profundamente venerada, e recebida nas escholas publicas como um encargo nacional? Que logica sensata nos obriga a similhante illação?

Venha agora o *quarto* e ultimo fundamento da consulta.—Imponha o governo certos livros, com exclusão d'outros embora legalmente approvados, para terminar a *anarchia*, e essa especie de *veniaga* que os professores estão practicando em suas aulas, impondo aos discipulos livros determinados, e punindo a falta de obediencia a tão imperiosa prescripção.

Começarei por declarar abertamente que desadoro a anarchia e a veniaga de qualquer genero, sobre qualquer objecto, e por qualquer pessoa ou corporação, publica ou particular, que sejam practicadas. Amo em tudo a ordem, como imagem que é da divindade; amo o desinteresse generoso, tanto nos individuos como nas corporações; e muito estimara que os governos mantivessem a ordem debellando a anarchia dentro dos termos da legalidade, e fomentassem o desinteresse dando elles mesmos o exemplo d'esta nobre virtude.

Porem a questão não está nestes desejos nem nestas profissões: a questão está em saber, primeiro, se o meio proposto pela consulta, —a imposição obrigatoria de certos livros ás escholas publicas com

exclusão d'outros embora legalmente approvados, destroe a anarchia dentro dos limites da legalidade; e segundo, se existe veniaga no facto que se fulmina com tam sordido nome. Estes é que são os ponctos que passo a discutir.

É de incontestavel vantagem que em todas as escholas publicas e particulares se uniforme o ensino, communicando aos alumnos doutrinas verdadeiras e sãs, convenientes em numero e qualidade, deduzidas por methodos luminosos e racionaes, e presentadas em linguagem clara, pura, correcta e precisa. É tambem necessario que os professores sejam sufficientemente instruidos sobre o melhor methodo de ensino, distribuição das materias, e economia do tempo deputado para o seu estudo. Doutrinas e methodo: eis os dous ponctos sobre que releva que nas escholas haja a possivel uniformidade. Porem, visto que para conseguir este fim é mais idoneo e auctorizado o voto das corporações litterarias e scientificas, por terem estudado e ensinado as disciplinas que se deseja uniformar; e visto que o governo, summo inspector do estado, deve fazer por acertar em todos os seus actos; cumpre-lhe consultar sobre estes dous ponctos aquellas corporações, pensar e resumir o conteúdo de suas consultas, e sobre ellas elaborar depois um programma desinvolvido, *que traduza a vontade geral do professorado*, contendo o numero razoavel das doutrinas, com a disposição, economia e tempo em que deverão ser ensinadas; e mandar que por esse programma sejam lidas as disciplinas em todas as aulas publicas, e feitos os exames finaes, procurando inspeccionar por meio de delegados se suas ordens são ponctualmente cumpridas. Segundo estes programmas sejam redigidos os livros de texto, e d'estes escolham os diversos estabelecimentos scientificos e litterarios em cada anno para seu respectivo uso os que reputarem mais convenientes. Porem nada de imposição governamental. D'este modo conseguir-se-á a desejada uniformidade onde ella deve dar-se, que é nas doutrinas e no methodo, isto é, nas *idêas*, e nunca nas *palavras*, onde alem de impossivel, fora absurda. D'este modo conseguir-se-á a ordem nas escholas sem se attentar contra a liberdade dos professores, e sem suscitar conflictos, que em ultimo caso redundam em detrimento da instrucção.

O tal systema que a portaria ensaia, alem de offender direitos consignados em uma lei que é mais que um regulamento, entretem, não destroe, a anarchia; anarchia tanto mais deploravel, por-

que é a das idêas erroneas, ensinadas á nação em nome do estado. Pois se os livros ulteriormente *adoptados* forem da natureza da *Grammatica nacional,* o professor que tiver alguma sciencia e consciencia gastará a maior parte do tempo da aula corrigindo as doutrinas do livro official e substituindo-as por outras; e assim, alem de consumir improductivamente um tempo precioso, levará a confusão ás intelligencias de seus discipulos, e causará essa deploravel anarchia que a consulta affecta remediar.

Por conseguinte, programmas *sisuda* e *scientemente* elaborados, pelos quaes se ensinem as doutrinas; ponctos bastantes para os exames finaes em *conformidade rigorosa* com esses programmas; inspecção vigilante e assidua sobre o exacto cumprimento das ordens superiores; e por outra parte, faculdade ampla, mantida ás corporações litterarias e scientificas, de escolherem para compendios os livros que reputarem mais idoneos: eis o modo simples e racional de acabar a anarchia sem abrir a porta ao despotismo.

*Veniaga* chama a consulta a exigencia que os professores fazem a seus discipulos, de trazerem todos o livro adoptado na respectiva eschola. Ora o redactor da consulta não deve ignorar que o processo de adopção dos livros escholares está regulado por uma lei, como já vimos; que são os conselhos collectivamente considerados, e não o professor por sua potestade e arbitrio proprio, que escolhem os livros de texto que devam adoptar-se em suas aulas. E assim o professor, exigindo que todos os seus discipulos venham providos do livro competentemente adoptado, nada mais faz que cumprir as ordens do conselho escholar e satisfazer a um preceito da lei. Como se diz pois, só por isso, que o professor faz *veniaga?* como se fulmina com tam sordido nome um acto que traduz o exercicio d'um direito e o cumprimento d'um dever? Não se podéra retorquir o argumento e dizer, que quem impõe ás escholas publicas um livro inepto, por virtude d'um regulamento pouco accorde com uma lei expressa, tambem practíca um acto de veniaga? e que similhante acto é muito mais digno de censura, porque acolá o livro era imposto a uma eschola só, e aqui o é a todas as escholas do reino: acolá era imposto por um conselho escholar, em conformidade com as prescripções d'uma lei; e aqui pelo governo, armado d'um regulamento pouco legal: acolá a adopção era devida ao merecimento da obra que, sem outro amparo, ia obtendo acceitação no juizo do publico; e aqui á força da auctoridade, que

á illustração do paiz impõe, como um primor d'arte, o que não passa de um aponctuado de desconcertos?

Mas, dizem, os professores e os conselhos podem abusar, ou tem effectivamente abusado.—Pois se alguns abusam, façam-os entrar nos seus deveres, mas não os offendam nos seus direitos; punam os que delinquirem, mas respeitem a classe. Se a lei que regula a materia é má, reformem-na pelos meios constitucionaes; mas em quanto for lei, respeitem-na e façam-na respeitar. Notavel coincidencia! quando por ahi se brada contra todos os monopolios, economicos, politicos, commerciaes, administrativos, etc., é então que vem estabelecer-se o mais odioso e absurdo de todos os monopolios, o monopolio das letras!

Em conclusão: nenhum dos fundamentos da consulta me parece bastante solido para sustentar a proposta sanccionada pela portaria. Com similhantes determinações os governos fazem um grave desserviço ás letras e ás sciencias patrias, abrindo porta franca a abusos funestos para a mesma instrucção que intentam proteger. Por taes meios nunca elles conseguirão o respeito, a confiança e a fôrça, indispensaveis para realizar a felicidade do povo que lhes commetteu os seus destinos.

FIM.

# INDICE RAZOADO E SYSTEMATICO DAS MATERIAS


*Pag.*

Advertencia — Copia da *Portaria* .......... III

1ª PARTE — A *Grammatica nacional* (considerada no *methodo*, nas *doutrinas* e na *redacção*).

I. **Methodo como dispoz e expoz as materias** .......... 5

II. **Doutrinas** — Estudo critico das que o livro tracta — Preliminares .......... 8

A. ETYMOLOGIA.

1. *Generalidades* — Quantas as partes do discurso portuguez .......... 11
Definição de grammatica .......... 12
Specimen dos exercicios .......... 15

2. *Especialidades* — Exame critico das partes do discurso portuguez.
Substantivos .......... 17
Pronomes .......... 19
Adjectivos — sua definição e graus .......... 23 e 31
Artigos *(lo, la, los, las?)* .......... 26
Verbos — Introducção philosophica e definição .......... 34 e 37
— divisão e accidentes dos verbos .......... 47 e 50
— subjeito e attributo .......... 39
— complementos e sua pretensa origem .......... 41
Adverbios .......... 57
Preposições .......... 58
Conjuncções .......... 60
Interjeições — Excursão philosophica sobre o objecto .......... 60

B. ORTHOGRAPHIA .......... 63

C. SYNTAXE.

1. *Generalidades* — Definição de syntaxe .......... 64
Proposição e periodo .......... 66
Divisão das proposições .......... 70

2. *Especialidades* — Exame critico das principaes syntaxes da *Grammatica nacional.*
Syntaxe de *clareza* .......... 76
— concordancia .......... 77
— regencia .......... 81
— collocação .......... 87
Syntaxe de *harmonia* .......... 89
Methodo de analyse proposto pela *Grammatica nacional* .......... 92

D. PROSODIA .......... 94

III. **Redacção** — Modo como está redigida a *Grammatica nacional* .......... 95
Conclusão da 1ª parte d'este escripto .......... 96

2ª PARTE — A *portaria,* ou o *parecer* e a *consulta.*

Preliminar .......... 99

I. O **parecer** — Sua transcripção e analyse rapida .......... 100

II. A **consulta** — Sua transcripção .......... 105
Analyse dos fundamentos que adduz .......... 106
1º O regulamento comparado com a lei, com a justiça, e com a conveniencia da instrucção publica .......... 108
2º O merecimento absoluto da *Grammatica nacional* .......... 114
3º O merecimento relativo da mesma *Grammatica* .......... 118
4º O ultimo argumento .......... 119

## ERRATAS PRINCIPAES

| *Paginas* | *Linhas* | *Erros* | *Emendas* |
|---|---|---|---|
| 5 | 18 | orthographia e a outra | orthographia; e a outra |
| 6 | 5 | põe termo | põem termo |
| 10 | 29 | *ónipôtentê* | *ónipôtentè* |
| 18 | 1 | costumados ouvir | costumados a ouvir |
| 28 | 26 | não são | não é |
| 80 | 36 | considerados | consideradas |



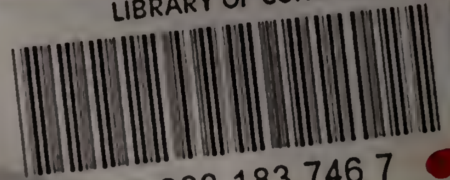

**Vende-se por 300 réis**

LISBOA — Livrarias dos srs. Silva Junior & C.ª, praça de D. Pedro; e Bertrands, aos Martyres.

PORTO — Livrarias dos srs. Jacintho da Silva, rua do Almada; e Viuva Moré, praça de D. Pedro.

COIMBRA — Livrarias da Imprensa da Universidade, e do sr. J. A. Orcel, rua das Fangas.

BRAGA — Loja de livros do sr. Germano Joaquim Barreto.


LIBRARY OF CONGRESS
0 003 183 746 7